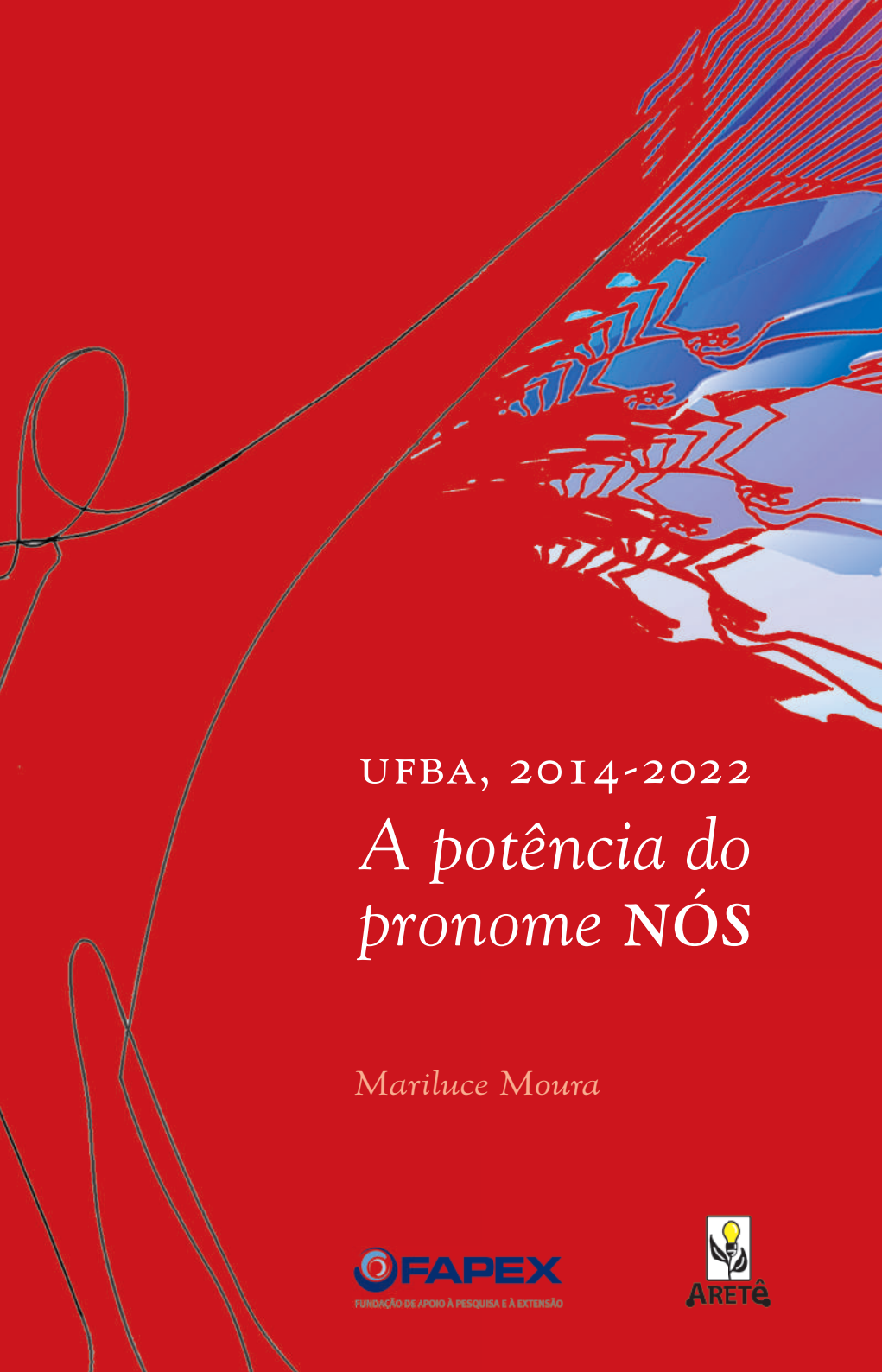




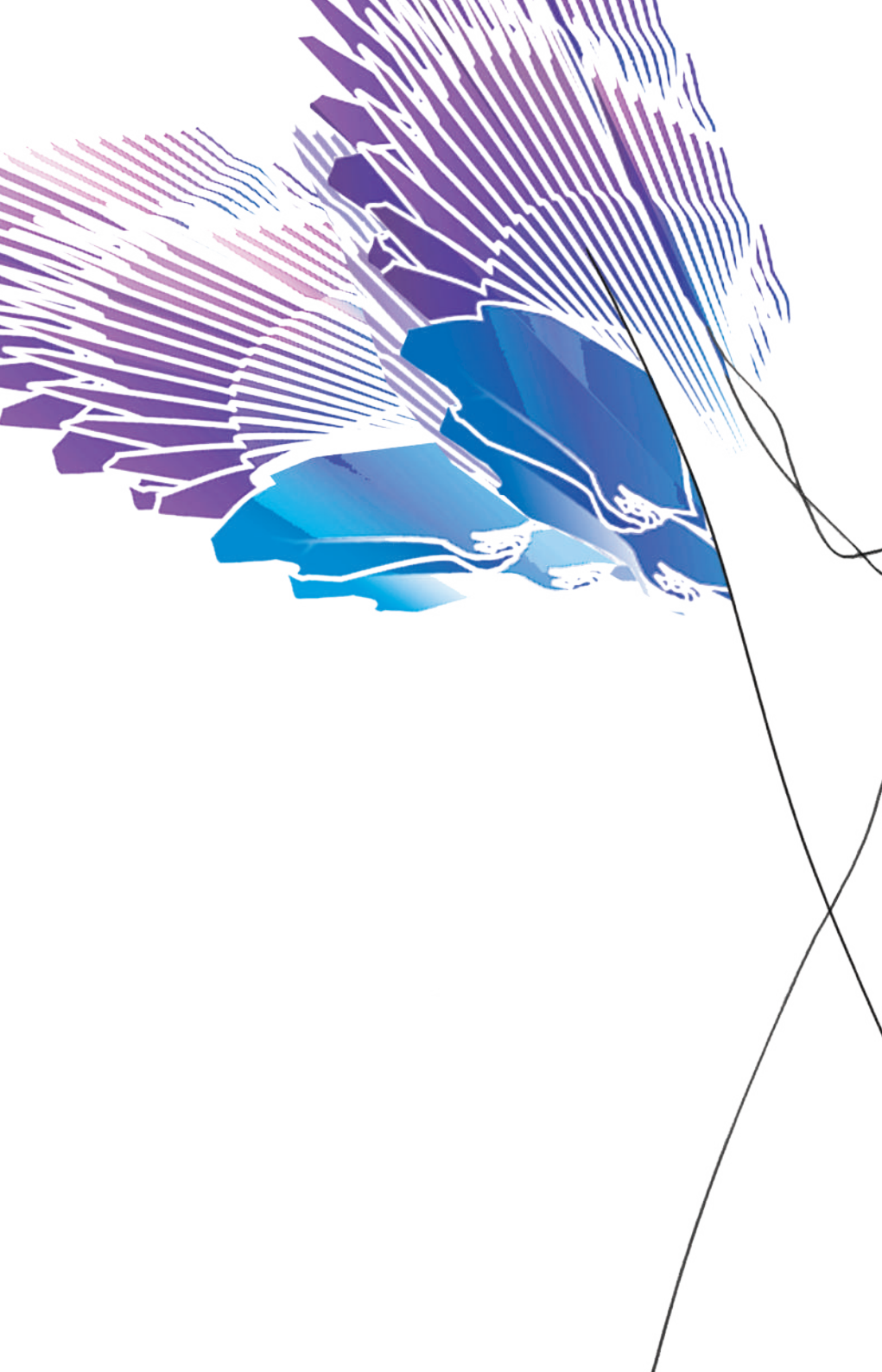
UFBA, 2014-2022

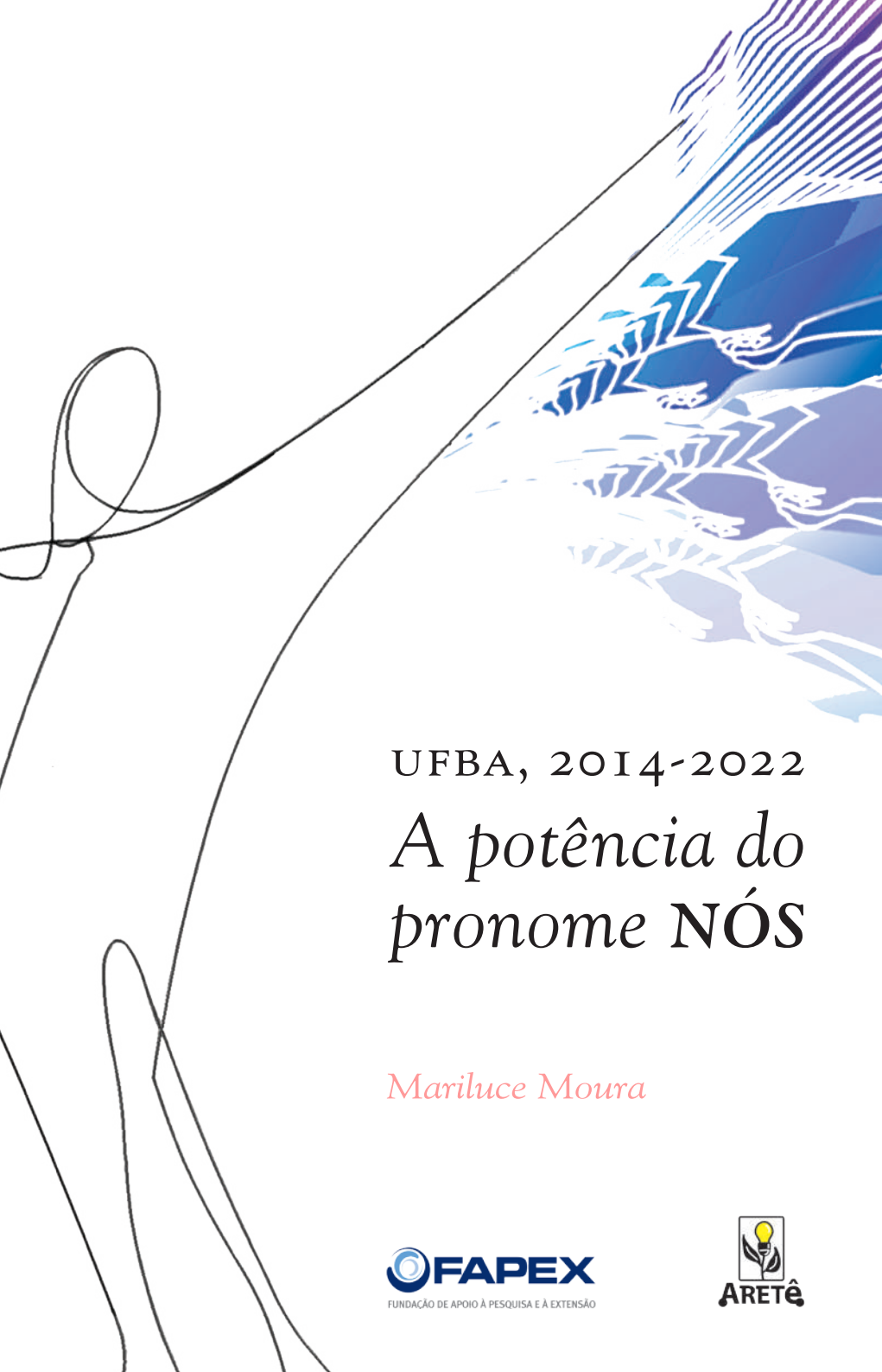
*A potência do
pronome NÓS*

Mariluce Moura

UFBA, 2014-2022

*A potência do
pronome NÓS*





UFBA, 2014-2022

A potência do pronome NÓS

Mariluce Moura

CRÉDITOS

UFBA 2014-2022: a potência do pronome nós

Pesquisa texto e edição:

Mariluce Moura

Apoio e checagem de informações:

Ricardo Sangiovanni, Marco Antonio Queiroz e Thierry Petit Lobão

Apresentação:

Antônio Fernando Queiroz

Imagem da capa:

Juarez Paraíso

Capa e projeto gráfico:

Tânia Maria/acomte

Diagramação e gráficos:

Gustavo Maffei

Fotos:

Aristides Alves (página 46), Luciano Andrade/Pesquisa Fapesp (baía de Todos os Santos, página 107), Benedito Cirilo (dança, página 108); todas as demais são originárias da Ascom/UFBA, Edgardigital/UFBA ou arquivo pessoal

Revisão:

Mauro de Barros

Ficha catalográfica:

UFBA 2014-2022: a potência do pronome nós/

Mariluce Moura – São Paulo, Aretê Editora e Comunicação, 2022

SUMÁRIO

Apresentação	7
CAPÍTULO 1 A universidade democrática e mais visível à sociedade	11
CAPÍTULO 2 A UFBA revista como <i>locus</i> de relevante produção científica	51
CAPÍTULO 3 O desafio de bem administrar contra a política da asfixia financeira.....	111
CAPÍTULO 4 A universidade mais aberta e inclusiva	127
CAPÍTULO 5 Diálogo e aprendizado com a sociedade	149
CAPÍTULO 6 A Fapex no apoio a grandes projetos acadêmicos.....	163

APRESENTAÇÃO

A obra *A potência do pronome nós*, escrita pela jornalista e professora Mariluce Moura, apesar de fazer uma incursão mais pormenorizada sobre os últimos anos de reitorado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), correspondente ao período de 2014 a 2022, que equivaliu à gestão do reitor João Carlos Salles e do vice-reitor Paulo César Miguez de Oliveira, passeia pela história da UFBA desde a sua constituição, em 1946.

Assim, nos seis capítulos apresentados, relata fatos relevantes ocorridos num passado recente, a exemplo dos grandes congressos ocorridos desde 2016, quando se comemoraram os 70 anos da UFBA, até o congresso de 2021, que conseguiu reunir uma enormidade de participantes, que puderam assistir a mais de mil mesas de debates. Ressalte-se que nesses grandes encontros foram tratadas temáticas que nos transportaram a eventos sociopolíticos que remontam a outras fases anteriores à década de 2010.

Ainda é possível acompanhar na citada obra um pouco da saga enfrentada por nossa universidade para ocupar reconhecidos e merecidos lugares de destaque nos ranques de pesquisa brasileiros. Sobre esse aspecto nos é dado a conhecer um pouco sobre a dedicação de todos os atores

(professores/alunos/técnicos/pesquisadores/extensionistas), para intensificar a produção científica do coletivo, aliada à busca incessante pela internacionalização, fazendo com que a UFBA seja premiada com o aumento significativo das parcerias efetivadas com instituições de outras partes do mundo. O livro passeia também sobre a temática de projetos de pesquisa, buscando com esses exemplos dar uma ideia rápida, mas ao mesmo tempo precisa, dos resultados científicos e tecnológicos obtidos ao longo de todos esses anos, procurando mostrar que esses resultados vão ao encontro dos anseios de comunidades, que buscam a UFBA para entender melhor seus problemas e também na tentativa da obtenção de soluções para os mesmos.

O livro nos relata ainda alguns dos embaraços administrativos/financeiros pelos quais a gestão precisou passar, notadamente nos últimos tempos, para gerenciar uma comunidade de mais de 53 mil pessoas, transitando por pelo menos 189 prédios, distribuídos em três campi. Acerca disso, nos são apresentados alguns cenários relacionados aos bloqueios e cortes orçamentários enfrentados pela nossa universidade, e conclama a comunidade para participar de ações que agreguem a colaboração de todas e todos, já que a universidade deve ser sempre um espaço democrático de diálogo, de resistência e de convencimento, para que a sociedade conheça a sua realidade histórica (desde a sua constituição em 1946) e, dessa forma, possa participar de decisões sociopolíticas que auxiliem na recomposição de sua estrutura físico-financeira.

À Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex) é dedicado um dos capítulos da obra. Nessa parte final é

relatada a importância de uma fundação de apoio para a consecução de projetos relacionados ao ensino, à pesquisa, à extensão, à criação e à inovação tecnológica e ao desenvolvimento institucional. Nessa parte do livro é historiada a trajetória da Fapex, que foi criada em 1980 com o objetivo, naquela época, de possibilitar que projetos de pesquisa e extensão da UFBA pudessem ser desenvolvidos dentro de processos burocráticos mais dinâmicos, permitidos por avanços em legislações brasileiras. Hoje a Fapex, depois de mais de 41 anos de atuação, graças ao acervo de conhecimentos e experiências adquiridos, construiu um caminho de sucesso e pôde colaborar para que projetos fundamentais para o progresso da sociedade brasileira fossem concretizados.

Parabenizo a professora Mariluce Moura pela brilhante obra e aproveito para parafrasear o professor João Carlos Salles, magnífico reitor da UFBA (gestão 2014-2022), que em seu discurso na inauguração da casa nova da Fapex, ocorrida em 20 de julho de 2022, se dirigiu ao público presente para dizer que a Fapex, ao mesmo tempo que é um espaço de acolhimento, é também um local que, ao apoiar a produção de conhecimento, cultura, arte, enfim... se impõe como um ambiente de resistência contra todas as espécies de “nuvens” que porventura venham a nublar “céus” propícios para a realização coletiva de ações em prol da sociedade, notadamente a baiana.

Antônio Fernando Queiroz

*Professor titular do Instituto de Geociências da UFBA,
bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq*

CAPÍTULO 1

A universidade democrática e mais visível à sociedade

Impossível seria intuir que o colorido da solenidade de posse do novo reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2014, já expressava alegoricamente os trilhos fundamentais de uma bem pensada estratégia de reocupação do espaço legítimo da universidade na sociedade, que tomaria os oito anos seguintes. Mais difícil ainda imaginar que seria estratégia largamente bem-sucedida mesmo quando o cerco à autonomia da universidade pública viesse a se apresentar sem mais disfarces, em 2019, como macabro projeto/política de governo, e resistência se transformasse em palavra de ordem fundamental entre estudantes, professores e funcionários das instituições públicas de ensino superior do país empenhados em defendê-las.

No relato da extinta revista *Bahiaciência* (setembro/outubro de 2014, nº 3, página 12), desaparecida infelizmente também da internet, a cerimônia de transmissão do cargo de reitor a João Carlos Salles Pires da Silva, 53 anos, no fim da tarde da segunda-feira 8 de setembro de 2014, “foi um acontecimento”:

“À frente do chamado cortejo reitoral, de braços dados com a ex-reitora Eliane Azevedo e acompanhado pelos ex-reitores Dora Leal Rosa, Germano Tabacoff e Roberto Figueira Santos, Salles atravessou o salão nobre do tradicional palácio do Canela, da entrada até o palco, ao fundo, sob os aplausos prolongados e para lá de entusiasmados da multidão de estudantes, professores, funcionários da universidade, políticos, autoridades do estado, amigos e familiares.

Das galerias do salão, pendiam faixas da União Nacional dos Estudantes, a velha UNE, e de outras instituições estudantis, a proclamar ‘Democracia na UFBA — Reitor empossado + 1 aliado’. Se numa galeria acomodava-se o madrigal da universidade, versado em repertório mais erudito, na porta do prédio uma filarmônica já tratara de saudar os convidados que chegavam e, perto do palco, concentravam-se os músicos do Ilê Funfun com os atabaques preparados para a abertura dos trabalhos e dos caminhos. Pouco depois de o cortejo ter alcançado seus lugares na mesa solene, o hino nacional cantado vigorosamente por todos daria uma medida da elevada temperatura emocional daquela celebração dentro de uma solenidade político-administrativa e que, aliás, se manteria inalterada até as últimas palavras do discurso do novo reitor e a sessão de cumprimentos subsequente”.

Entenda-se aqui por trilhos fundamentais, primeiro, a renovação explícita e anunciada, naquele momento, do vínculo da UFBA com o rico ambiente cultural, diverso e multiétnico, do estado e, especialmente, da cidade

em que ela espraia seu maior conjunto de campus, Salvador, com consequências de grande importância para uma e outro. E, em segundo lugar, tome-se como tal o enlace entre celebrações vibrantes, de um lado e, de outro, debates vigorosos de ideias, reflexões e intervenções sobre a própria instituição ou sobre os grandes temas que assaltaram o país nesses tempos, mais que inquietos, dramáticos e sombrios.

De fato, a UFBA, ao cuidado aprofundado com o tripé clássico, ensino-pesquisa-extensão, anexou, como política ativa de gestão, acolher o pensamento, estimular sua emergência em toda parte, provocar seus desdobramentos, para difundi-lo democraticamente num caminho de ida e volta incessante entre a universidade e a sociedade em seu entorno. E é exatamente isso que está na gênese de quase duas dezenas de grandes eventos culturais e científicos de alcance nacional, e pelo menos um deles de caráter internacional, organizados pela reitoria num horizonte de oito anos, ou seja, de 2014 até 2022.

De certa maneira, a proposta dos eventos que produziram uma mobilização pública inédita e extraordinária na UFBA nesses anos já estava anunciada no discurso de posse do reitor, quando, por exemplo, ele se referiu ao vindouro Congresso da UFBA. Mas, possivelmente, naquele instante só ele imaginava ou vislumbrava secretamente a dimensão que tal proposta tomaria.

No esforço por explicar sua visão da universidade — e dentro da qual fazem sentido o primeiro congresso e todos os demais grandes eventos que se lhe seguiram —, ele reproduzia então o que dissera sobre a UFBA cinco

anos antes, ao tomar posse como diretor da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, para acrescentar, em seguida, uma lista do que a universidade não deveria ser. Ou seja, “apenas uma instituição de ensino” ou “uma empresa”, tampouco “uma repartição pública qualquer”, passível de subordinação a “projetos de governo que acaso lhe traíam a natureza”, nem um partido, igreja ou religião. Em vez disso, ela deveria ser senhora de uma laicidade que “a obriga ao mais decidido combate a qualquer forma de intolerância religiosa, como de resto lhe cabe o combate a toda manifestação de autoritarismo, a toda forma de discriminação”.

“Por esse viés de reação, por esse conjunto de negações, articulávamos em nosso discurso autonomia e capacidade de produção de conhecimentos, perspectiva crítica e independência em relação ao mercado, a partidos e governos. Com isso, a resposta sobre o ser da UFBA envolvia e envolve uma modalização, tanto mais profunda quanto mais radical (...). As descrições sobre a UFBA, acreditamos, devem ser compreendidas com força modal. Não a dizemos bem sem acrescentar-lhe a mediação do futuro ou a condição de um permanente projeto. Em campanha, por isso mesmo, tensionamos logo o real e o ideal, desenhando a UFBA que queremos, ou seja, uma Universidade capaz de, com o melhor de sua competência, continuar liderando em nosso estado as principais iniciativas de educação superior e de corresponder, com protagonismo, aos desafios postos por nossa sociedade. E, com o sabor de projeto, mediante esse compromisso, convidamos os que acaso desejassem se unir

nessa jornada ao desafio do embaralhar de conceitos que precisam, sim, se mover com pressa e paciência; convidamos (...) ao bom barulho da diversidade cultural e da tolerância epistemológica, pelo qual podemos e queremos associar excelência acadêmica e compromisso social da Universidade.”

Mais adiante, Salles troca nesse discurso a questão o que é a UFBA por quem é a UFBA, formulação que lhe oferece, entre outros achados, o fio que leva até a explicação prévia do congresso que assinalaria os 70 anos da universidade que, “não sendo coisa, define-se por seu projeto, por seu futuro”.

“Como um sujeito, portanto, é antes de tudo um nós, que não tem um centro imperial, mas que todavia, a todo instante, por diversas formas, precisa aprender a vocalizar-se, a representar-se, a refletir, como o faremos com o Congresso da UFBA, que não é um fim em si, mas sobretudo um meio a mais para afirmar a UFBA como lugar de reflexão, como espaço por que se reforça sua autonomia segundo os instrumentos mais finos de sua capacidade científica de análise e os procedimentos mais democráticos de constante deliberação.”

Fato é que o I Congresso da UFBA, em julho de 2016 — com o desafio lançado a toda a comunidade universitária para que refletisse livremente sobre a instituição, no aspecto que cada um considerasse mais relevante —, e todos os grandes eventos que a ele se seguiram, até o gigantesco congresso de dezembro de 2021, com mais de

mil mesas de debates, tornaram-se uma das fortes marcas das duas gestões lideradas pelo reitor João Carlos Salles Pires da Silva, professor titular de filosofia, filósofo.

Um anjo de pés descalços faz ciência e dança

Mal começara a tarde da quinta-feira, 14 de julho de 2016, e uma fila já se formava em frente à porta central do *hall* do Teatro Castro Alves (TCA), na praça Dois de Julho, Campo Grande, área icônica do centro de Salvador, local de concentração e início de praticamente todas as grandes manifestações cívicas e protestos políticos ocorridos na cidade nas últimas cinco décadas, pelo menos.

Depois do enxame de gente — estudantes, principalmente — que circulara até o fim da manhã na reitoria, em busca de convites para a conferência de abertura do Congresso UFBA 70 Anos e do material destinado à monitoria do evento, a 500 metros de distância, nas horas seguintes, a fila se esticaria da porta central para os dois lados da extensa fachada envidraçada do teatro. Às três da tarde, ela já virara em ângulo reto nas duas extremidades, seguindo rente às paredes laterais de vidro do *hall*, enquanto pequenos grupos se aglomeravam na calçada generosa em frente ao belo prédio dos anos 1950, e os 70 alabês que formariam uma orquestra completamente inédita começavam a se organizar de um dos lados da larga e curta escadaria frontal de acesso ao prédio.

Em geral, os alabês — os ogãs responsáveis pelos toques rituais, conservação e preservação dos instrumentos

musicais sagrados do candomblé — tocam e cantam nas festas nos terreiros em grupos pequenos, com três atabaques e um agogô. E cada terreiro tem suas próprias cantigas e toques preferidos. Juntar 70 deles numa orquestra, em alusão ao tempo vivido da UFBA, foi obra para o professor Paulo Costa Lima, um premiado compositor contemporâneo, personagem, ele mesmo, de algumas performances e quase *happenings* cheios de humor e entusiasmo, numa fronteira entre o popular e o erudito em que parece caminhar muito à vontade. “Eu sempre fiz esses encontros com alabês enquanto era diretor da Escola de Música da UFBA. Depois, voltei a retomar os contatos na Fundação Gregório de Mattos, mas nunca tinha reunido tantos”, ele disse, entre risos, numa conversa em novembro de 2021. Seria uma orquestra de percussão na qual o regente era o agogô. E juntos, das cinco às cinco e meia da tarde daquela quinta-feira de julho, os alabês entoaram cantigas e executaram toques que todos os 70 sabiam, produzindo meia hora de pura intensidade e beleza. “Eles criaram ali, na frente do teatro, uma emoção enorme”, lembra Costa Lima, que então, e até 2020, era também assessor especial do reitor.

Um parêntese sobre o Teatro Castro Alves e as agruras originais desse equipamento cultural que começou a ser planejado em 1948, dois anos depois da criação da UFBA. Registra o resumo histórico no site do próprio teatro que o deputado Antonio Balbino (1912-1992), influenciado por intelectuais e artistas de Salvador naquele período de efervescência cultural, enviou à Assembleia Legislativa o projeto para a construção de um grande

teatro na cidade. Escolheu-se o local e decidiu-se que o nome homenagearia o poeta Castro Alves, aliás, sugestão do teatrólogo e criador do famoso programa baiano de rádio *A hora da criança*, um sucesso extraordinário das décadas de 1940 a 1960. O primeiro projeto arquitetônico foi logo elaborado e previu-se que o teatro seria inaugurado em 1951. Mas o governador Otávio Mangabeira (1886-1960), que ocupou o Executivo baiano de 1947 a 1951, decidiu nomear Diógenes Rebouças para fazer uma segunda planta arquitetônica. O respeitado arquiteto, que em pouco tempo seria também um longo e querido professor da Faculdade de Arquitetura da UFBA, atendeu à encomenda com uma proposta considerada ultramoderna. A construção foi iniciada, mas, finda a gestão Mangabeira, foi interrompida.

Ao sucedê-lo, certamente presa da vaidade que tão frequentemente acomete os gestores pátrios, o governador Antonio Balbino designou o arquiteto José Bina Fonyat Filho e o engenheiro Humberto Lemos para a elaboração de um terceiro projeto arquitetônico que, vale ressaltar, acabou conquistando uma menção honrosa na 1ª Bienal de Artes Plásticas de São Paulo, “por sua arquitetura moderna e ousada”. A nova obra foi iniciada em 2 de julho de 1957 (não se tem notícia clara do que sucedeu à anterior), em 30 de junho do ano seguinte estava concluída, e a inauguração foi marcada para 14 de julho. Apresentado como a casa de espetáculos mais completa das Américas, com equipamentos dos mais modernos abrigados em sua arquitetura vanguardista, o Teatro Castro Alves (TCA) encheu de orgulho o go-

verno do estado, que resolveu abri-lo à visitação pública antes da inauguração.

Difícil dizer se essa decisão teve algo a ver com o imaginável desastre que viria. “Na madrugada chuvosa de 9 de julho de 1958”, narra o texto do site citado, portanto, “cinco dias antes da sua abertura oficial, o bloco principal do TCA foi destruído por um incêndio de causas desconhecidas”. Mantivera-se intacta só a Concha Acústica implantada na parte do fundo da área total do teatro, que pôde ser inaugurada em abril de 1959. Bem antes, entretanto, em 18 de julho de 1958, apenas nove dias após o incêndio, e sob a consternação geral que dominou a cidade, uma missa campal no Campo Grande marcou o início de novas obras. O processo de reconstrução do teatro, no entanto, duraria nove anos e ele só seria oficialmente inaugurado pelo governador Lomanto Júnior em 4 de março de 1967, já na ditadura civil-militar de 1964-1985, e com a presença do primeiro presidente da República desse ciclo, o marechal Castello Branco.

De volta ao 14 de julho de 2016. Enquanto a tarde avançava, convidados que sentariam à mesa solene aguardavam o momento da cerimônia em uma sala de espera nas coxias do teatro e entabulavam conversações amenas propiciadas por um encontro de todo improvável — que evento conseguiria reunir, por exemplo, sentados tão próximos e informais, os professores Marilena Chauí e Roberto Santos, a filósofa que jamais deixara dúvidas sob sua inserção na esquerda e sua ligação com o Partido dos Trabalhadores e o ex-governador da Bahia, ex-ministro da Saúde e ex-reitor da UFBA nos anos idos da ditadura

militar, candidato a governador pelo resistente MDB em tempos de redemocratização, senão uma solenidade visceralmente democrática, como aquela da Universidade?

Lá fora, a multidão se aglomerava crescentemente e a temperatura em volta do teatro ia subindo. Perto das seis da tarde, o pessoal da segurança da casa avisou que já não cabia mais ninguém, para desespero da chefe de gabinete do reitor, Suani Pinho, professora e pesquisadora do Instituto de Física, que teria que avisar aos convidados ilustres parados no portão, inclusive aqueles que tinham viajado para participar do Congresso, que não entrariam. Ali estavam, por exemplo, o reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Roberto Leher, assim como uma das avós argentinas da praça de Mayo, em companhia do professor César Leiro, professores idosos, outros nem tanto, e eméritos da própria UFBA, como Pasqualino Magnavita e Maurício Barreto. Foi então que, num susto, o portão da grade de ferro em torno do teatro cedeu à pressão, abriu, e uma pequena multidão correu num tumulto em direção às portas envidraçadas da fachada frontal e de uma das laterais. No sufoco, uma parte dos convidados entrou, outros desistiram, e um certo número decidiu ir assistir ao evento mais calmamente no telão instalado no salão nobre da reitoria.

A razão de tanto tumulto, ou seja, o que levou o número imenso de estudantes a se lançarem à conquista a todo custo do interior do Teatro Castro Alves era principalmente a esperada conferência magna de Marilena Chauí, alçada por eles, naquele momento, a uma espécie de panteão de grandes ídolos *pop*. Quando, finalmente,

sua voz se espalhou desde o palco à enorme plateia, lançando e modulando palavras “Contra a universidade operacional e contra a servidão voluntária”, após os aplausos prolongados, o silêncio impressionante nas 20 fileiras do teatro, de tão denso, parecia mesmo materializar-se.

Ela fora precedida por música e outras falas. A Orquestra Sinfônica, o Madrigal e o Canto Coral (coro formado por alunos) da Escola de Música (EMus) da Universidade, sob a regência do maestro José Maurício, como de praxe, haviam executado, primeiro, *Oniçá Orê*, do compositor Lindembergue Cardoso, “uma releitura de uma das mais lindas cantigas do candomblé, dedicada a Oxalá”, na observação de Costa Lima. E, em seguida, *Fantasia para piano, coro e orquestra*, de Bethowen, com Alla Dadaian, professora da Escola, como solista. Entre uma e outra peça, o teatro vibrou inteiro por longos minutos com o poderoso coro de “Fora Temer!”, a palavra de ordem mais ouvida no período, bradada por todos os democratas. No quesito falas, os componentes da mesa, entre políticos, ex-reitores, presidente do fórum de reitores das universidades federais, representantes de estudantes e de servidores técnicos, pronunciaram suas diferentes saudações à UFBA e à democracia antes do discurso de encerramento desse segundo tempo da cerimônia pelo reitor João Carlos Salles.

O Congresso, disse ele, “se desenha como uma grande audiência pública, pela qual nossa instituição, como um organismo vivo, renova suas energias e, pela reflexão cuidadosa de sua história e apresentação de sua atual situação, prepara-se para refletir sobre condições de trabalho e projetos pedagógicos, marcos regulatórios e

desafios atuais”. Àquela altura, contavam-se 14 mil inscritos dispostos a contribuir com as reflexões sobre uma universidade que, ao longo de seus 70 anos, como bem destacou o reitor, formara “cerca de 105 mil graduados, 3 mil doutores e 12 mil mestres”, e tinha, naquele momento, uma população de quase 50 mil pessoas, entre estudantes, servidores técnicos, servidores docentes e trabalhadores terceirizados.

Salles diria também que havia que se celebrar a Universidade “lembrando sua virtude mais essencial de lugar público, tecido não pelo mérito presumido ou quantificado de indivíduos, mas pela virtude de uma palavra que logra demonstrações e convencimentos, prevalecendo por esses meios sobre outros instrumentos de poder”. Reafirmaria adiante, tanto a “instalação em uma história específica e em uma realidade” quanto o compromisso da UFBA com predicados e virtudes que ainda não tem, “ou seja, com os filhos futuros ainda por serem formados, com os conhecimentos a serem adquiridos, com os negros, os índios, brancos e pardos de nossa terra, que farão parte de nossa história”.

O modo de celebrá-la seria, assim, “com reflexão, luta, debate e crítica, compreendendo-a como “lugar especial de formação e de concorrência de saberes, de elaboração científica e artística e de profundo diálogo com a sociedade”. Um lugar, portanto, em que “se cultivam valores universais, sempre ameaçados por causas as mais diversas, internas ou externas, e sempre defendidos na UFBA por razões as melhores e as mais íntimas”. O reitor lembraria por fim que “em tempos de adversidade, em momentos

de crise, a UFBA logo se tornou um espaço de resistência e luta, um espaço de combate a qualquer restrição de direitos ou a retrocessos políticos”. E completaria com uma imagem encantadora: “Assim tem sido e, queremos crer, sempre será, pois a UFBA tem a beleza e a graça de um anjo temporal, carregado de lutas, raças, gêneros e história, um anjo que, de pés descalços, faz ciência e dança”.

Lições do discurso contra a servidão voluntária

É tarefa impossível resumir e, ao mesmo tempo, refletir com fidelidade a riqueza e a profundidade de uma conferência de Marilena Chauí. Assim, mais vale recomendar a leitura da íntegra do texto, para aqui apenas indicar cronologicamente os quatro pontos que ela abordou e, em seu interior, citar alguns curtos trechos a título de leve ilustração das dimensões do discurso no Teatro Castro Alves. Ao poeta abolicionista, aliás, ela rendeu homenagem logo de cara, ao ler algumas estrofes de *O navio negreiro*, valendo-se do antigo volume que a mãe lhe dera de presente ao completar 10 anos, apresentando-o como “um livro para quem é feito de peroba e não se dobra aos ventos e tempestades”.

Dessa forma, ao falar de “Mudanças da universidade: do espaço público à privatização”, ou seja, do trânsito vivido pela universidade, de instituição social — originada no século XIII europeu — a organização social, Chauí observou que “a legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da ideia de autonomia do saber em

face da religião e do Estado”. Abriu-se espaço, portanto, à ideia do “conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão”. A isso, as lutas sociais e políticas dos últimos séculos, que sedimentaram a noção de que educação e cultura eram direitos, agregaram a compreensão da universidade também como “uma instituição social inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber”.

Ora, na medida em que “a universidade passou a ser encarada como uma organização social”, isso implica ela ser pensada “a partir da ideia e da prática da administração”, uma outra prática social, nunca ligada a ações articuladas à ideia de reconhecimento e de legitimidade internos e externos, mas sim a operações “balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define”. Gestão, planejamento, previsão, controle e êxito são palavras-chave nesse cenário. “A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade”, diz Chauí e, adiante, “numa palavra, a instituição está orientada para o espaço público; a organização é determinada pela privatização dos conhecimentos”.

Ela expõe sua visão de como isso se deu, de uma maneira geral, nos percursos do capitalismo, e como o trajeto de uma condição a outra ocorreu no Brasil. Aqui, Marilena Chauí localiza três fases, uma anterior ao neoliberalismo, em que se engendra de 1964 a 1980, durante a ditadura, a universidade funcional, voltada à forma-

ção rápida de mão de obra qualificada para atender ao mercado; a segunda, já nos marcos do modelo liberal, na Nova República, em que se trata de construir de 1985 a 1994 a universidade de resultados, em que a docência não tem muito peso e importa mais a pesquisa vazada nos moldes da eficiência, produtividade e competitividade; e, por fim, consolida-se nos anos de 1994 a 2002 uma universidade operacional, “entendida como uma organização social e, portanto, voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos”.

O período dos governos do Partido dos Trabalhadores, de 2003 a 2016, marca, na avaliação de Chauí, uma tentativa de recuperar o sentido da universidade pública como instituição social, que, entretanto, não logrou êxito. Porque “o processo de sua transformação numa organização já havia sido consolidado pelos próprios dirigentes universitários, que o impuseram como se fosse o movimento natural e necessário da história e da sociedade”.

O segundo ponto da conferência de abertura do Congresso UFBA 70 Anos explorou o que significa a universidade operacional, especialmente no âmbito do ensino e da pesquisa. E, em seu trecho mais inquietante, descortinou uma impossibilidade de convergência entre esse modelo de universidade e a verdadeira pesquisa científica. “Em suma, se por pesquisa entendermos a investigação de algo que nos lança na interrogação, que nos pede reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação; se por pesquisa entendermos o trabalho do pensamento e da linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito; se por pesqui-

sa entendermos uma visão compreensiva de totalidades e sínteses abertas que suscitam a interrogação e a busca; se por pesquisa entendermos uma ação civilizatória contra a barbárie social e política, então, é evidente que não pode haver pesquisa na universidade operacional”, propõe.

Ainda assim, o tópico seguinte, “Contra a universidade operacional”, aparentemente sugere a existência de brechas no modelo ou mesmo um vasto espaço paralelo para grandes batalhas por um bem orientado programa de pesquisas capaz de confrontar e quebrar ele mesmo as regras máximas dessa universidade-organização que busca desconstruir a instituição social que a antecedeu — e isso para ficar só no campo da pesquisa, sem entrar no âmbito da docência e do que nela se delineia para sua recuperação como trabalho de formação e crítica.

Dessa forma, o texto destaca nada menos que oito critérios, cada um explicado, para a excelência na pesquisa que investe contra os ditames da universidade operacional, a saber: (1) a inovação, (2) a durabilidade, (3) a obra, em lugar de um fragmento isolado de ideias, (4) dar a pensar, (5) significado social, político ou econômico, (6) autonomia, (7) articulação de duas lógicas diferentes, a acadêmica e a histórica (social, econômica, política) e (8) articulação entre o universal e o particular. Ao fim dessa relação, observa que “se a luta contra a universidade operacional visa a recuperá-la como instituição social e a recusá-la como organização social administrada, isto significa que a universidade não pode ser uma extensão dos interesses privados de uma parte da sociedade nem uma ilha mantendo uma relação de exterioridade com

o social”. Propõe Marilena Chauí que se trata de “compreendemos a articulação entre a dimensão acadêmica e a dimensão sócio-política da universidade, indagando sobre a compatibilidade e a incompatibilidade entre ambas”. E ela o faz na sequência.

Já no último item da conferência, “Contra a servidão voluntária”, antes de abordar o belo *Discurso sobre a servidão voluntária*, ela se deteve brevemente “na condição social e ideológica que assegura a existência e conservação da universidade operacional no Brasil”, ou seja, “a estrutura violenta e autoritária de nossa sociedade”. A brasileira, disse, “é uma sociedade autoritária, oligárquica, hierárquica e vertical, tecida por desigualdades profundas e gera um sistema institucionalizado de exclusões sociais, políticas e culturais. Isso faz com que a dimensão acadêmica tenda a reforçar a exclusão social”. A partir daí Marilena enfrentou temas espinhosos, como a necessidade de a universidade, para exercer sua verdadeira dimensão política, se comprometida com a democracia, enfrentar o autoritarismo social para diminuir o sistema de exclusões e, “portanto, contestar o caráter excludente atribuído à dimensão humanística e científica”.

Entretanto, observou, “a ampliação social da universidade pode não corresponder às condições exigidas para o trabalho de formação e da pesquisa científica”, o que leva “a uma equação perversa”, a incompatibilidade entre a realização de sua dimensão acadêmica e a realização de sua dimensão democrática, reforçando “a ideologia de conservação de desigualdades culturais, fundada nas desigualdades sociais e econômicas”. Nesse ponto, Marilena

Chauí não poupou um de seus alvos e adentrou numa das suas teses que nos últimos anos mais têm provocado uma furiosa reação, ou seja, atribuir esse reforço ideológico sobretudo à classe média, “que vê na universidade simplesmente o diploma para a ascensão social individual”. Por não ocupar um lugar definido na divisão social das classes que definem o núcleo do capitalismo, a classe média se vê excluída do poder político (ela não tem o poder de Estado) e do poder social (ela não tem a força dos movimentos sociais e populares organizados). Ela procura compensar essa falta de lugar exercendo um poder muito preciso: o poder ideológico. Como sabemos, a classe média tem um sonho e um pesadelo: sonha em se tornar burguesia e tem medo pânico de se proletarizar. Por isso, atualmente, ela se torna o suporte social e político da ideologia neoliberal, individualista e competitiva, que produz o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses. A adoção e defesa dessa ideologia leva a classe média a afirmar que se deve deixar por conta do mercado a definição das prioridades de formação acadêmica e pesquisa. Essa posição antidemocrática significa a defesa da universidade operacional e da privatização do saber, que entra em choque com uma política de abertura e expansão da universidade como um espaço social de criação e afirmação de direitos e de inclusão.

E já trazendo à cena o inspirador ensaio oitocentista do jovem Etienne de la Boétie, *Discurso sobre a servidão voluntária*, escrito quando ele tinha apenas 18 anos, ela propõe como ação universitária — do saber e da política — “o combate em todas as frentes contra a universidade

operacional e a ideologia conservadora que a sustenta, a ação universitária como ação do saber e da política”, exatamente o que chama de “luta contra a servidão voluntária”.

Por fim, depois de transitar pelas indagações de La Boétie a respeito de por que seres livres voluntariamente submetem-se à tirania e onde, afinal, se encontra a força do tirano, Marilena Chauí deixou uma terceira questão para reflexão de sua plateia majoritariamente jovem. “Indaga La Boétie: se, por algum infortúnio, um tirano galgou o poder e ali se mantém, como derrubá-lo e reconquistar a liberdade? E responde: não lhe dando o que nos pede. Se não lhe dermos nossos corpos e nossas almas, ele cairá. Basta não querer servi-lo, e ele tombará.”

Um amplo abrigo para o Fórum Social Mundial

Os numerosos eventos que se sucederam ao primeiro congresso da UFBA foram traçando no campus de Ondina, nos demais da universidade e no salão nobre do palácio da reitoria um certo jeito misto de arena política de longa memória com praça de festa. Isso, claro, antes que a pandemia da Covid-19 assolasse o país no começo de 2020 e obrigasse a migração desses eventos para as fronteiras abertas do espaço virtual. Mesmo aí, a UFBA repetiu sua performance de excelência na produção de grandes encontros e debates, de que são exemplos um congresso em 2020 e dois outros em 2021, que puseram em interlocução, ao longo de três dias, respectivamente 38 mil, 28,6 mil e 12,9 mil pessoas de todo o país e

exterior. Em número de atividades esses congressos revelam dados impressionantes. Foram aproximadamente 630 mesas de debate no primeiro e mais de mil em cada um dos dois seguintes.

Entretanto, na época ainda das atividades presenciais, abrigar o Fórum Social Mundial de 2018 foi, sem dúvida, uma escolha audaciosa para uma instituição já a braços com restrições orçamentárias que ameaçavam duramente seu planejamento (ver mais detalhes no capítulo 3). Anunciadas em 2016, na esteira do *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, os cortes de verbas seguiriam em escalada violenta pelos anos seguintes até 2022, pondo sob duríssimas provas a vida das quase 70 universidades federais do país.

As negociações das lideranças dos movimentos sociais responsáveis historicamente pelo Fórum com a reitoria da UFBA para realizá-lo na Bahia haviam começado no ano anterior. Houve quem duvidasse se faria algum sentido para a instituição acadêmica a parceria que se esboçava, mas o reitor João Carlos Salles não estava isolado em seu entusiasmo pelo evento. Tanto assim, como registrou o *Edgardigital* em 9 de março, que o Conselho Universitário (Consuni) aprovaria naquela data, uma sexta-feira, moção de apoio à realização do Fórum Social Mundial 2018 no ambiente da Universidade.

O texto do informativo semanal da UFBA noticiava que o campus de Ondina em especial e também unidades do campus do Canela seriam palco da maior parte das mais de 1.500 atividades que iriam agitar Salvador de 13 a 17 de março, entre as quais grandes debates de

ideias e estratégias, cursos, manifestações socioculturais e políticas de toda ordem, intervenções artísticas e um sem-fim de expressões culturais, populares ou eruditas. Tudo sempre norteado pelo *slogan* geral da 13ª edição do Fórum, “resistir é criar, resistir é transformar”.

Entre os grandes destaques da agenda cultural é necessário incluir a exposição *Índios Korubo: Vale do Javari*, de Sebastião Salgado, montada no primeiro andar do Palácio da Reitoria, na antessala do gabinete do reitor, e articulada a um dos principais eixos temáticos do Fórum, ou seja, povos indígenas. Um dos maiores nomes da fotografia mundial, o mineiro Salgado foi o responsável pelas primeiras imagens do povo Korubo, classificado como de “recente contato”, capturadas no vale em que vivem no oeste da Amazônia. Poucos dentre eles falam português e são frágeis em relação a doenças comuns entre não indígenas, observava o material explicativo da mostra. E, de acordo com texto publicado no *UFBA em Pauta*, informativo oficial da Universidade, os Korubo, chamados de “caceteiros” em razão das bordunas que portam em vez de arco e flecha, encontravam-se ameaçados pela exploração clandestina das riquezas de seu território. O trabalho com os Korubo é um desdobramento de *Gênesis*, série fotográfica que inclui imagens dos Zoé do Pará e de indígenas de outras etnias, e integra o mais amplo *Amazônia*, classificado por Salgado como seu “último projeto” — sua pretensão seria desde então revisitar e reeditar seus antigos acervos.

Mas, voltando à questão da realização do Fórum em territórios da UFBA, o entendimento geral era de que a

universidade e as lutas que ela travava naquele momento tinham, em larga medida, relação estreita com os pressupostos e objetivos do Fórum. Tomando-o como um grande e extraordinário “evento em que se debate um outro mundo possível, mais justo, inclusivo, diverso e democrático”, e os caminhos para sua construção, o reitor da UFBA dissera dias antes, em coletiva à imprensa, não ser o Fórum alheio ao que a universidade vivia. Em vez disso, enfatizou, “é um lugar para dizer que a universidade pública é central na formação intelectual, na produção de conhecimento, mas também na formação de valores éticos e na formação cidadã. Um lugar para dizer que nenhum novo mundo possível vale a pena sem uma universidade pública, gratuita e de qualidade”.

Com esse espírito, debateu-se de questões cruciais do universo do trabalho, como sua precarização em marcha, passando por pesados efeitos do racismo estrutural da sociedade brasileira e duras investidas contra a preservação das comunidades indígenas, à proposta de criação de uma rede de comunicação universitária, tanto mais necessária em tempos de tentativas de desmontagem da universidade pública no país.

Assim, pôde-se ouvir na abertura da mesa “Trabalho digno: respostas à reforma trabalhista, controle social e direitos”, no salão nobre da reitoria, na quinta-feira, 15 de março, que o empresariado brasileiro buscava a reforma aprovada pelo Senado em julho de 2017 havia, pelo menos, 30 anos. “Ou seja, por 30 anos os trabalhadores brasileiros conseguiram impedi-la, e ela só se tornou realidade agora por causa da grande derrota que sofremos

em 2016, quando o governo ilegítimo de Temer assumiu o poder e, dessa forma, a reforma conseguiu passar”, disse a socióloga Graça Druck, professora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA. “Não concordo com a tese de que estamos anestesiados e perplexos”, continuou ela. “Estamos levando golpes desde 2015, um atrás do outro, o último foi o assassinato da Marielle Franco, vereadora do Partido Socialista brutalmente assassinada nesta semana”, enfatizou, sem poder antever o quanto o quadro de violência e desmonte das instituições se aprofundaria nos anos seguintes.

Vale destacar entre os debates sobre racismo a mesa que tratou de “Abdias Nascimento e o genocídio do negro brasileiro”. Seu intento era lançar luz sobre a obra de um grande intelectual, personagem-chave da luta antirracismo no Brasil do século XX, talvez menos conhecida das gerações mais novas do movimento negro do que merece. Proposto pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-brasileiros (Ipeafro), o debate levantou, pelas vozes dos professores Samuel Vida, da Faculdade de Direito da UFBA, e Marluce Macêdo, da Faculdade de Educação da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), variadas facetas da atuação pública de Nascimento, incluindo seu papel na montagem de um certo constitucionalismo negro, muitas décadas antes de a lei brasileira ter estabelecido o racismo como crime, e a denúncia vigorosa da falácia contida na suposta democracia racial brasileira, numa época em que alguns dos mais proeminentes artífices e defensores dessa concepção tola ocupavam ainda um lugar sem contestações no cenário nacional.

Escritor, poeta, dramaturgo, artista plástico, deputado federal e senador pelo Rio de Janeiro, o paulista de Franca Abdias Nascimento (1914-2011), como descrito na página do Ipeafro, aliás, umas das instituições que ele fundou, foi “o mais completo intelectual e homem de cultura do mundo africano do século XX”. Professor emérito da Universidade do Estado de Nova York, em Buffalo, EUA, onde fundou a cátedra de Culturas Africanas no Novo Mundo, professor visitante, entre outras instituições, na Escola de Artes Dramáticas da Universidade Yale (1969-70) e no Departamento de Línguas e Literaturas Africanas da Universidade Obafemi Awolowo, Ilé-Ifé, Nigéria (1976-77), ele recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* das universidades do estado do Rio de Janeiro (UERJ), Federal da Bahia (UFBA), de Brasília (UnB), da Uneb e da Universidade Obafemi Awolowo em Ilé-Ifé,

Um militante desde a década de 1930, ou um ativista pan-africanista adiante, fundador do Teatro Experimental do Negro e do projeto Museu de Arte Negra, exilado nos anos da ditadura militar (1964-1985), Abdias do Nascimento ainda seria apresentado por Vida como uma liderança que cumpriu a “transição entre o movimento de resistência negra — que criava estratégias para a sensibilização das elites e do poder estatal — e a militância que lutava por todas as formas de inclusão das pessoas negras”. Foi assim o responsável por provocar um deslocamento no movimento de resistência “para uma perspectiva de utilização da denúncia como estratégia mais importante, a que não cede aos ataques, mas também apresenta soluções para os problemas apresentados”.

Quanto à presença do “constitucionalismo negro” que identifica nas ideias de Abdias, Vida observou que “não era possível trabalhar de forma individual na militância, então era necessário alterar o sistema desde a base institucional, e ele propôs uma série de mudanças nos anos 1940, como a criminalização do racismo, políticas de ações afirmativas, garantia do acesso e modificação das estruturas gerenciadas pelo Estado, propostas não atendidas na totalidade até o momento”.

Marluce Macêdo, ao apresentar os pontos mais importantes da obra “gigantesca e atual, multidisciplinar e abrangente” de Nascimento, observou que ele apontava o genocídio e, ao mesmo tempo, abria para discursos alternativos de defesa da população negra que não foram colocados em diálogo e que teriam servido para se lutar contra o *status quo*”. Em sua visão, o livro *Genocídio do povo negro* é fundamental para entender o pensamento e a contribuição de Abdias Nascimento para a causa das populações negras, dos pontos de vista intelectual e ativista. O autor, ela defende, foi subversivo ao escancarar o problema da democracia racial “quando autores de sua época, como Gilberto Freyre e Pierre Verger, haviam tornado o processo de memória e reflexão sobre a escravidão mais brandos”.

O debate sobre Abdias Nascimento incluiu também entre os palestrantes o escritor Sandro Sussuarana, que contou um pouco de suas vivências como poeta, morador e trabalhador da periferia de Salvador, e Olinda Santos, representante do Quilombo dos Macacos, que narrou o sofrimento de sua comunidade ante a impos-

sibilidade de usar para subsistência as fontes e nascentes da região, porque as terras que ocupavam haviam sido legalmente retomadas pela Marinha brasileira. O mais extraordinário foi a resposta concreta e imediata às palavras de Olinda Santos: mal ela contou que precisava de um documento para apresentar às autoridades sobre a necessidade de uso da água, a plateia que lotava o Teatro Martim Gonçalves, liderada pela diretora-presidente do Ipeafro, Elisa Larkin Nascimento, elaborou o documento para ela levar ao quilombo.

O lado artista de Abdias do Nascimento foi também homenageado com a interpretação de seu poema *Serra da Barriga* por Nelson Maca, poeta, e Jorge Bafafé, músico do afoxé Badauê. No final, a norte-americana Larkin, cientista social, casada com o ativista por mais de três décadas e ela mesma militante desde os protestos dos anos 1970 contra a Guerra do Vietnã, nos Estados Unidos lembrou que “há exatos 104 anos”, naquele dia, em Franca, no interior de São Paulo, nascia Abdias Nascimento. “Estamos aqui para celebrar a vida e a obra de um ícone para o povo negro brasileiro, que sempre deu espaço ao debate, com a convicção de que vamos dar continuidade à luta contra o racismo e buscar a preservação e a expansão do espaço negro sem fronteiras.”

Já no âmbito da comunicação, o *Edgardigital* apresentou um bom apanhado do rumo dado ao debate na mesa “Interlocuções I — Universidade, sociedade, pensamento crítico e a comunicação estratégica”, pelos reitores Roberto Leher, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e João Salles (UFBA), mais o vice-reitor An-

tonio Inácio Andrioli, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), e pelos jornalistas e comunicadores Luis Nassif, diretor do Jornal GGN, Rita Freire, do conselho internacional do Fórum Social Mundial, Fátima Froes, da Rede Mulher e Mídia, e Renata Miele, do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Mais tarde, se juntaria ao grupo o sociólogo português Boaventura de Souza Santos ([íntegra no Youtube](#)).

Esse encontro possibilitou uma análise rigorosa da universidade pública brasileira articulada a interrogações sobre as possibilidades da comunicação pública no país, a partir da qual se pôde vislumbrar um primeiro esboço de uma rede de comunicação universitária. E nela a produção do conhecimento e as reflexões originais da própria universidade fertilizariam o processo de comunicação pública, ao mesmo tempo que essa instituição teria sua natureza mais fielmente exposta à sociedade a que se vincula. Uma tal rede deve se tornar capaz de difundir informação relevante e fundamental a um projeto de país de que hoje os brasileiros tanto se ressentem e cujos pressupostos básicos são a ampliação da democracia e a redução decisiva das desigualdades.

A comunicação pública tem a missão de trazer para a arena pública temas de relevância social e política que nem sempre os veículos comerciais, dados seus vínculos com bem determinados interesses econômicos e o objetivo de obtenção de lucros, têm interesse em abordar, observaram os jornalistas. E mais: para contribuir com um novo projeto de país, meios de comunicação pública precisam do entrelaçamento com outras instituições

comprometidas com as bandeiras da liberdade, da inclusão social e da democracia.

São as próprias universidades, ressaltou Rita Freire, que podem debater como enfrentar o rebaixamento crítico produzido pela mídia oligopolizada em um tempo de expansão do conservadorismo, mas jornalistas que avançaram, em anos recentes, na via da comunicação pública estão prontos para aportar o que construíram. “Queremos ouvir, aprender, incorporar e apoiar para que o diálogo com a universidade vá além de uma roda de conversa”, disse. “O país vive um completo processo de desmonte de suas instituições. Ao mesmo tempo, revoluções tecnológicas estão em curso no mundo em todas as frentes. O papel da universidade é pensar a reconstrução dentro de uma outra lógica, com inclusão e democracia participativa e uso de novas tecnologias para soluções mais rápidas”, observou Luis Nassif.

No espírito tão próprio da UFBA, a participação da universidade na programação do evento internacional que ela recebia não aconteceria, claro, sem música e celebrações especiais a destacadas personalidades baianas na produção do conhecimento. Assim, a própria abertura do Fórum Social Mundial no salão nobre da reitoria foi marcada pela homenagem ao casal de cientistas Zilton Andrade, então com 93 anos (faleceu em julho de 2020), e Sonia Gumes Andrade, na época com 89 anos, ambos patologistas, pesquisadores importantes das chamadas doenças tropicais (ou negligenciadas), professores eméritos da UFBA e servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Marcado também pela homenagem póstuma

a uma terceira grande personalidade, o Mestre Didi, por batismo Deoscóredes Maximiliano dos Santos, artista plástico, sacerdote e expoente da cultura afro na Bahia, cujo centenário ocorrera em dezembro de 2017.

Tempo de mutações, crise e democracia

Praticamente todos os grandes temas políticos e institucionais que fustigaram o país desde 2014 até o presente estiveram em debate aberto na UFBA. O ano de 2016, por exemplo, início de tempos trágicos para o Brasil, determinados pelo processo de *impeachment* e destituição da presidente Dilma Rousseff e pela escalada da chamada Operação Lava Jato, marcados ambos por tenebrosas manipulações legais com o objetivo político de retirar do comando do governo federal o Partido dos Trabalhadores e suas políticas sociais, em meio a investidas agressivas das propostas do neoliberalismo, trouxe em abril o ciclo de debates Crise e Democracia.

A reitoria da universidade juntava, assim, a pesquisadores seus, nomes de destaque no cenário científico e político nacional para analisar a conjuntura política e o futuro da democracia no Brasil. E isso com o apoio, como de hábito, de suas associações de docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, respectivamente, Apub, Assufba e DCE. Foi em debates calorosos, polarizados com frequência, em especial na discussão a respeito de estar ou não em marcha, naquele momento, um golpe de estado para destituir a presidente, que pas-

saram pelo salão nobre da reitoria, entre outros, Ricardo Antunes, Fernando Carneiro, José Arbex Jr, Vladimir Safatle, Luiz Filgueiras, Ermínia Maricato, Marco Aurélio Nogueira, Bob Fernandes e João Paulo Rodrigues.

O tema Crise e Democracia seguiria de muitas formas em debate na UFBA nos anos seguintes e terminaria entrando na pauta dos congressos virtuais a que a universidade se viu impelida pela pandemia da Covid-19 em 2020 e 2021 — aliás, congressos surpreendentemente imensos, com vasta participação nacional e mesmo internacional, nos quais as mesas de debate foram subindo da casa de centenas para a do milhar. Nesse cenário difícil, em meio a irracionalidade e negacionismo promovidos pelo governo federal, a lista de especialistas para debatê-lo foi enriquecida com nomes de grande peso, como André Singer, Graça Druck, Lilia Schwarcz, Luis Nassif, Marcio Pochmann, Marcos Nobre e Muniz Ferreira, entre outros.

Muitas vezes, a universidade foi além dos marcos políticos e institucionais e abriu-se a debates filosóficos capitais originados em outros centros, caso do ciclo “Mutações” — que parece ter uma atualidade espantosamente maior nestes primeiros meses de 2022 do que em 2016. A reportagem sob o título “É tempo de mutações mais que de crise” e subtítulo ou, no jargão dos jornalistas, linha fina, “Ciclo de conferências busca pistas para pensar um futuro quase insondável num mundo comandado por fatos científicos apartados das ideias”, dá de saída uma ideia do que seria debatido no conjunto de conferências. Já a cobertura de boa parte das 15 palestras que o constituíam permite aprofundar o olhar sobre esse even-

to acolhido na UFBA em outubro de 2016 — mérito do informativo semanal eletrônico *Edgardigital*, que, pouco mais de cinco anos após seu lançamento, revela-se uma ferramenta extremamente útil a uma memória vívida e preciosa desse percurso entre acontecimentos marcantes. Mérito também da TV UFBA, renovada nesses anos por uma concepção jornalística e documental que traz à cena, ao vivo, os grandes eventos, amplia seu alcance e guarda para a posteridade, para estudos futuros, suas imagens, palavras e sons.

Ali no *Edgardigital* se informa que “Entre dois mundos: 30 anos de experiências do pensamento”, o nome próprio desse ciclo, “altamente recomendável para quem sente necessidade de aprofundar a reflexão sobre o escassamente compreendido e profundamente inquietante tempo em que vivemos”, começara em São Paulo com a conferência “A amizade”, proferida pelo filósofo francês Francis Wolff, em 30 de agosto — o mesmo Wolff, registre-se, que no fim de 2021 faria a conferência de abertura do Congresso dos 75 anos da UFBA. Daí seguira para, em diferentes formatações, para o Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília e Salvador, onde a conferência de abertura, no salão nobre da reitoria, dia 3 de outubro, coube a José Miguel Wisnik, respeitado compositor, músico, ensaísta e professor de literatura da USP, que falou sobre “Poetas que pensaram o mundo”. A mediação foi de Adauto Novaes, justamente o criador desses ciclos de conferência 30 anos atrás e seu curador deste então.

Em 2016, o ativista cultural havia decidido propor uma reflexão sobre os temas dos ciclos anteriores, depois

de nos 20 primeiros ter mirado os grandes universais, “como liberdade, justiça, direitos humanos, democracia”, e, nos seguintes, constatando que o conceito de crise não conseguia dar conta do que estava em curso no mundo, ter transitado para a ideia de mutações. Ao iniciar seu projeto, o país estava saindo da ditadura de 1964-1985 e os debates estavam bem concentrados nos temas duros da política, da economia, na organização partidária e nos terríveis legados da ditadura. Naquele momento, Novaes entendia e defendia que sem as paixões não dava para entender o mundo — o amor, o desejo, o ressentimento, o ódio, a vingança. Em síntese, as paixões alegres e as paixões tristes precisavam entrar na agenda. E aconteceram os ciclos que surpreenderam intelectuais e acadêmicos e mobilizaram multidões para as conferências sobre “Os sentidos da paixão”, “O olhar”, “O desejo”, e na sequência evoluíram para a abordagem de “Tempo e história”, “Civilização e barbárie” etc. Todos geraram também livros.

A mudança de rota a partir do vigésimo ciclo encarava o fato de o mundo estar “numa grande revolução, numa mutação, e era preciso explorar esse tema novo no pensamento”, observava em 2016. Era, em sua visão, uma mutação não precedida nem anunciada por uma revolução cultural ou filosófica, por isso, diferente de todas as anteriores. Agora, o pensamento humanista “vem a reboque da tecnociência, da biotecnologia e da revolução digital”. Para Novaes, “estamos à deriva, comandados por fatos científicos, não pelas ideias, a mutação se dá no vazio do pensamento”. Numa corrida do pensamento atrás das invenções, ele dizia. “Sequer sabemos para onde o

mundo está caminhando pelos próximos 10, 20, 30 anos, e todo o esforço do pensamento se faz por desvendar esses caminhos”, observava.

Certamente, uma gigantesca pandemia a partir do fim de 2019, com o saldo de mais de 5 milhões de mortos em todo o mundo, o crescimento atordoante da extrema-direita, com suas novas formulações políticas a se espriarem pelo planeta, e guerras, inclusive a que se desenha pelo embate entre os dois impérios detentores de 90% do arsenal nuclear global, não ajudariam hoje nos prognósticos traçados por Novaes.

Os conferencistas que estiveram no Ciclo Mutações na UFBA, entre 3 de outubro e 25 de novembro, foram, além de Wisnik, João Carlos Salles, Vladimir Safatle, Maria Rita Kehl, Pedro Duarte, Oswaldo Giacóia Jr, Luiz Alberto Oliveira, Renato Lessa, Eugênio Bucci, Francisco Bosco, Jorge Coli, Marcelo Coelho, Marcelo Jasmin, Antonio Cícero e Guilherme Wisnik. Não se pode deixar de notar nessa lista de notáveis a absoluta predominância masculina, a ausência quase total de nomes femininos.

Mas vale um registro, à guisa de conclusão, sobre o olhar radicalmente inovador que as duas gestões lideradas pelo filósofo João Carlos Salles imprimiram ao vínculo indissolúvel da universidade com a sociedade em que se insere, de que todos os congressos e os demais eventos públicos desses anos são sintomas ou magníficas expressões. Aqui se fala de encontros que reuniram, somados, centenas de milhares de pessoas. Encontros que cresceram exponencialmente a despeito da pandemia e de sua obrigatória transição do caráter presencial, tão co-

nhecido e gratificante, para o espaço virtual mal conhecido e desafiador. O que se tem aqui, ao fim e ao cabo, é uma universidade que, sete décadas depois de fundada, se põe de novo com vigor no território geopolítico de sua cidade, de seu estado, e assim se revela, em infinitas relações e teias, a seus pares e a seu país.



João Carlos Salles e Paulo Miguez com estudantes, na posse na reitoria da UFBA, que lotou o salão nobre em setembro de 2014





A crise da democracia foi tema de debate contínuo na UFBA desde 2016, no salão nobre da reitoria, nas salas de aula ou nos debates virtuais durante a pandemia de Covid-19



Reflexões sobre um mundo em mutação profunda: quase duas dezenas de cientistas e pensadores estiveram na UFBA no ciclo organizado por Adauto Novaes



O reitor da UFBA e a filósofa Marilena Chauí na conferência magna dos 70 anos da UFBA, em 2016. Na frente do Teatro Castro Alves, a orquestra de alabês; no palco, a Orquestra Sinfônica da UFBA



Sonia Andrade e Zilton Andrade entre o reitor João Carlos Salles, a ex-reitora Eliane Azevedo e o compositor Paulo Lima: casal de cientistas homenageados pela UFBA na abertura do Fórum Social Mundial



A notícia do assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, chegou ao Fórum Social Mundial no primeiro dia de trabalhos e a reação foi imediata no campus de Ondina; antes, representantes de povos indígenas participaram de passeata no centro da cidade



Conferência de Muniz Sodré abriu o congresso da UFBA de 2018; danças no campus celebraram a cultura baiana

CAPÍTULO 2

A UFBA revista como locus de relevante produção científica

No começo de 2022, enquanto se tornavam mais graves as investidas do Executivo federal — já intensificadas desde 2019 — contra a estrutura e o repasse regular de recursos orçamentários à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) obtinha da Capes a renovação, até 2024, de sua participação no Programa Institucional de Internacionalização, o Capes-Print —, sem ressalvas. Resultado de avaliação técnica, sem interferências políticas, não era notícia trivial para a instituição. Era antes sucesso a ser comemorado, tanto mais quando o comunicado vinha acompanhado de referências elogiosas à qualidade da execução entre 2019 e 2021 dos projetos de pesquisa que integram a proposta da UFBA no programa e, especialmente, quando se recorda que a instituição não passara na primeira seleção da Capes.

Em 2018, em companhia de outras respeitadas universidades brasileiras, algumas com performance que as situa entre as primeiras do país em qualquer *ranking* de produção científica, caso da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a UFBA não figurava na lista original de aprovadas no edital do programa, que visava sobretudo apoiar o esforço de internacionalização da pesquisa científica nas instituições consideradas as mais capacitadas nesse âmbito. Internacionalização é um caminho apontado, faz anos, como chave para robustecer a pesquisa científica. E por apoio entenda-se principalmente a concessão de recursos para bolsas no exterior em vários níveis, da fase de doutoramento às atividades como professor visitante, além, em sentido inverso, das verbas destinadas à vinda de pesquisadores de instituições estrangeiras ao Brasil.

Longe de aceitar conformada o primeiro resultado, a UFBA recorreu da decisão — como também o fez a Unicamp, claro. Os responsáveis pela gestão da pesquisa e da pós-graduação na universidade baiana, sob a liderança do então pró-reitor Olival Freire Jr., físico e historiador da ciência, entendiam que esse resultado refletia, não uma avaliação da competência da universidade, mas uma rejeição à forma como ela organizara sua proposta, articulando diferentes projetos em praticamente todas as áreas do conhecimento — um tanto fora do modelo mais seletivo e estrito sugerido pela Capes. Foi nesse sentido, ressaltando excelência em todas as grandes áreas, e não em alguma específica em detrimento de outras, que a universidade argumentou, defendeu sua proposta e, fi-

nalmente, a viu aprovada ainda em 2018. Assim, incluiu-se numa lista de 36 instituições de todo o país.

A agência federal previu inicialmente recursos totais de R\$ 32 milhões para o Capes-Print UFBA até 2022, dos quais repassou perto de R\$ 10 milhões, em 2019. Depois, a pandemia de Covid-19, com a consequente restrição geral às viagens internacionais, resultou em mínima execução financeira nos dois anos seguintes. Já para o período de 2022 a 2024, há previsão de repasse de R\$ 16 milhões, dos quais R\$ 5,6 milhões no primeiro ano.

Sem abuso, alguma numerologia a mais dá uma medida do que tem sido o empenho da UFBA para intensificar sua produção científica pela via da internacionalização que, obrigatoriamente, se agrega a outros percursos. Assim, a coordenação do programa aprovou em 2019, quando ele foi executado sem interrupções, 183 pedidos de bolsa num universo de 307 candidaturas apresentadas. A propósito, o Capes-Print seguiu coordenado por Freire, que liderara a construção da proposta da UFBA, mesmo após ele ter deixado, em março de 2020, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação que ocupava desde 2014 e ser substituído por Sergio Ferreira, professor titular e respeitado pesquisador do Instituto de Química.

A distribuição dessas bolsas, explicou Freire ao *Edgardigital*, deu-se da seguinte forma: estudantes tiveram 60 bolsas de doutorado sanduíche; professores da UFBA, 59 bolsas de professor visitante, de 3 a 12 meses, e mais 46 missões de trabalho, de 7 a 20 dias. Além disso, concederam-se bolsas para atrair pesquisadores de fora, nas modalidades de professor visitante Brasil, destinadas

a estrangeiros que se dirigissem à UFBA por períodos entre 15 e 30 dias, de jovem talento e de pós-doutorado com experiência no exterior. O esforço em 2019 ainda se completou com o envio de dois técnicos administrativos ao exterior para capacitação linguística, de modo a assegurar mais eficiência em sua interlocução cotidiana com pesquisadores estrangeiros. Quatro países — Estados Unidos, Reino Unido, Espanha e França — concentraram quase em pé de igualdade a distribuição dessas ações, na base de 15% do total em cada um deles, segundo Freire.

Ainda em 2019 foram estabelecidas mais de 80 parcerias internacionais, envolvendo cerca de 250 docentes e discentes, o que se refletiu seguramente no crescimento do número de artigos científicos publicados por pesquisadores da UFBA com colegas de outros países. “Cerca de 34% dos artigos publicados e indexados no Web of Science comportam coautorias com pesquisadores de outros países”, informa o formulário de renovação do Capes-Print da universidade. Entre 2019 e 2022, foram 647 artigos com coautores dos Estados Unidos, dos quais 58 da Universidade Harvard, e 312 do Reino Unido, dos quais 126 da Universidade de Londres e 57 do Imperial College. “Certamente, o apoio à internacionalização trazido pelo Capes-Print fortaleceu esta tendência”, detalha o documento.

Dado importante a ressaltar, até considerando-se que um grande esforço por inclusão em múltiplos sentidos, aliado à busca por excelência, é uma característica central das duas gestões mais recentes da UFBA, é o fato de todos os programas de pós-graduação da universidade com conceito entre quatro e sete — a maioria — fa-

zerem parte do Capes-Print. Em números absolutos, são 67 dos 85 programas.

Ao longo dos últimos anos, aprofundou-se e espraiou-se para a prática cotidiana da reitoria e pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação a concepção de que não se obtém crescimento e desenvolvimento institucional consistente privilegiando determinados grupos de excelência em detrimento de outros em fase de consolidação — todos precisam ser conjuntamente impulsionados. Sim, ninguém ignora que o ambiente acadêmico é atravessado por diferenças e competições e está longe de ser composto por santos; que ele é humano, às vezes demasiadamente humano; que rivalidades profundas, com alguma frequência, opõem frontalmente grupos de pesquisa; e que diferenças políticas e ideológicas eventualmente se erguem como intransponíveis. Entretanto, a busca por excelência com democracia e inclusão, tomada como política basilar, impeliu a gestão a propor sem descanso que a universidade pública é acima de tudo lugar de colaboração e diálogo.

Isso se traduziu de forma eloquente na primeira reunião aberta que o reitor e o pró-reitor, João Carlos Salles e Olival Freire Jr., respectivamente, convocaram para um debate sobre o Capes Print, no salão nobre da reitoria, poucos dias após o lançamento do edital do programa e de sua apresentação a pró-reitores de todo o país, em Brasília, em 2017. Foram convidados todos os coordenadores de programas de pós, todos os líderes de grupos de pesquisa da universidade e quem mais, dentre os pesquisadores/professores, quisesse ouvir a apresentação e

discutir o assunto. E já ali, mais que esboçado, ficou definido que todos os grupos de pesquisa aptos integrariam a proposta global da UFBA, que, sim — ambição extrema —, tentaria ter um único e sólido tema geral com potencial para articular, por meio de subprojetos, os grupos de pesquisa em arranjos inovadores. Na prática, claro, construir a proposta geral da universidade não foi um passeio, e foram infindáveis os ajustes até se chegar a um modelo consensual. E, rejeitado de início pela Capes, a combinação entre defesa vigorosa da proposta e ajustes adicionais terminou conduzindo o processo ao sucesso.

Indicadores da pós-graduação *versus* qualidade da pesquisa

A excelência em pesquisa da UFBA em todas as grandes áreas do conhecimento, longe de um juízo político, é uma constatação objetiva do Freire historiador da ciência, secundada por sua experiência de gestor como pró-reitor de pesquisa e pós-graduação. E nesse sentido ele traça um instigante e longo percurso que precede em muito a constituição da própria universidade, em 1946, para abordar, primeiro, o alto desempenho na área de saúde. “São quase 200 anos de uma prática que dá chão para a usina de produção científica que são os sete cursos na área de saúde com conceito igual ou superior a cinco. A saber, Saúde Coletiva (7), Patologia (6), Medicina e Saúde (5), Ciências da Saúde (5), Imunologia (5), Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas (5) e Enfermagem (5)”.

Freire está assim fazendo referência à primeira escola médica do Brasil, a Escola de Cirurgia da Bahia, criada por ato do príncipe regente Dom João VI em sua rápida passagem em 1808 por Salvador, no percurso da fuga da corte portuguesa ao cerco de Napoleão Bonaparte, que o levaria a instalar-se no Rio de Janeiro e a consolidar a cidade como sede do reino. Essa é a escola que se transformará, 24 anos depois, na Faculdade de Medicina da Bahia e, em 1946, será um dos pilares centrais da primeira universidade baiana. Será ela quem fornecerá uma bela série de nomes de peso à ainda incipiente ciência brasileira do fim do século XIX e primeiras décadas do século XX e exportará, então, tanto para salas de aula públicas quanto para elegantes consultórios particulares de São Paulo e Rio de Janeiro, um número considerável de seus melhores formandos. Sempre valerá a pena lembrar, entre outros, de Manuel Augusto Pirajá da Silva (1873-1961), o médico e pesquisador que identificou o *Schistosoma mansoni* e o ciclo fisiopatológico da esquistossomose, e de Juliano Moreira (1873-1933), o psiquiatra negro que confrontou o racismo científico e as teses eugenistas de seu colega Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906).

E que jamais seja esquecido nessa galeria o nome de Nise da Silveira (1905-1999), médica psiquiatra brilhante, reconhecida mundialmente por sua contribuição à psiquiatria, a partir da revolução ao tratamento de doenças mentais no Brasil, que iniciou ao se opor tenaz e ativamente às terapias agressivas da época, como o eletrochoque, a lobotomia, a insulinoterapia e o confinamento dos pacientes, buscando outros caminhos mais

humanizados. Alagoana de nascimento, Nise da Silveira estudou na Faculdade de Medicina da Bahia de 1921 a 1926, única mulher ante 157 homens de sua turma de formandos. Entre eles estava o sanitarista Mário Magalhães da Silveira, com quem se casou e viveria até o falecimento dele em 1986. O casal se mudaria para o Rio de Janeiro em 1927. Revolucionária em múltiplos sentidos, ela é personagem do escritor Graciliano Ramos em *Memórias do Cárcere*, e seu instigante trabalho está na trilogia *Imagens do Inconsciente*, do cineasta Leon Hirszman.

O importante a destacar aqui, entretanto, é que a Faculdade de Medicina e seus vários, digamos, *spin-offs* construídos ao longo do tempo, como o Instituto de Saúde Coletiva (ISC), em 1995, seguiram até o presente um caminho de produção de pesquisa de enorme relevância, com atenção especial e resultados notáveis para as chamadas doenças negligenciadas (tropicais, no jargão mais antigo), a epidemiologia e as grandes questões da saúde pública no país.

Assim, a par das contribuições de pesquisadores das gerações que iniciaram suas atividades em meados do século XX — como os já citados Zilton Andrade e Sonia Andrade, em patologia e imunologia (capítulo 1) —, merecem destaque estudos de cientistas que começaram a trabalhar nos anos 1970 e estão ainda em plena atuação, como os do epidemiologista Maurício Barreto. Professor emérito da UFBA e, desde 2014, vinculado também à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), difícil, entretanto, é escolher, entre tantos projetos relevantes desse pesquisador 1A do CNPq, autor de mais de 500 artigos publi-

cados em revistas científicas, além de 50 monografias e capítulos de livros, um único para destacar. Fiquemos, neste tão dramático 2022 em que o país se viu até retornando ao mapa mundial da fome, com a pesquisa sobre o impacto positivo do programa Bolsa Família na redução da mortalidade entre crianças brasileiras menores de 5 anos, cujos resultados foram publicados em artigo no periódico inglês *The Lancet*, [“Effect of a conditional cash transfer programme on childhood mortality: a nationwide analysis of Brazilian municipalities”](#), em maio de 2013. Assinam o *paper*, além de Maurício Barreto, os pesquisadores Davide Rosella, Rosana Aquino e Carlos AT Santos, todos do Instituto de Saúde Coletiva (ISC), e Rômulo Paes-Souza, da Universidade de Sussex, em Brighton, Reino Unido.

O Bolsa Família, para quem já não lembra, foi criado em 2003, no primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, como desenvolvimento do programa Fome Zero, do governo anterior, o de Fernando Henrique Cardoso. Destinava-se às famílias com renda *per capita* então entre R\$ 70,00 e R\$ 140,00 que, em contrapartida ao benefício, assumiam o compromisso de manter os filhos ou dependentes frequentando escolas e vacinados, recorda reportagem publicada no site da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

No projeto liderado por Barreto, o trabalho de campo envolvendo quase 3 mil municípios brasileiros, no período de 2004 a 2009, foi também pesquisa de doutorado de Davide Rosella, no ISC. O que a equipe buscava era investigar a eficiência do Bolsa Família na vida das

pessoas de baixa renda — com a interface em algumas análises do Programa de Saúde da Família —, e, de fato, constatou-se que, nos municípios com alta cobertura do programa, a queda da mortalidade geral entre crianças na faixa considerada foi de 19,4%.

“Os critérios para o registro adequado de óbitos e nascidos vivos foram atendidos por 2.906 municípios. Destes, 2.853 (51% de todos os municípios brasileiros) tinham dados disponíveis para todas as covariáveis e foram incluídos em nossa análise”, explica o texto do artigo na apresentação dos resultados, com apoio de tabelas. Em seguida observa que “de 2004 a 2009, a taxa média de mortalidade de menores de 5 anos diminuiu 19,4% nos municípios estudados”, afirma que a maior redução “foi associada à desnutrição (58,2%)”, além de apresentar na tabela correspondente também uma redução de 46,3% na mortalidade por diarreia, de 27% devido a causas respiratórias e de 17,9% na decorrente de causas externas. Mais adiante o texto informa que “a cobertura média do programa nos municípios aumentou continuamente, chegando a 28,3% em 2009”, num crescimento de 63,6% desde seu começo. As condições socioeconômicas melhoraram no período, com aumento de 46,5% na renda média mensal por pessoa, redução de 25,8% do percentual de pessoas vivendo em domicílios com saneamento inadequado.

Num destaque do artigo, à guisa de interpretação, os cientistas resumem bem sua visão sobre o Bolsa Família: “Os resultados do nosso estudo mostram que um programa de transferência condicional de renda em

larga escala, combinado com um sistema eficaz de atenção primária à saúde, pode reduzir fortemente a mortalidade, por causas relacionadas à pobreza e em geral. Os mecanismos incluem efeitos nos determinantes sociais da saúde e aumento do uso de serviços preventivos em crianças e mulheres gestantes”.

Esses grandes estudos com tratamento de dados e coortes populacionais liderados por Maurício Barreto já traziam o embrião, ainda que não permitissem supor exatamente que cara teria, do Centro de Integração de Dados e Conhecimentos para Saúde (Cidacs), que ele fundou com colegas, vinculado à Fiocruz-Bahia, em 2016. Esse centro, de inserção também internacional, ante a pandemia da Covid-19, faria a partir do começo de 2020 um admirável trabalho de debates, análise e validação de estudos científicos, que então surgiam aos borbotões no mundo inteiro, assim como um serviço de divulgação científica em escala inédita, através da Rede CoVida, cuja formação liderou, agregando imediatamente a UFBA e várias outras instituições. O balanço desse esforço certamente ainda merecerá reflexões e maior reconhecimento público.

Da mesma geração é o médico e pesquisador Edgar Marcelino de Carvalho, imunologista e estudioso das doenças tropicais e negligenciadas, com destaque especial para seus trabalhos em leishmaniose cutânea, que lhe valeram, em 2021, o posto de maior especialista do mundo nessa doença, na avaliação do site *Expertscape*. “A classificação foi feita com base nas publicações científicas, tendo sido documentado que o cientista publicou

84 artigos sobre o tema, durante os anos de 2010-2021”, informou, em março de 2021, o site do Instituto Gonçalo Muniz, Fiocruz-Bahia. Em 2018, registre-se, Edgar Marcelino de Carvalho tinha recebido da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) o Prêmio do Mérito Científico Roberto Santos, entre muitas outras honrarias conquistadas ao longo da vida de pesquisador.

Professor titular aposentado da UFBA, coordenador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Doenças Tropicais (INCT-DT), entre várias outras atividades, Carvalho mantém dois projetos de pesquisa em pleno andamento com apoio dos Institutos Nacionais de Saúde (NIH) dos Estados Unidos. Um deles, iniciado em 2018, trata da inflamação na patogênese da leishmaniose cutânea disseminada (LD), forma da doença documentada, pela primeira vez, por ele mesmo e equipe na Medicina da UFBA, em 1986 — o projeto é objeto de cooperação com o Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas, um dos NIH. O outro, que começou em 2016, estuda a eficácia da associação das drogas miltefosina e GM-CSF no tratamento da leishmaniose cutânea causada por *Leishmania (Viannia) braziliensis* e tem suporte financeiro dos NIH.

Edgar Marcelino de Carvalho já era destacado pela revista *Pesquisa Fapesp*, uma referência em divulgação científica no Brasil, em 2003, numa reportagem que abordava os avanços do trabalho de seu grupo no controle da resposta imunológica e do inseto transmissor no tratamento da leishmaniose. O texto explicava que as células de defesa, ao chegar ao local da invasão e iniciar

o combate, davam lugar, como é natural, a uma inflamação. “Quanto mais intensa essa resposta, mais eficiente e rapidamente o inimigo é eliminado. Mas essa reação, em geral benéfica, torna-se nociva quando exagerada porque, além de destruir o invasor, danifica os tecidos do próprio corpo”, detalhava. Seguia observando que “é exatamente a hiperatividade desse mecanismo a causa das lesões na pele e nas mucosas características das formas mais comuns da leishmaniose tegumentar, doença tropical que ocorre em 88 países, provocada pelo protozoário (parasita de uma única célula) *Leishmania brasiliensis*”.

Desde então, muita pesquisa rolou, Carvalho apareceu na mesma revista outras vezes, inclusive em 2007, incursionando pela relação entre proteínas do *Schistosoma mansoni* e controle da inflamação respiratória na asma. Na verdade, a notável contribuição de seu grupo e de outros da UFBA para o conhecimento internacional da leishmaniose e de muitas doenças tropicais negligenciadas ainda está para ser inventariada. E não há que se esquecer nesse esforço os nomes de Aldina Prado Barral e Manoel Barral-Netto, além de Lucas Pedreira de Carvalho, que, a propósito, também estão no *ranking* dos 66 cientistas que mais publicaram sobre a leishmaniose cutânea no mundo. Sobre o caráter inflamatório da asma e suas características, obrigatório será destacar o trabalho de Álvaro Cruz, com todo o seu empenho sobre novas formas de controle da asma grave; e na investigação das doenças infecciosas e parasitárias, incluindo as retrovíroses humanas, não será menos obrigatória a inclusão de Carlos Brites.

Para concluir, em vez de um artigo específico desse pesquisador 1A do CNPq que é Edgar Marcelino de Carvalho Filho, autor de aproximadamente quatro centenas deles, registremos pequenos trechos do resumo de seu mais recente grande projeto de pesquisa em andamento, de acordo com seu currículo Lattes:

“A *L. braziliensis* é o agente causal mais importante da leishmaniose cutânea (LC) e da leishmaniose mucosa (LM) na América Latina. Adicionalmente, em 1986 nós documentamos uma nova forma clínica de leishmaniose, a leishmaniose cutânea disseminada (LD)”, ele explica. Entre as características da doença estão “ocorrência repentina de febre em pacientes com uma úlcera leishmaniótica primária e o aparecimento posterior de 10 a mais que 1.000 lesões papulares, acneiformes e ulceradas espalhadas por todo corpo”. Sua importância decorre do caráter emergente da doença, “com um aumento do número de casos de 0,2% para 4% no Nordeste do Brasil, nos últimos 20 anos, e a ocorrência da doença na mucosa em mais de 40% dos pacientes”. Ele observa que “já está bem estabelecido que a inflamação tem um papel importante na metástase de células neoplásicas. Nossa hipótese é que uma resposta inflamatória exagerada mediada por macrófagos e células TCD8+ leva à metástase e lesão tecidual na LD”. Daí, o primeiro objetivo da pesquisa implica uma análise transcricional no sangue e nas lesões de pacientes com as duas formas aqui consideradas da leishmaniose para determinar se a via inflamatória é diferente em cada caso. “Nós também iremos determinar se parasitos da úlcera primária são

diferentes dos isolados das lesões metastáticas.” Já no segundo objetivo os pesquisadores vão avaliar a contribuição de dois tipos de células do sistema imunológico, monócitos e macrófagos, na resposta inflamatória da forma disseminada da doença. Finalmente, no objetivo 3, vão definir a participação de células TCD8+ na resposta inflamatória e na disseminação de parasito nessa forma. “A definição das células e moléculas que causam inflamação e disseminação de parasito na LD contribuirá para o desenvolvimento de novos tratamentos com a finalidade de diminuir a resposta inflamatória e aumentar as taxas de cura destes pacientes com drogas leishmanicidas.”

A segunda área de excelência, a de artes e letras, com forte destaque para música e artes cênicas, constituiu-se praticamente *pari passu* com a implantação da UFBA a partir de 1946, numa concepção liderada pelo próprio fundador da universidade e seu primeiro reitor, o médico e professor Edgard Rêgo dos Santos (1894-1962). As escolas de Música, Dança e Teatro, criadas entre 1954 e 1956, e mais a pré-existente Escola de Belas Artes, nascida em 1877 e incorporada à instituição em 1947, deram mesmo uma feição singular à UFBA e contribuíram significativamente para tornar o estado um polo de atração de poderosos talentos.

É dentro desse processo que entram para a história da universidade nomes como o de Hans-Joachim Koellreuter (1915-2005), compositor e instrumentista de origem alemã e, a exemplo de tantos intelectuais, cientistas e artistas, tangido da Europa pelo nazismo, em 1937. Naturalizado brasileiro em 1948, Koellreuter teria longa

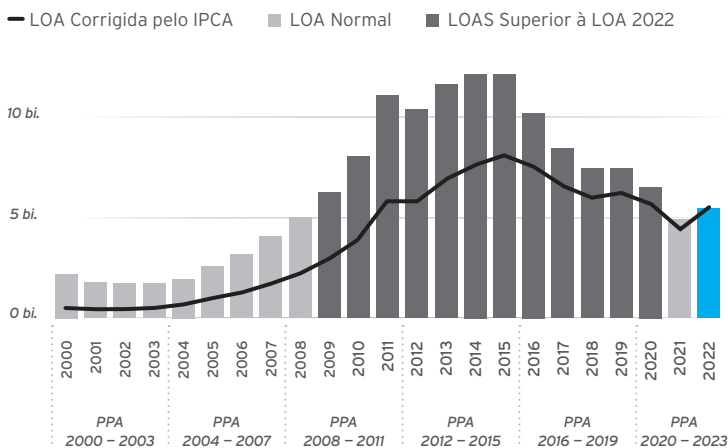
e importante presença na cena cultural, em especial na música erudita, no país. Tanto que ajudou a criar já na década de 1940 a Orquestra Sinfônica Brasileira e, dois anos antes de fundar os Seminários Livres que precederam formalmente a Escola de Música da UFBA, participou em 1952 da fundação da Escola Livre de Música de São Paulo. Foi a capital paulista, aliás, que ele escolheu para viver desde 1975 e até o fim da existência, depois de anos de muito trabalho e andanças pelo mundo, principalmente na Alemanha, Itália e Índia, a convite do Instituto Goethe. Já em São Paulo, Koellreuter seria professor visitante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), entre outras atividades.

Além da capacidade de atração que as bem planejadas unidades ligadas às artes exerceriam, é preciso entender que a flexibilidade na contratação de profissionais, nos primeiros tempos das universidades federais criadas nos anos 1940, talvez jogasse também um papel nessa dinâmica, sugere Freire. Na verdade, o enquadramento funcional mais rígido — e os grandes obstáculos dele decorrentes à contratação de professores desejados pelas instituições para avançar na pesquisa e na produção de conhecimento, em determinados campos — só se estabeleceria com força na década de 1990, lembra Freire. E a isso se somaria a inconstância — as quedas no financiamento público à educação e ao apoio à pesquisa, às vezes em rampa suave, noutras em saltos vertiginosos, desde a década de 1980, conformando um ambiente entrecortado por barreiras.

O mais curioso nesse percurso é que, justamente na segunda metade dos anos 1980, com o início da rede-

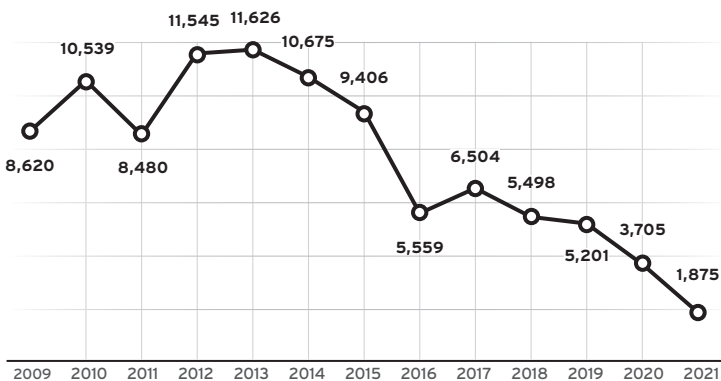
Evolução do orçamento das universidades federais

LOA Corrigida pelo IPCA, LOA Normal e LOAS Superior à LOA 2022 por PPA Governo Federal e Ano.



Evolução dos recursos para o MCTI

Orçamento dos últimos anos, em R\$ bilhões, atualizado pela inflação (IPCA)



* Despesas correntes, investimentos e inversões financeiras.

Fontes: SBPC, LOA 2021 e sistema integrado de planejamento e orçamento.

mocratização do país em 1985, a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia no primeiro governo da nova República — afinal, comandado de forma imprevisível por José Sarney (1985-1989), e não por Tancredo Neves (1910-1985) —, e os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, definiu-se, nos meios ligados à política científica, a meta de investimento de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em pesquisa e desenvolvimento (P&D), a ser alcançada em prazo não muito longo. Tornado uma espécie de ícone das batalhas em defesa dos investimentos em ciência e tecnologia e da expansão de uma cultura científica, esse índice aproximaria o Brasil da taxa de investimento médio dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Até o presente, essa meta está longe de ser alcançada, e o período em que o Brasil esteve mais próximo dela foram os anos do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, especialmente mais no fim da segunda gestão, e os anos do primeiro governo da presidente Dilma Rousseff. Há um justo destaque especial para o ano de 2008, quando o país saiu da 15ª para a 13ª posição entre os maiores investidores mundiais em Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I).

Mas, a despeito do enrijecimento nas normas de contratação de professores, aberturas temporárias na burocracia têm permitido um reforço significativo e recente de talentos externos à produção científica na UFBA. Assim, a universidade soube aproveitar de forma muito competente, desde o primeiro edital, o novo programa de contratação de professores visitantes, de tal sorte que,

em três edições, até 2021, selecionou cerca de uma centena de pesquisadores de outras universidades brasileiras e de instituições estrangeiras. Adiante, detalhamos esse processo. Por ora, é preciso retornar e fechar o assunto da Escola de Música.

Se Koellreutter é alicerce da escola, o Grupo de Compositores da Bahia, criado em 1966, integrado por Ernst Widmer, Lindemberg Cardozo, Fernando Cerqueira e Milton Gomes, é sua magnífica construção dos anos 1960-1970. Cheio de força e originalidade, ganhou enorme visibilidade no cenário nacional e até internacional da música erudita, com prêmios e reconhecimentos ao grupo e a cada um dos compositores, todos talentos da música contemporânea unidos num projeto comum, em diálogo fecundo com a cultura baiana, e bastante distintos em estilo. A esse grupo há que se agregar, para fazer justiça ao legado dos anos 1970, o músico e compositor — poderíamos acrescentar escultor e artista performático, a despeito de sua habitual contenção — Walter Smetak, cujas intensas pesquisas microtonais conseguiu transferir concretamente para os cerca de 150 instrumentos-esculturas que criou, as suas “plásticas-sonoras”. E se a oficina de experimentação de Smetak era um ímã para criadores musicais do quilate de Gilberto Gil, entre outros, de maneira mais aberta é necessário considerar a influência, direta ou difusa, do Grupo de Compositores da Bahia e de todo o fervilhante movimento da Escola de Música, com sua orquestra sinfônica e seu madrigal, na cena musical de Salvador e na eclosão de seus novos talentos. Mais que isso: na cena cultural baiana.

Ora, quem entende muito do entrelaçamento profundo entre cultura e composição e de como ele atravessa toda a história criativa da Escola de Música da UFBA é um ex-assessor especial do reitor das gestões 2014-2022, o premiado compositor erudito Paulo Costa Lima, já citado no capítulo anterior (página 17). Autor de algo perto de 120 composições que já deram lugar a 420 performances em mais de 20 países, com direito a inclusão nessa conta de badaladíssimas salas de concerto mundo afora, Costa Lima tratou a fundo do tema em um de seus principais livros, *Ernst Widmer e o ensino de composição musical na Bahia* (1999), baseado em suas pesquisas para os doutorados em educação (UFBA, 1999) e em Artes (USP 2000). Ao fazê-lo, ele também articulou tempos, distintas décadas, gerações, e, a rigor, segue desenvolvendo essa perspectiva em sua prática de pesquisador, de professor e orientador de novos compositores e pesquisadores de música formados pela UFBA. E tudo isso sem deixar de compor peças de maior fôlego ou temas ligeiros que as ocasiões ou festas lhe sugerem. Curiosidade: só para as efemérides da própria UFBA, como os congressos e o Fórum Social Mundial, ele ofertou, nos últimos anos, cinco composições diferentes — feitas um pouco ao jeito de quem brinca, curte a possibilidade. De uma certa maneira, como alguém bem-humorado sublinhou, ele foi compondo passo a passo a trilha sonora da gestão liderada pelo reitor João Carlos Salles.

Ora, o alto nível da produção de conhecimento na Escola de Música — seja na criação artística, na teoria ou até, digamos, em tecnologia, mirando aqui o campo

instrumental — ajusta-se à perfeição à visão defendida por Olival Freire Jr. de que os conceitos da pós-graduação não são uma expressão fiel da qualidade e do valor da pesquisa. “Pós-graduação e pesquisa não são a mesma coisa, não necessariamente os conceitos de uma, baseados em critérios fixos estabelecidos pela Capes, expressam a situação da outra”, diz. O programa de pós-graduação em música tem nota 4, na escala de 3 a 7, o que certamente não reflete as conquistas da instituição em pesquisa e produção musical e sua vasta contribuição ao campo no Brasil.

As escolas de artes da UFBA, enquanto formam novos talentos e propõem a exploração de novas fronteiras criativas em seus programas de pós-graduação e projetos de pesquisa, certamente mantêm na memória outros nomes de pioneiros estrangeiros que fincaram suas bases, como a polonesa Yanka Rudzka (1919-2008), fundadora da Escola de Dança, e o alemão Rolf Gelewski (1930-1988), que em 1960 deu continuidade a seu trabalho, ambos bailarinos e coreógrafos inovadores, expoentes da então chamada dança moderna. Foi de Rudzka, em seus breves três anos e pouco na direção da instituição, a iniciativa de formar com alunas o Grupo de Dança Contemporânea da Bahia, existente até hoje. Substituídos por gerações de grandes professoras — Lia Robatto, Laís Salgado Góes, Marly Sarmiento, Dulce Aquino —, eles asseguraram um amplo reconhecimento à escola no cenário nacional, não apenas por oferecer durante muitos anos o único curso superior de dança do país, mas também por sua singular abertura ao diálogo com múltiplas correntes da dança, ao

mesmo tempo que oferecia algumas perspectivas de desenvolvimento inovador ao campo. Parte substancial desse percurso emerge no livro *Passos da Dança — Bahia*, de Lia Robatto e Lúcia Mascarenhas.

Ganharam merecida fama os cursos de férias e festivais da Escola de Dança, ou melhor, as Oficinas Nacionais de Dança, cuja 15ª edição ocorreu em 1997, que atraíam levas de jovens estudantes de todo o Brasil nos anos 1970 e 1980. E muitos certamente lembrarão do festival de 1982, quando a presença do artista plástico e carnavalesco João Clemente Jorge Trinta, o Joãozinho Trinta (1930-2011), como um dos professores que ministrariam oficinas no evento, causou espanto — e lotação da sala, claro! A responsável por esse e outros momentos memoráveis foi a incansável Dulce Aquino, então assessora do pró-reitor de extensão, Fernando da Rocha Peres. Graduada como dançarina profissional e em licenciatura em dança na própria UFBA em 1962 e 1963, com doutorado em comunicação e semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1999, pesquisadora desde a década passada do ensino de dança e das relações entre dança, educação e comunidade, Aquino, que só requereu aposentadoria da universidade em 2019, foi em anos recentes ativa diretora de sua Escola de Dança (1914-1918).

Um registro notável da vitalidade da área de dança na UFBA é que a pandemia de Covid-19, a partir de março de 2020, não logrou paralisá-la, mesmo sendo ela uma arte tão cênica e corporal. A página do Grupo de Dança Contemporânea (GDC) registra essa arte

de resistência, antes de lembrar nomes essenciais, além dos já aqui citados, como Clyde Morgan, Klauss Viana, Carmen Paternostro, Márcio Meirelles, Leda Muhana Iannitelli e Gilsamara Moura, entre vários outros responsáveis por mais de 40 montagens do repertório do grupo, que atua “numa perspectiva de superação de padrões estéticos vigentes e influenciando decisivamente o desenvolvimento da arte da dança por todo o país”. Antes disso, assinala que *Ziriguidum: ideias abertas para tocar e dançar* e *Trilogia do Sonhar* foram os últimos trabalhos presenciais desenvolvidos pelo GDC. A pandemia obrigou a realização remota de *Suíte Canibal Stories: uma opereta digital em três atos*, de Isabelle Cordeiro, e *Mugangas, Pantinhos e Malassombros: rebuliços video-coreográficos em dança*, de Denny Neves, com colaboração de Daniela Amoroso, trabalhos que estrearam no Congresso Virtual UFBA 2021 juntamente com o filme *Ruínas*, de Daniela Guimarães, “marcando as primeiras produções em audiovisual do GDC”.

Diferentemente do que se dá em Dança, a Escola de Teatro apresenta uma interessante convergência entre a alta qualidade de sua pesquisa e a produção cênica, de um lado, e, de outro, o atestado oficial de sua excelência na pós-graduação, assinalado pelo conceito 6 da Capes. E, ao se buscarem referências sobre Martim Gonçalves, criador da escola em 1956 e seu diretor até 1961, é instigante descobrir que uma alentada tese de doutorado (526 páginas) sobre a personagem e as circunstâncias de sua passagem rápida e algo explosiva pela Bahia, *Martim Gonçalves — Uma Escola de Teatro contra A Província*,

ganhou o Prêmio Capes de Teses 2013. O trabalho foi defendido pela jornalista e atriz Jussilene Santana, sob orientação do professor Ewald Hackler. O mergulho da autora na pesquisa foi certamente tão intenso, os documentos inéditos que levantou foram tantos e o fascínio pelo seu objeto de estudo cresceu de tamanha forma que a tese não lhe bastou como produto dessa imersão reveladora na preconceituosa Salvador dos anos 1950-1960: a autora a desdobrou numa outra criação concreta, o Instituto Martim Gonçalves. Vale uma pequena citação da excelente tese que, entre outros méritos, colocou “uma lupa sobre o momento do traumático afastamento do diretor teatral da vida cultural baiana no início da década de 1960”, para animar os interessados à leitura:

“Bem recebido pela elite socioeconômica e intelectual, sobretudo por aquela que gestava a Modernidade baiana nos anos 1950, elite detentora dos jornais da época, Martim Gonçalves tornou-se cada vez menos ‘enquadrável’ e ‘publicável’ a cada prova de independência e crítica que dava ao campo teatral e, por conseguinte, ao entorno social, o que ocorria através de sua heterogênea ação frente à Escola de Teatro da Universidade da Bahia. De ‘maior diretor do Brasil’ a ‘Calígula do Canela’ foram apenas seis anos. A calúnia, a mesquinha e a perseguição realizadas sob a forma de campanhas pelo A Tarde e pelo Diário de Notícias chegaram a tal ponto que a sua trajetória artística é um completo enigma se ela é apenas considerada através dos jornais. Consequentemente, sua trajetória artística na Bahia é ainda hoje um enigma (página 396)”.

A arte — e o engenho — de decifrar enigmas

A produção do conhecimento na área de artes e letras na Universidade Federal da Bahia tem tido mesmo esse resultado, esperado entre tantos outros, de aclarar enigmas. Se se pensa, por exemplo, nas pesquisas pioneiras da UFBA em linguística, sociolinguística e dialetologia, iniciadas na segunda metade dos anos 1950 por Nelson Rossi (1927-2014), aliás, um dos professores fundadores da Universidade de Brasília (UnB), de pronto chama a atenção, em paralelo ao primeiro Laboratório de Fonética Experimental do país que ele implantou em 1957, seu trabalho de construção do *Atlas prévio dos falares baianos*, publicado pelo Instituto Nacional do Livro/MEC em 1963. Baseado num questionário linguístico aplicado em 50 localidades do estado, de outubro de 1960 a abril de 1961, ele é uma espécie de primeira peça do longo projeto nacional *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB), pensado desde 1952 e hoje ainda em curso, sob a coordenação de pesquisadores da universidade baiana.

Os dois primeiros volumes desse atlas foram lançados em outubro de 2014 no III Congresso de Dialetologia e Sociolinguística, em Londrina (PR). O lançamento integrava uma homenagem às professoras da UFBA Suzana Cardoso e Jacyra Andrade Mota, figuras-chave no projeto. A página do ALiB informa que dificuldades de todo tipo levaram os dialetólogos brasileiros a iniciar o trabalho de mapeamento linguístico pelos atlas regionais, mas finalmente podia-se apresentar os volumes I e II do atlas nacional, o primeiro, de introdução ao

conjunto do trabalho, e o segundo, uma reunião de 159 cartas linguísticas com dados de 25 capitais de estado. Poucos dias depois do congresso, em 24 de outubro, a equipe baiana do atlas entregou um exemplar de cada volume ao reitor João Carlos Salles.

Ao projeto central do atlas nacional continuam a se agregar vários correlatos, e vale aqui destacar dois que estão em curso na UFBA, coordenados justamente por Jacyra Andrade Mota, que, muito jovem ainda, foi aluna de Rossi nos anos 1960 e, tempos depois, estaria à frente do segundo atlas linguístico regional, o de Sergipe, publicado em 1987. Um desses projetos, iniciado em 2013, “Vogais médias pretônicas no português do Brasil, no corpus do Projeto Atlas Linguístico do Brasil — ALiB”, visa, segundo resumo no currículo Lattes da pesquisadora, à análise dessas vogais quanto ao timbre aberto ou fechado em vocábulos como televisão, coração, “de modo a verificar se essa diferença pode ser vista como um dos traços demarcadores de duas grandes áreas no português do Brasil: a dos falares do Norte e a dos falares do Sul, como proposto por Nascentes, em *O linguajar carioca*. (Rio de Janeiro, 1953 [1920])”. Para compor um robusto *corpus* de análise, Mota e seu grupo fizeram o registro de falas em 225 localidades do interior do país que integram a rede de pontos do ALiB. Os resultados do estudo deverão ser publicados nos volumes 6 e 7 do atlas

O outro projeto, iniciado em 2010, “Crenças e atitudes linguísticas em comunidades brasileiras, com base nos princípios teóricos da sociolinguística e em estudos de crenças e atitudes linguísticas”, propõe-se a conhecer

e a analisar o que pensam e como agem os falantes do português, em diferentes regiões do país, diante da presença de variantes da língua mais prestigiadas ou menos prestigiadas, em função de fatos históricos relacionados à implantação do português no Brasil ou de distintos fatores sociais. Inclui-se nesses últimos a convivência com outras línguas existentes na comunidade, sejam resultantes de imigração ou remanescentes de línguas indígenas ou africanas. A análise leva em conta também as crenças em relação ao próprio desempenho linguístico do falante. Esse projeto deu lugar inclusive à tese de doutorado *Crenças e atitudes linguísticas: um estudo comparativo de línguas em contato em duas comunidades do oeste paranaense*, defendida na UFBA em 2013 por Any Lamb Fenner, orientada por Andrade e coorientada por Vanderci de Andrade Aguilera, da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Interessantes são algumas conclusões do estudo explicitadas já no resumo da tese, que mira uma região de fronteira com a Argentina e o Paraguai, com histórico de povoamento um tanto singular, incluindo a imigração alemã e a japonesa. Assim, a pesquisa parte da hipótese de que, em Marechal Cândido Rondon, haveria prestígio do dialeto do colonizador — descendentes de alemães —, o que não ocorreria em Guaíra, habitada por uma população mais heterogênea, e chega entre outros aos seguintes resultados: “a) em Marechal Cândido Rondon, verificou-se a presença de traços linguísticos típicos da fala do colonizador alemão, que mantém as variedades dialetais de origem ou o sotaque

característico do português de contato, e constataram-se atitudes contraditórias dos informantes rondonienses com relação à variedade de alemão falada na localidade (prestígio encoberto); b) em Guaíra, verificou-se aceitação em relação à maioria dos grupos étnicos que compõem a comunidade, especialmente os descendentes de japoneses, e observou-se a existência de significativa interação com falantes de espanhol e de guarani, com predomínio do uso de uma variedade linguística de fronteira — o portunhol — com a finalidade de estabelecer uma comunicação mais compreensível.”

De fato, o rol de pesquisas em curso no Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da UFBA, apesar do conceito 4 que lhe atribui a Capes, inclui várias outras iniciativas instigantes e de alta relevância para a expansão do campo no país. Um belo exemplo é o da plataforma digital *Cartas indígenas ao Brasil*, criada pela professora Suzane Lima Costa e que tem origem no projeto de nome similar iniciado em 2019, com apoio do CNPq, “As cartas dos povos indígenas ao Brasil”. De acordo com a apresentação em seu currículo Lattes, “trata-se da criação e publicização do primeiro arquivo digital de cartas escritas por indígenas e encaminhadas ao Brasil em três importantes períodos da nossa história literária e política: 1630-1680 (antes do Brasil), 1888-1930 (na nação Brasil) e entre 2000-2018 (no presente Brasil)”. Costa explica que, com a criação do arquivo, “pretende-se analisar as composições desse tipo de escrita, discutindo quem é o Brasil destinatário dessas cartas, tanto para apresentar os modos como diferentes líderes indígenas, ao biografar

suas próprias vidas, narram uma outra história do Brasil, quanto para demonstrar como nessas correspondências os povos indígenas nos apresentam a uma outra concepção de autoria: a noção de povo-autor”.

No *Edgardigital*, reportagem do jornalista Murillo Guerra publicada em 12 de abril de 2022 observa que as denúncias de crimes ambientais, invasões de terras indígenas e violência policial são temas recorrentes nos textos da plataforma. E relata que entre os remetentes das cartas estão nomes conhecidos como os de Davi Kopenawa Yanomami, fundador da associação Yanomami Hutukara, Nailton Muniz Pataxó, Gabriel Gentil, Jairo Munduruku, Maria Yakuy Tupinambá, Agnaldo Xukuru, Florêncio Vaz, Ailton Krenak, Maria Amaral, Graciliana Wakanã, Marcos Terena e Gersem Baniwa. Algumas cartas têm autoria coletiva, a exemplo das assinadas pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e por povos diversos, entre eles os Tupinambá, os Tuxá, os Guarani Kaiowá, os Maxakali e os Xokleng.

O desnível frequente entre qualidade efetiva e reconhecida da pesquisa e o conceito do programa de pós-graduação a que ela está ligada se estende também à grande área de ciências humanas e sociais, por exemplo, em história. Criado em 1990, quando se desmembrou da pós em ciências sociais, o programa tornou-se em pouco tempo referência em âmbitos nacional e internacional para algumas áreas de pesquisa. A primeira delas refere-se aos estudos sobre história social da escravidão e do pós-abolição — com suas várias interfaces, esla-rece a página do programa na web, ou seja, história da

África, do mundo atlântico e dos povos nativos da América —, desenvolvidos na linha de pesquisa “Escravidão e invenção da liberdade”.

É justamente nela que atua João José Reis, um dos mais respeitados historiadores brasileiros na atualidade. Entre os prêmios e distinções mais recentes que o professor baiano, pesquisador nível 1A do CNPq, enfileira estão o Machado de Assis da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto da obra em 2017, e o Prêmio Conjunto de Obras da Academia de Letras da Bahia, em 2014. Vale citar também em seu percurso a comenda do mérito científico do Ministério da Ciência e Tecnologia, nas classes de comendador em 2004 e grã-cruz em 2010, o Jabuti de melhor obra, categoria ensaio, em 1992, e o prêmio Haring, da American Historical Association, em 1997, ambos pelo livro *A morte é uma festa*, e o Casa de las Américas, de Cuba, na categoria literatura brasileira, em 2012, pelo livro *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro* (em coautoria com Flávio Gomes e Marcus Carvalho). Reis, que segue com seus projetos de pesquisa em “Sociedade, cultura e resistência na Bahia do século XIX”, tem quatro de seus livros publicados em inglês por editoras de destacadas universidades: *Slave Rebellion in Brazil*, pela Johns Hopkins, 1993; *Death is a Festival*, pela Universidade da Carolina do Norte, 2003; *Divining Slavery and Freedom*, por Cambridge, 2015; e *The Story of Rufino*, por Oxford, 2020.

A par da solidez da linha “Escravidão e invenção da liberdade”, na última década, ainda segundo a página do programa de pós-graduação em questão, ganharam

destaque também os estudos enfeixados em “Cultura e Sociedade”, enfocando universos do trabalho, religião e religiosidade, instituições políticas, relações de gênero e práticas da escrita, entre outros aspectos ligados à história da cultura do mundo luso-brasileiro. Em paralelo, pesquisadores de uma terceira linha, a de “Sociedade, Relações de Poder e Região”, passaram a dar uma contribuição significativa aos estudos no campo da história política, a exemplo da formação do estado nacional, partidos e movimentos de esquerda, ditaduras e anticomunismo.

A propósito, um evento bizarro de puro autoritarismo, completamente fora da órbita da pesquisa *stricto sensu*, chamou em 2018 uma atenção extraordinária para o trabalho de um dos professores ligados a essa linha, Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Junior, coordenador do grupo de pesquisa em história dos partidos e movimentos de esquerda na Bahia. O episódio merece não ser esquecido e vale mesmo um pequeno desvio da narrativa. Tudo começou quando o Ministério da Educação resolveu, em 2018, tempo de fortalecimento crescente da extrema direita na política brasileira, atrapalhar um curso do professor de ciência política Luiz Felipe Miguel, da Universidade de Brasília (UnB), sobre o golpe parlamentar de 2016 que resultara no *impeachment* da presidente Dilma Rousseff. Segundo a *Folha de S.Paulo*, de 22 de fevereiro, “uma disciplina intitulada ‘O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil’, oferecida pelo curso de graduação de ciência política da UnB (Universidade de Brasília), provocou reação do Ministério da

Educação, que pediu nesta quinta (22) a apuração sobre a possibilidade de seus criadores terem cometido ‘improbidade administrativa.’”

O jornal relatava que o ministro da Educação do governo Temer — José Mendonça Filho, político pernambucano filiado ao Democratas (DEM), hoje União Brasil — afirmara ter encaminhado à Advocacia-Geral da União (AGU), ao Tribunal de Contas da União (TCU) e ao Ministério Público Federal (MPF) o pedido para avaliar se a universidade podia alocar professores “para promover uma disciplina que não tem nenhuma base na ciência, é apenas promoção de uma tese de um partido político”. A disciplina seria oferecida a partir de 5 de março e, entre os objetivos descritos na ementa, tinha o de “entender os elementos de fragilidade do sistema político brasileiro que permitiram a ruptura democrática de maio e agosto de 2016, com a deposição da presidente Dilma Rousseff [PT]”. Além disso, propunha analisar “a agenda de retrocesso nos direitos e restrição às liberdades” pelo governo Michel Temer (MDB).

Em nota, o MEC já havia acusado os criadores de “fazer proselitismo político e ideológico de uma corrente política usando uma instituição pública de ensino” enquanto a UnB explicava que a disciplina era optativa, não integrava a grade obrigatória do curso e lembrava que “as unidades acadêmicas têm autonomia para propor e aprovar conteúdos, em seus órgãos colegiados”. Luiz Felipe Miguel divulgava em paralelo, em suas redes sociais, que o conteúdo proposto estava alinhado “com valores claros, em favor da liberdade, da democracia e da justiça

social, sem por isso abrir mão do rigor científico ou aderir a qualquer tipo de dogmatismo”.

Ora, no ambiente já abalado, desde o começo do governo Temer, em 2016, por atos de censura a variadas manifestações acadêmicas, por acusações enviesadas de desvios de verba, inquéritos absurdos e constrangimentos abusivos, que tiveram como efeito mais dramático o suicídio do reitor Luiz Carlos Cancellier, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em 3 de outubro de 2017 — fatos muito bem examinados e relatados pelo jornalista Paulo Markun no livro *Recurso final*, 2021 —, a reação das universidades públicas federais à nova violência contra a UnB foi poderosa. Nada menos que 50 instituições programaram, ato contínuo, cursos similares ao proposto por Miguel, exatamente sob o mesmo título, “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”. Entre elas, estava a UFBA. Mais precisamente, seu Departamento de História e o professor Carlos Zacarias.

O curso proposto por Zacarias, entretanto, foi também alvo de uma ridícula tentativa de censura e cerceamento em Salvador — e a resposta da Universidade Federal da Bahia foi forte e imediata. Numa breve memória, ao ter conhecimento da proposta do curso, o vereador Alexandre Aleluia, do DEM (hoje União Brasil) e filiado ao movimento Escola sem Partido, moveu uma ação popular contra o professor em questão e a universidade, alegando que a disciplina seria uma tentativa de usar os quadros da instituição para doutrinar os alunos e formar militantes de esquerda. Sua conclusão basea-

va-se no fato de a ementa propor uma discussão sobre as forças que atuaram no *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e o avanço da extrema-direita no país. Enquanto a Justiça convidava para audiências o professor e o reitor da UFBA, João Carlos Salles, os professores se mobilizaram para transformar o curso num grande debate público, aberto, com aulas proferidas por 23 professores convidados, a começar pelo próprio Luiz Felipe Miguel, da UnB, encarregado da aula inaugural.

Esse momento da aula-ato de 5 de abril de 2018, no auditório Raul Chaves da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, no campus de São Lázaro, está, aliás, relatado em reportagem de Josemara Veloso no *Edgardigital*. “A defesa da democracia e a defesa da autonomia universitária foram temas centrais na abertura do primeiro curso da disciplina FCH436 Tópicos Especiais em História — O Golpe de 2016 e o futuro da Democracia no Brasil”, diz a abertura do texto. Adiante, conta que, ao se dirigir aos professores, estudantes e representantes de movimentos sociais que lotaram o salão, o reitor João Carlos Salles ressaltou que “reconhecer o direito ao oferecimento dessa disciplina numa universidade pública e federal é um sinal claro do compromisso da UFBA com os seus valores mais elevados e como espaço de resistência e reflexão”. Sobre as tentativas de impedir a oferta da disciplina, ele diria que “a contestação com violência revela a ignorância de como o conhecimento é produzido”. Já Carlos Zacarias Sena Junior, o professor responsável pela disciplina, lembrou ali no salão que “não haveria necessidade de realizar

um ato em favor da democracia e da universidade se ambas não estivessem ameaçadas”.

Na aula do dia, propriamente, Luiz Felipe Miguel manifestou sua preocupação com o fato de o país estar “voltando décadas”, vivendo momentos de retrocesso, com atos que “rasgam a Constituição” e “sobrepõem-se ao texto de 1988”. Ao contextualizar a perda paulatina do espaço da civilidade, ele destacou quatro eixos do processo de retrocesso relativamente à Constituição de 1988: o rompimento da democracia como regime político; a ressignificação dos direitos como se fossem privilégios; o avanço do arbítrio; e o projeto de construção de uma sociedade que legitima a desigualdade social. Por isso, ele asseverou, é preciso “reforçar a interlocução com os diversos campos sociais a fim de promover uma resistência popular no Brasil”.

Se o quadro, em 2022, só se aprofundou nos sentidos perversos traçados naquela aula inaugural, pelo menos o episódio da tentativa de proibição do curso na UFBA foi concluído recentemente com a derrota final do vereador obscurantista em 18 de novembro de 2021. “O processo movido pelo vereador Alexandre Aleluia (DEM) contra o professor de história da Universidade Federal da Bahia, Carlos Zacarias, foi indeferido. A sentença foi dada na última quinta-feira (18) pelo juiz federal Dirley da Cunha Júnior, da 16ª Vara de Justiça”, relata o site Metro1. Importante é assinalar que na sentença o juiz se referiu à autonomia universitária, à liberdade de cátedra, e observou que “a finalidade da disciplina é a transmissão da experiência completa de pesquisa e de sua relação com a historiografia contemporânea”.

As exatas perscrutam a riqueza e a beleza do mar

Um despretenso exercício de livre memória jornalística recente sobre pesquisas em ciências exatas e tecnologias correlatas na UFBA traz à cena, sem nenhum esforço, o trabalho do Instituto de Geociências no enfrentamento do grave derramamento de óleo que atingiu as praias do litoral do Nordeste, em 2020, além da interessante expedição científica que a instituição organizou na caçada ao meteoro que caiu em terras baianas, em 2018. Simultaneamente põe também na mesa um conjunto importante de pesquisas multidisciplinares e transdisciplinares sobre a baía de Todos os Santos capitaneadas pelo Instituto de Química, que, aliás, voltaram a ser insistentemente mencionadas em abril de 2022, graças à conquista do Prêmio Almirante Álvaro Alberto, neste ano, por um de seus principais idealizadores e coordenadores, o pesquisador Jailson Bittencourt de Andrade. Um dos mais importantes relativos à atividade científica no país, esse prêmio, já em sua 34ª edição, é concedido anualmente, em sistema de rodízio das grandes áreas do conhecimento, pelo CNPq e Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) em parceria com a Marinha do Brasil.

Antes de uma olhada mais próxima, ainda que breve, a esses projetos, vale observar que a grande área de exatas começa a tomar corpo na UFBA na década de 1970. Na verdade, já em 1968, o Instituto de Geociências era criado com base na antiga Escola de Geologia, fruto do curso de graduação montado, no fim da década de 1950, pela universidade em conjunto com a Petrobras. E

1968, necessário frisar, era o ano do começo da implantação da polêmica e famosa reforma do ensino universitário brasileiro (Decreto-lei nº 53, de 18 de novembro de 1966), que concebeu a estrutura da universidade pública federal em departamentos, vigente até hoje, além de criar os institutos básicos. Pois bem, já naquele momento, o paraense Carlos Alberto Dias (1937-2020), que se tornaria mais um nome de peso na comunidade científica nacional e uma figura-chave da geofísica brasileira, ao voltar de seu mestrado e doutorado na Universidade da Califórnia, em Berkeley, e se fixar na Bahia como professor da UFBA, iniciaria a implantação do Centro de Pesquisa em Geofísica e Geologia (CPGG), a cuja consolidação se dedicaria até 1987. Foram quase duas décadas de liderança na pesquisa e formação de centenas de profissionais de alto nível, depois das quais ele seguiria emprestando sua excelência às universidades Federal do Pará (UFPA) e Estadual do Norte Fluminense (UENF), entre outras instituições.

A sequência da formação dos grupos de pesquisa e da implantação dos programas de pós-graduação nas exatas, após geociências, começa pela química, segue pela matemática e pela física, e só muito depois alcança as engenharias, de tal forma que somente em 2009 a UFBA forma seu primeiro doutor em engenharia, lembra Olival Freire Jr.

Para ficar com uma metáfora bem adequada ao campo geológico, o quadro geral da pós nessa grande área, ao longo das duas gestões da universidade sob a liderança de João Carlos Salles, revelou-se, na visão de Freire,

de uma fragmentação bastante prejudicial à expansão e consolidação da excelência da pesquisa, para além de seu impacto negativo nos próprios conceitos atribuídos aos programas pela Capes. Assim, o maior deles é um 5 atribuído a engenharia industrial (e ao mestrado profissional de matemática), enquanto o menor está mesmo no limite mínimo para manutenção de um programa de pós-graduação, ou seja, o 3 em que se encontra a física desde 2013, depois de ter alcançado 4 em 2010. Na verdade, esse programa sofreu nova queda em seu conceito na avaliação trienal de 2013-2015 e chegou a ter sua continuidade não recomendada pela área de astronomia/física da Capes, em 2016. A universidade submeteu, então, um recurso à presidência da instituição e, com isso, seu conceito foi revisto para 3, garantindo assim a continuidade até a avaliação quadrienal de 2017-2020.

A fusão de programas, com o objetivo de fortalecer a capacidade de pesquisa e ambição científica de seus projetos e, ao mesmo tempo, adequá-los finamente aos critérios da Capes para alcançar os conceitos mais altos, foi uma proposta apresentada insistentemente aos coordenadores por Freire enquanto ocupou a função de pró-reitor de pesquisa e pós-graduação. Entretanto, a resistência à mudança era grande — como em qualquer ramo da atividade humana — e suas várias tentativas nesse sentido fracassaram.

Mas — intercalação indispensável — qual a importância real de se ter conceito 7, o mais alto, num programa de pós-graduação, se sua falta não é impeditiva da existência de pesquisa de qualidade? É fato conheci-

do que os programas de pós-graduação nessa condição atraem mais talentos, obtêm mais recursos das agências para financiar novas pesquisas, tornam-se objeto de desejo mais forte de colaborações nacionais e internacionais na fronteira do conhecimento. Em síntese, fazem crescer exponencialmente suas condições de produção e difusão de novos conhecimentos de alta relevância, juntamente com mais formação de cientistas de alto nível. Apresenta-se, assim, um círculo virtuoso (entenda-se, numa situação de normalidade política e institucional, não num ambiente político tóxico, com tentativas sistemáticas de sufocamento da educação, da ciência e da cultura, como o Brasil tem vivido nos últimos anos). E não há dúvida de que um tal cenário é altamente desejável para uma universidade bem alicerçada no tripé ensino-pesquisa-extensão e profundamente comprometida com democracia, igualdade e justiça social.

A segunda e obrigatória pergunta que se apresenta quando tanto se fala em critérios da Capes para conceituar programas de pós-graduação é: quais são eles, afinal?. De forma fácil e esquemática, os quesitos a serem examinados encontram-se em qualquer ficha de avaliação dos programas na chamada plataforma Sucupira, e eles são os seguintes: (1) proposta do programa; (2) corpo docente; (3) corpo discente, teses e dissertações; (4) produção intelectual; e (5) inserção social. Há itens a serem considerados em cada quesito com pesos diferentes. Assim, por exemplo, em relação à proposta do programa, o item de maior peso é (1.1) coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração,

linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular. Para o corpo docente, pesa mais (2.3) distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa, enquanto entre os alunos e sua produção o item de mais peso é (3.3) qualidade das teses e dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área. Em relação à produção intelectual, o item de maior peso, a boa distância dos demais, é constituído por (4.1) publicações qualificadas do programa por docente permanente e, finalmente, no que diz respeito à inserção social, nenhum item pesa mais do que (5.2) integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação. Fim da intercalação.

É mais que tempo de amarrar as pontas soltas e voltar aos projetos citados na abertura dessa mirada às ciências exatas, começando por aquele ligado ao imenso desastre ambiental que um mal explicado derramamento de dezenas de toneladas de petróleo — algo entre 5 milhões e 12,5 milhões de litros —, entre agosto de 2019 e março de 2020, provocou no litoral do Nordeste, e em cuja elucidação pesquisadores do Instituto de Geociências se envolveram de imediato. Vários grupos de pesquisa de outras unidades da UFBA, incluindo com destaque o pessoal da física e da biologia marinha, também se juntaram logo aos

amplos esforços de investigação da tragédia. Vale a pena recorrer a um texto de 2021 do *Edgardigital* para um breve resumo do desastre:

“Em outubro de 2019, uma imensa e densa mancha de óleo suja as praias da Bahia a partir de Praia do Forte até a localidade de Genipabu, atravessando Itacimirim e Guarajuba, no litoral norte do Estado”, relata o jornalista Carlos Ribas. “Era uma escura faixa que avançava ameaçadora, vinda da Paraíba, onde as primeiras sujeiras surgiram no final de agosto daquele ano, após já ter provocado estragos nos litorais de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Ceará, Sergipe e Alagoas, e que agora avançava pela Bahia, em direção ao Sudeste.” Adiante, ele observa que “dois anos se passaram e ainda não se sabe muita coisa, além de algumas hipóteses desconstruídas, sobre a verdadeira causa do derramamento que dizimou fauna e flora marinhas e comprometeu, por algum tempo, a economia das comunidades litorâneas das regiões afetadas, que tiravam o seu sustento da pesca e da comercialização dos pescados e catados agora atingidos no seu habitat natural”.

Mas cerca de um mês e meio depois, logo no começo de dezembro, a Polícia Federal apresentou seu resultado das investigações sobre a origem das manchas que haviam alcançado mais de mil localidades nos nove estados do Nordeste, provocando gastos diretos de R\$188 milhões só na limpeza da sujeira espalhada. O responsável teria sido o imenso navio grego *Bubulina* (277 metros de comprimento x 50 metros de largura), da empresa Delta Tankers, que, depois de se abastecer

com petróleo venezuelano e descer para o Atlântico Sul, a partir de certo ponto começou a vaziar, como detalha bem o vídeo na matéria do G1 a esse respeito.

Ora, foi justamente a correlação entre o material das manchas e um tipo de petróleo venezuelano o primeiro achado de pesquisadores do IGeo, mais precisamente de seu Centro de Excelência em Geoquímica do Petróleo, Energia e Meio Ambiente (Lepetro), ainda em outubro de 2019. Eles haviam realizado, por iniciativa própria, análises de amostras do material encontrado nas praias da Bahia e de Sergipe e concluíram pela existência dessa forte correlação, de acordo com reportagem do *Edgardi-gital*, no dia 10 daquele mês, em que se abordam alguns aspectos técnicos e metodológicos desse trabalho que forneceu tão rapidamente as primeiras pistas às investigações do desastre. Faz referência, por exemplo, à nota técnica encaminhada pela equipe ao Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema), na qual assegurava que nenhum dos tipos de petróleo produzidos no Brasil apresentava a distribuição de biomarcadores e razão de isótopos de carbono presentes nas amostras analisadas — são esses elementos que permitem a identificação da bacia petrolífera de origem.

A coleta de amostras ao longo da costa sergipana foi feita em parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS), enquanto uma equipe conjunta da UFBA e da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) atuava no município do Conde, primeira área contaminada no litoral baiano. Coletaram-se ao todo 27 amostras, das quais os pesquisadores selecionaram nove para análises

geoquímicas — sete do litoral sergipano e duas da costa baiana. Os biomarcadores buscados nesse exame são compostos químicos que não se decompõem facilmente e fazem referência a determinados ambientes sedimentares e eras geológicas. Assim, permitem identificar o ambiente e o período em que viveram os organismos que deram origem ao petróleo em questão. É um trabalho de geoquímica forense fundamental para a identificação das características e do local de produção do petróleo. Algo “como se fosse uma impressão digital do óleo”, diz Olívia Oliveira, diretora do Instituto de Geociências (IGeo), da UFBA, e vice-diretora do Laboratório de Estudos do Petróleo (Lepetro). Em paralelo às análises geoquímicas, o Laboratório de Isótopos Estáveis (Lise), do Instituto de Física da UFBA, fazia as análises da razão isotópica de carbono nas amostras e os resultados de ambas contribuíram para a conclusão apresentada pelo IGeo, ou seja, indicações fortes de que se tratava de petróleo cru da Venezuela.

O segundo projeto referido de geociências aconteceu longe do mar, no interior da Bahia, em 2017. Como narrado no *Edgardigital*, “uma espécie de ‘corrida do ouro’ ou caçada ao tesouro, cheia de percalços e incertezas, mobilizou desde o fim da tarde do domingo, 28 de maio, um grupo de pesquisadores do Instituto de Geociências da UFBA, decidido a chegar o mais rapidamente possível à Fazenda Água Branca, na zona rural do município de Palmas de Monte Alto, a 524 quilômetros (km) de Salvador em linha reta ou, mais realisticamente, a 810 km por estradas”. No fim desse caminho, prossegue

a narrativa, “estaria um pequeno e precioso fragmento rochoso de 9x6x5 centímetros, pesando perto de 950 gramas, parte do meteorito que viera do espaço e caíra no local na sexta-feira, 26, provocando um formidável estrondo, ouvido, segundo testemunhas variadas, a até 100 km de distância”.

A assessoria de comunicação e divulgação científica da UFBA conseguiu uma hora e meia antes da partida incluir na expedição, organizada às pressas pelas professoras Olívia Oliveira e Débora Rios, a estagiária Fernanda Tourinho, estudante do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC), com recomendações expressas para que produzisse uma caderneta de campo diária. Seria uma experiência para obter uma reportagem fiel aos fatos, mas colorida, plasmada em tom leve e lúdico, com espaço suficiente para as peripécias dos moradores, personagens importantes do acontecimento. E ela não faltou ao compromisso. Um exemplo: “Sirlene contou como encontrou a pedra. Na sexta-feira, 26, por volta de 11h30, Euzane Silva Paz, sua mãe, ouviu um estrondo e pensou que o pneu da moto tinha estourado. Sirlene, da porta de casa, a 70 metros de distância do local onde o meteorito caiu, viu um redemoinho de terra e foi averiguar. Viu uma pedra vermelha, diferente das encontradas na região, e se abaixou para pegar, mas estava muito quente e jogou-a no chão. Esperou alguns segundos e pegou novamente, dessa vez, já morna. A pedra agora era preta, com aspecto de massinha de modelar amassada com os dedos. João Kevin, seu filho, logo gritou: ‘É um meteorito!’”.

A reportagem do *Edgardigital*, assinada também por Marco Antonio Queiroz e Mariluce Moura, prossegue: “A pressa era mais que justificada: os chamados ‘caçadores’ de meteoritos, agentes de compra e venda dessas peças que, eventualmente, representam museus, já tinham se posto a caminho. E caso um deles convencesse a dona da pedra, Sirlene da Silva Paes, 33 anos, filha de José Otílio Francisco Paes, 71 anos, dono da Fazenda Água Branca, a lhe vender o fragmento, a UFBA perderia a chance de dispor desse material, especialmente interessante para pesquisa porque fora achado logo depois da queda e não sofrera qualquer desgaste”.

Rios, a líder das pesquisas com meteoritos no IGeo, tomaria conhecimento já no domingo, 26, da importância do achado e dos planos da proprietária da pedra — dono é quem acha o fragmento, dispõe a legislação brasileira —, graças à precisão e riqueza de detalhes da narração do jornalista Vilson Nunes, da Rádio Visão FM, a emissora da cidadezinha com pouco mais de 22 mil habitantes. Na manhã da segunda-feira, começaram, Olívia Oliveira e ela, a dar forma à expedição científica. Em tempos de escassez de recursos financeiros e muita vontade de fazer, a primeira ideia foi mandar a equipe de ônibus até Vitória da Conquista, a 516,8 km de Salvador e, de lá, com apoio da administração do campus da UFBA naquela cidade, viajar mais 300 km de carro até Palmas de Monte Alto. Logo cedo, a diretora do IGeo falou com Orlando Caires, diretor do Campus Anísio Teixeira, que disponibilizou dois carros. “Mas os motoristas estavam viajando, em outras missões. Os nossos

também estavam em campo, e procuramos outra alternativa”, contou Olívia ao *Edgardigital*. A solução veio mesmo foi da pró-reitora de administração, Dulce Guedes, que entendeu que valia a pena alugar um carro robusto, 4×4, para a missão.

Tudo acertado, incluindo a parceria com o Museu Nacional, administrado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) — a professora Elisabeth Zucolotto, curadora da coleção de meteoritos da instituição, iria encontrar a equipe da UFBA na região —, o carro partiu ao meio-dia da quarta-feira, 31 de maio. Havia, entretanto, uma baixa: Débora Rios não lideraria a expedição *in loco*, atendendo a estritas ordens médicas para não se meter em aventuras, dado um problema na coluna vertebral. De longe, ela daria instruções a dois orientandos seus: o recém-doutor em geologia Wilton Carvalho, 71 anos, administrador, funcionário da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, um especialista em políticas públicas e gestão governamental, apaixonado por geociências e, em especial, por meteoritos, e a estudante de graduação Cristine Pereira, 25 anos. E, enquanto o grupo se deslocava, ela tratava de convencer, por telefone, a dona do meteorito a não vendê-lo aos “caçadores”, apelando até a seu amor à ciência.

A aventura terminou com um final feliz, em 2 de junho. A UFBA, o Museu Nacional/UFRJ e a Prefeitura de Palmas de Monte Alto, que também entrara diretamente na negociação com Sirlene para evitar que ela aceitasse a proposta de compra do fragmento de um dos “caçadores” por um valor entre R\$ 4 mil e R\$ 6 mil, ficaram com

a peça para pesquisa e exposição. A ideia era partilhá-la, além de réplicas serem feitas para exposições na cidade e no Museu Geológico da Bahia. Fernanda Tourinho anotou em sua caderneta: “A família recebeu uma gratificação pelo meteorito”.

Segundo Rios, o meteorito achado em Palmas do Monte Alto é o sexto descoberto em território baiano e o segundo encontrado no mesmo município, um caso raro, só registrado antes em Crateús (CE) e em Patos de Minas (MG). E, a rigor, é o primeiro “achado” na região, ou seja, com testemunho da queda e coleta imediata, categoria distinta dos simplesmente encontrados depois. Esse “depois” pode ser muito tempo. Por exemplo, no caso do primeiro e grande meteorito do município, aparentemente sua queda ocorreu no fim do século XIX e só em 1940 ele foi encontrado.

Baía de Todos os Santos

O projeto antes referido sobre a baía de Todos os Santos, liderado por Jailson Bittencourt de Andrade, atual vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e presidente da Academia de Ciências da Bahia, foi objeto ainda em novembro de 2012 de uma bela reportagem na *Pesquisa Fapesp*, assinada pelo jornalista Ricardo Zorzetto, então editor de ciência da revista. Assim ele começava:

“Passava um pouco de 11 horas da terça-feira 16 de outubro, quando o barco pilotado pelo químico Jail-

son Bittencourt de Andrade parou junto a um banco de areia no canal que liga a baía de Aratu à imensidão de águas cor de esmeralda da baía de Todos os Santos. Na faixa de areia exposta pela maré baixa, cerca de 40 mulheres e algumas crianças, todas negras, andavam de cócoras olhando para o chão. Elas mariscavam. Com uma colher ou apenas com os dedos, desenterravam um pequeno molusco que chamam de chumbinho ou papa-fumo, pouco maior que a unha do polegar. São necessárias horas de trabalho, quase sempre sob um sol intenso, para encher um cesto grande de mariscos, que, depois de limpos, pesam dois quilos e são vendidos a R\$ 17 para os comerciantes de pescados da região. Como têm baixo valor comercial, o chumbinho e outros mariscos, como a lambreta e o sururu, são a principal fonte de proteína animal de quase 15 mil famílias de pescadores e catadores de moluscos da baía de Todos os Santos. Vivendo abaixo da linha de pobreza, muitas dessas famílias se alimentam hoje de modo semelhante ao dos primeiros seres humanos que milhares de anos atrás ocuparam a costa do que viria a ser o Brasil.”

A partir dessa abertura, Zorzetto tocava no risco à saúde que um alto consumo desses produtos representava, dada a contaminação por metais de peixes e frutos do mar em níveis superiores aos aceitos por autoridades da saúde, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). E abordava em seguida, detalhadamente, o ambicioso projeto, com previsão de desdobramento até 2038, envolvendo, àquela altura, quase meia centena de pesquisadores de várias áreas do conhecimento. Assim,

dizia que era recomendável consumir com moderação os peixes e frutos do mar apanhados em Aratu, Itapagi, Suba e em outras áreas mais industrializadas da baía de Todos os Santos.

Três anos depois, em entrevista ao jornal *A Tarde*, o próprio Andrade enfatizaria essa recomendação, acrescentando a Ilha de Maré aos locais citados. “São áreas que estão próximas à Refinaria Landulpho Alves, ao terminal marítimo da Petrobras. E onde se concentra o movimento de navios. A situação mais crítica é a de Ilha de Maré.” O pesquisador ponderava que muitos desses metais são elementos químicos essenciais para a saúde em concentrações bem baixas, mas, em níveis altos, podem ser tóxicos. “Os pescadores e os catadores de mariscos, que consomem frutos do mar quase todos os dias, estão vulneráveis.”

Vanessa Hatje, coordenadora do Laboratório de Oceanografia Química da UFBA, que em 2012 acompanhou a visita de Zorzetto aos pontos da baía de Todos os Santos em que foram feitas as medições, observara então que “quem corre mais risco são as crianças”. E isso porque “a capacidade de diluir elementos químicos no organismo está diretamente relacionada à massa corporal”, explicou a oceanógrafa, braço direito de Andrade na primeira fase do Projeto Baía de Todos os Santos, que investiga as características físicas, biológicas, culturais e históricas da região e, assim, contribui para a gestão sustentável dessa baía, a segunda maior do país — menor apenas que a de São Marcos, no Maranhão.

Entre 2006 e 2010, Hatje, o oceanógrafo Manuel Nogueira de Souza e Cláudia Windmöller, da Universidade

Federal de Minas Gerais, coletaram moluscos em 34 pontos da baía de Todos os Santos. A análise química demonstrou que ao menos quatro elementos (arsênio, zinco, selênio e cobre) aparecem em concentrações relativamente altas em mariscos e ostras. Os moluscos mais contaminados, segundo artigo publicado em 2011 no *Marine Pollution Bulletin*, haviam sido apanhados em Aratu, próximo ao local em que as marisqueiras trabalhavam naquela manhã de outubro, e no estuário do rio Subaé, a noroeste dali.

Esse estudo, que avançou em muitas frentes nos anos mais recentes, conformou, de um lado, o projeto “Pesquisando Kirimurê: convergindo educação, ciência, tecnologia e inovação” e, de outra parte, entrou em paralelo a várias outras pesquisas também no Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Energia e Ambiente (INCT-E&A), ambos sediados no Centro Interdisciplinar de Energia e Ambiente (CIEnAm) da UFBA, criado em 2003.

Os números exibidos pelo INCT-E&A, um dos oito da UFBA (no país inteiro eles são cerca de cem, apoiados pelo CNPq), constituem um dos bons indicadores de sua excelência e produtividade. Assim, nos resultados apresentados para o período 2019-2021, contabiliza, por exemplo, 15 artigos científicos aceitos para publicação, ao lado de um total acumulado até ali de 492 artigos completos publicados em periódicos científicos. Mas há indicações mais substanciais dessa performance no descritivo de resultados e na apresentação das linhas de pesquisa do instituto. Assim, entre vários resultados, o site, depois de detalhar os procedimentos da pesquisa em questão, relata achados recentes do grupo

de pesquisadores envolvidos num estudo de poluentes atmosféricos, “uma mistura complexa de gases tóxicos e material particulado que podem causar sérios danos à saúde humana”.

Nesse contexto, diz o relato, valendo-se do modelo computacional Multiple-Path Particle, que utiliza algoritmos para calcular a deposição e a eliminação de aerossóis monodispersos e polidispersos no trato respiratório, “foi simulada a deposição pulmonar de partículas finas e ultrafinas, oriundas de diferentes fontes de poluição atmosférica”, selecionadas de quatro diferentes sítios. Em três deles, obteve-se ao ar livre a distribuição de tamanho — diâmetro aerodinâmico entre 10 e 289 nanômetros (nm) — e número das partículas em três diferentes momentos de amostragem (9, 13 e 17 horas). No quarto sítio, fez-se “a coleta na faixa de 10 a 420 nm de diâmetro aerodinâmico em ambiente controlado (exaustão de motor diesel montado sobre dinamômetro de bancada)”. Dessa forma, “foi possível observar que o sítio com alto fluxo de veículos pesados apontou a maior concentração de partículas entre os diâmetros de 85 a 103 nm”. Mais: “A simulação computacional da deposição pulmonar possibilitou indicar os principais diâmetros aerodinâmicos capazes de alcançar regiões onde ocorrem a hematose pulmonar”.

O trabalho simulou, em seguida, a deposição pulmonar em adultos expostos a cada um dos ambientes por dez anos. Os resultados mostraram uma deposição no trato respiratório 20 vezes maior de partículas com diâmetro de 85 nm e 28 vezes maior com as partículas de 113 nm no sítio mais poluente, ou seja, o ambiente

confinado com alta circulação de veículos diesel, em relação aos três outros, mantendo-se os mesmos poluentes. O experimento mostrou uma relevante diferença na inalação/deposição de partículas finas e ultrafinas entre indivíduos de cada sítio e, além disso, apontou por que os poluentes analisados são tão danosos à saúde humana.

Na parte do site em que o INCT-E&A resume suas linhas de pesquisa, chamam especial atenção alguns estudos novos ligados a fontes alternativas de energia limpa e a impacto ambiental. Destaque-se aqui, no segundo grupo, a pesquisa sobre poluição por microplásticos em regiões costeiras da Bahia, em alto-mar e, ainda, avançando em direção ao continente Antártico, na Confluência Brasil-Malvinas, no estreito de Drake e na baía do Almirantado, já na Antártica. Certamente valerá muito a pena acompanhar nos próximos anos os desdobramentos desse projeto.

Sua apresentação resumida destaca que substâncias poluentes orgânicas e inorgânicas têm entrado nas cadeias alimentares dos ecossistemas em geral e chegado ao ser humano, com perigosos efeitos tóxicos sobre a saúde humana. Os microplásticos constituem um bom exemplo e “são encontrados em águas superficiais (rios e oceanos), nos sedimentos, em organismos filtrantes, nos estômagos dos peixes e na areia das praias”.

De uma maneira mais ampla, a despeito de inquietações no ambiente de pesquisa e pós-graduação das ciências exatas da UFBA, como o desconforto do risco — superado a essa altura — de descredenciamento de um programa pela Capes, é importante notar que três dos seis institutos nacionais de ciência e tecnologia (INCTs)

vinculados à universidade são dessa área, ou seja, o já citado INCT-E&A, o de Ambientes Marinhos Tropicais (INCT AmbTropic), coordenado por José Maria Landim Dominguez, professor do Instituto de Geociências, e o INCT de Geofísica do Petróleo, coordenado por Milton José Porsani, professor do Instituto de Geofísica. Os outros são os INCTs em Estudos Interdisciplinares e Transdisciplinares em Ecologia e Evolução (IN-TREE), coordenado por Charbel Niño El-Hani, do Instituto de Biologia; o de Doenças Tropicais (INCT-DT), coordenado por Edgar Marcelino de Carvalho, professor da Faculdade de Medicina; e o Democracia Digital (INCT-DD), coordenado por Wilson da Silva Gomes, professor da Faculdade de Comunicação. Como se sabe, a sigla desses centros de pesquisa, que hoje são pouco mais de cem no país, sugere imediatamente uma ideia de excelência e alta capacidade de produção de novos conhecimentos científicos.

Rankings e reflexos da divulgação científica

A combinação de uma ferramenta regular, constante, de divulgação científica da universidade com o refinamento no tratamento dos dados sobre ensino, pesquisa e extensão enviados a instituições responsáveis por respeitados *rankings* internacionais de universidades de todo o mundo resultaram em subida nos indicadores de qualidade e num renovado conhecimento sobre a produção científica da UFBA.

A ferramenta em questão é o tantas vezes aqui citado *Edgardigital*, um boletim eletrônico noticioso semanal lançado em 2017 que, desde então, narra em linguagem jornalística resultados relevantes de pesquisa e decisões de política científica e educacional, revela ricos personagens e aventuras do campo científico, trata das interações da comunidade UFBA com inúmeros grupos sociais, resultantes dos projetos de extensão da universidade, além de apresentar iniciativas e produções marcadas por originalidade e vigor no campo da arte, retratos sensíveis das políticas de inclusão e múltiplas faces da diversidade que é marca intensa da pioneira universidade baiana. Distribuído para quase 50 mil destinatários da própria universidade, o veículo tem, entretanto, alcance bem maior, por sua sensível influência na mídia local, além de alcançar por vezes a mídia nacional. Paralelamente, há que se reconhecer que ele se transformou num precioso repositório da história mais recente da pesquisa científica da UFBA, o que não é pequeno feito.

Sobre os *rankings*, um quadro apresentado em junho de 2022 pelo pró-reitor de pesquisa e pós-graduação, Sergio Ferreira, dá uma visão atualizada do quanto os indicadores da universidade melhoraram ao longo de oito anos, a despeito das dramáticas turbulências enfrentadas pelo país, em geral, e pelas universidades públicas, em particular, nesse período. E é preciso destacar que, globalmente, a UFBA teve mais intercâmbio internacional no campo científico a partir de 2019 do que nos anos imediatamente anteriores, o que soa, de fato, impressio-

nante, dadas as perseguições do governo federal à ciência, tecnologia e educação nesses anos.

A propósito, foi na mesma ocasião de protesto formal das instituições contra os cortes ao orçamento das universidades e institutos federais, levados a efeito no fim de maio de 2022, que Ferreira apresentou tanto os bons indicadores da universidade quanto as consequências esperadas de seu garroteamento financeiro. “Os cortes atingem rubricas que prejudicam o pagamento de itens básicos, como água, energia elétrica, telefone, internet, limpeza, segurança, manutenção básica das instalações e insumos que comprometem direta ou indiretamente o desenvolvimento do exercício administrativo-acadêmico, científico e tecnológico dos gestores envolvidos”. Ou seja, enfatizou, eles “comprometem, sim, e muito, toda a estrutura necessária para se fazer pesquisa de qualidade”.

Era mais que isso, no entanto, que ele indicava. Lembra que os cortes em bolsas de mestrado e doutorado promovidos, em 2019, pela Capes, “a agência de fomento responsável pelos cursos de pós-graduação”, dificultou o andamento de muitos programas de pós-graduação, numa ação nefasta que “perdura até hoje”. Mais: o Portal da Capes, ferramenta de disponibilização de periódicos científicos lançada em 2000, “um marco para a ciência brasileira”, vem tendo seus recursos diminuídos e o acesso a algumas bases cortado. “Em 2022 o recurso disponível para o Portal foi de R\$ 386 milhões, enquanto em 2021 o montante havia sido de R\$ 490 milhões, representando um déficit de R\$ 104 milhões, justamente no

período de ascensão do dólar e do euro, moedas que nor-teiam as negociações com as grandes editoras”.

Prestes a completar 76 anos, lembrou Ferreira, a UFBA tem hoje mais de oito mil alunos de pós-graduação, distribuídos em 85 programas, envolvendo 75 cursos de mestrado acadêmico, 16 cursos de mestrado profissional e 59 cursos de doutorado. Em 2021, mesmo com a pandemia, “a UFBA formou 700 mestres e 400 doutores, enquanto em 2019 foram 1.084 mestres e 528 doutores”. O pró-reitor de pesquisa e pós-graduação informou também que em 2021 a UFBA teve 2.003 artigos documentados na base de dados Web of Science, “quantitativo que expressa a publicação 5,48 artigos por dia”.

Já a Plataforma Estela registra que a UFBA, ao longo de sua existência, já publicou 77.550 livros, refletindo, principalmente, a excelência estabelecida na área de humanidades.” Todo esse patrimônio, ele concluiu, “precisa ser defendido por cada um de nós”.



A baía de Todos os Santos mobiliza estudos de longo prazo, enquanto a emergência do óleo derramado nas praias do Nordeste clamou pela ação de pesquisadores das ciências exatas, biológicas e sociais



O compositor Paulo Costa Lima e Orquestra Sinfônica da UFBA: Escola de Música tem uma longa história de excelência em pesquisa e composição



Hoje sob a batuta de José Maurício Brandão, a Escola de Música tem uma longa história de excelência em pesquisa e composição



Projeto de pesquisa em língua e cultura levou à criação da excelente plataforma digital *Cartas indígenas ao Brasil*

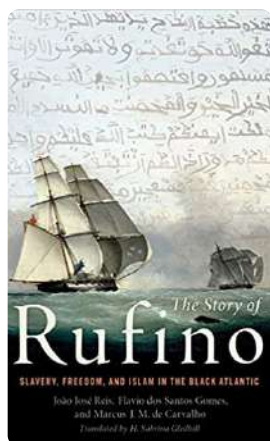
Aula-ato inaugural do curso
“O Golpe de 2016
e o futuro da democracia no Brasil”
EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DA UNIVERSIDADE
05/Abril/2018 (Quinta-feira) às 14:00
 Auditório Raul Seixas, Faculdade de Filosofia e C. Humanas/UFBA
 Estrada de São Lázaro 197, Federação

Com a presença dos 23 professores da UFBA que darão aulas e do prof. Luiz Felipe Miguel, da UNB, autor da proposta original da disciplina, hoje sendo oferecida em 47 universidades brasileiras e em 3 estrangeiras.

O prof. Luiz Felipe Miguel estará lançando o seu livro
“Dominação e Resistência – desafios para uma política emancipatória, Ed. Boitempo.”

ACAU
RESISTÊNCIA

Pesquisa em história do Brasil: tentativas de censura à investigação do golpe parlamentar de 2016 produziram forte reação na universidade



A linha de pesquisa “Escravidão e invenção da liberdade” desfruta de amplo reconhecimento internacional

CAPÍTULO 3

O desafio de bem administrar contra a política da asfixia financeira

Nos anos imediatamente anteriores à pandemia da Covid-19, numa das salas da ala direita do entorno do salão nobre do prédio da reitoria, a reunião de várias pessoas em volta de uma comprida mesa retangular, de olhos postos no telão posicionado em uma de suas extremidades a exibir planilhas variadas ou croquis de obras, era uma cena das mais corriqueiras. Os participantes variavam, mas duas personagens eram constantes: o vice-reitor, Paulo Miguez, e o pró-reitor de planejamento, Eduardo Mota. Com certa frequência, depois de algum tempo a reunião migrava para o gabinete do reitor, João Carlos Salles, um andar acima, quando não era o reitor quem descia para o arremate de alguma questão de peso.

Era ali que de certa maneira pulsava o coração da competência técnica — ou da engenharia gerencial — de que a bem construída política de gestão da UFBA dependia dramaticamente para atingir, por entre agressivos e crescentes cortes do orçamento pelo governo federal, ano após ano, seu mais alto objetivo, ou seja, a

recomposição do tecido próprio da universidade. Esse produto de tessitura especial que devolveria ao conjunto de sua comunidade “o orgulho de ser UFBA”, a aura da universidade, como tantas vezes o nomeou o reitor, implicava sempre a compreensão profunda e a absorção por cada um do princípio de que a universidade é lugar de construção do diálogo fraterno por sobre diferenças, divergências e pluralidade de pensamentos. De que ela precisa ser excelente e inclusiva ao mesmo tempo. Rigorosa em suas postulações e democrática simultaneamente, entre vários outros predicados essenciais.

Essa construção do plano das ideias e afetos, entretanto, tem sua exigente contraparte material, ou seja, manutenção e expansão do espaço físico adequado para cada uma das muitas funções da universidade, equipamentos de ensino e pesquisa, administração das necessidades do cotidiano, como energia e água, e atendimento às necessidades da população estudantil mais carente. Tudo isso se traduz em demanda crescente de recursos financeiros, e a inversão perversa dessa dinâmica obviamente põe sob risco extremo de desmonte não só a infraestrutura de uma instituição como a universidade, como também todo o arcabouço imaterial que ela sustenta.

Assim, ante os números inclementes dos cortes de verbas, a pergunta que ao fim de oito anos se impõe é: como a UFBA, essa comunidade de mais de 53 mil pessoas, conseguiu manter nesse tempo os serviços contínuos em seus 189 prédios, distribuídos em três campi, concluir uma série de obras, inclusive a recuperação do salão nobre da reitoria, inaugurar dois novos institutos, o

de Computação (IC) e o Multidisciplinar de Reabilitação e Saúde (IMRS), expandir matrículas e o número de concluintes na graduação e na pós-graduação, aumentar sua produção científica e suas ações de extensão universitária e alcançar recordes na produção de grandes eventos e debates?. E como foi possível fazer tudo isso mantendo uma adesão e coesão da comunidade que se refletem de forma eloquente, por exemplo, na conquista impressionante de 98% de seus votos para a chapa candidata à próxima gestão da universidade, formada pelo vice-reitor, Paulo Miguez, e pelo pró-reitor de graduação, Penildon Silva Filho? Uma chapa de continuidade, registre-se — e formada por dois homens brancos numa população universitária com maioria de mulheres e de pessoas negras, marcada por forte militância de vários coletivos do movimento negro, ressalte-se.

Entre 2016 e 2021:

28,1% de aumento
no número de matrículas
em cursos presenciais
de graduação.

31% das matrículas
em cursos noturnos
na graduação.

39,1% de aumento
no número de matrículas
em cursos de pós-
graduação *stricto sensu*.
Em 2021 foram realizadas

44.015 matrículas
em cursos de graduação e
8.156 matrículas em cursos
de pós-graduação nos três
campi: Salvador, Camaçari
e Vitória da Conquista.

Aumento de 17,9%
em área construída entre
2016 e 2021, concluindo
obras que estavam
paralisadas desde 2014,
o que resulta em mais
serviços administrativos.

Antes de arriscar explicações, vale a pena uma mirada na evolução dos dados orçamentários consolidados e apresentados por Eduardo Mota em junho de 2022.

Um inequívoco constrangimento financeiro

Em um artigo no *Edgardigital*, publicado no dia 17 de junho, Mota começava por lembrar que estavam sendo anunciados “novos bloqueios e cortes nos recursos das universidades federais”. Nada de exatamente novo havia nisso, apenas se dava prosseguimento à “política nacional atual de desvalorizar a educação superior pública”, e nesse sentido, dizia, valia conhecer melhor “a evolução recente das restrições orçamentárias, a partir do que tem ocorrido com a Universidade Federal da Bahia”.

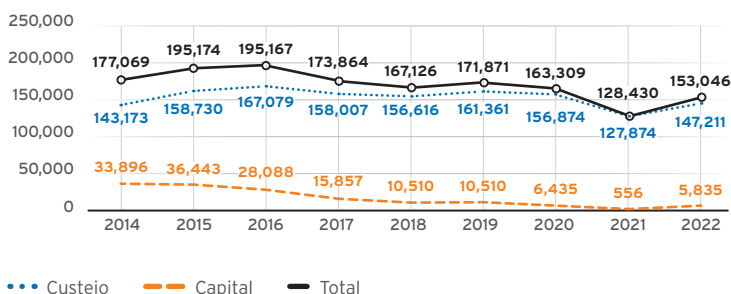
Assim, o valor total dos recursos discricionários destinados às despesas de custeio da UFBA em 2022, inscrito na Lei Orçamentária Anual (LOA), foi de R\$ 147,21 milhões — contra R\$ 167,07 milhões do mesmo orçamento em 2016, o maior da série desde 2014. Portanto, em termos nominais, o orçamento do ano em curso é “11,9% menor que o valor de 2016” ou, em valores absolutos, tem uma diferença para menos de R\$ 19,8 milhões.

Ocorre, entretanto, que a diferença nominal acumulada não revela a real dimensão da queda do orçamento de custeio, porque para tanto há que se considerar também a variação do IPCA de janeiro de 2016 a janeiro de 2022, que é de 36,2%. Feita essa atualização monetária, o valor do orçamento de custeio de 2016 eleva-se

a R\$ 227,57 milhões e chega-se, assim, a uma redução real do orçamento deste ano frente ao de seis anos antes de R\$ 80,36 milhões. “Esse cálculo não é meramente ilustrativo, haja vista o fato de que todos os contratos administrativos são ajustados anualmente pelos índices inflacionários”, observava Mota.

Bloqueio e corte orçamentário da UFBA

Valores nominais (x1.000 R\$) de custeio e de capital inscritos na Lei Orçamentária Anual (LOA), por ano, UFBA, 2014 a 2022



Fonte: Tesouro Gerencial, dados extraídos em 25/01/2022.

Valores nominais em R\$ 1.000,00, da dotação inicial na LOA, sem alterações e sem emendas parlamentares. Não se incluem recursos de receitas próprias.

Preparado pela Coordenação de Orçamentos/Proplan/UFBA.

O ano de **2016** apresentou o **maior valor nominal** da série, desde 2014, em recursos de custeio.

36,2% de variação acumulada do índice IPCA entre 01/01/2016 e 01/01/2022.

R\$ 227.573.771,14 é a cifra obtida atualizando-se o valor orçamentário de custeio de 2016 por esse percentual.

R\$ 80.363.165,14 é a diferença entre o valor corrigido e o valor nominal de custeio de 2022.

Ao longo de todo o período das duas gestões da UFBA lideradas por João Carlos Salles, o quadro da evolução dos valores de capital — recursos indispensáveis à conclusão de obras e à aquisição de equipamentos e mobiliário — mostrou-se igualmente grave, senão pior. “A partir de 2019, retirou-se quase todo o valor orçamentário de capital da LOA e, em 2021, um veto presidencial praticamente zerou essa rubrica, que não foi recuperada no orçamento de 2022”, relatou o pró-reitor de planejamento, lembrando em seguida que equipamentos de TI e tantos outros destinados a laboratórios de ensino e pesquisa são adquiridos com recursos de capital. Dito de outro modo, garrotear esse fluxo de recursos implica investir contra a continuidade de pesquisas e outras atividades acadêmicas essenciais com a qualidade que se deseja.

Um cenário econômico e financeiro já crescentemente difícil anunciou-se catastrófico quando o governo federal determinou, no fim de maio, o bloqueio de aproximadamente R\$ 4,1 bilhões de recursos das áreas de educação, ciência e tecnologia. As universidades federais foram duramente atingidas, com o bloqueio de R\$ 1,6 bilhão. Para a UFBA, o valor em questão foi de R\$ 26 milhões dos recursos de custeio, equivalentes a um quarto do total disponível para o ano inteiro. Isso “correspondia a aproximadamente quatro meses dos gastos com o pagamento de contratos administrativos”, resumiu Mota. Ante as manifestações indignadas das universidades federais e de várias instituições da área de ciência e tecnologia, nos primeiros dias de junho o governo federal recuou parcialmente da asfixia imposta à educação. O valor bloqueado para a

UFBA passou a ser de R\$ 12,87 milhões, ou seja, 12,4% do valor original da LOA para despesas de custeio. Mas, poucos dias depois, chegou aos dirigentes da instituição a informação de que metade desse valor não estava apenas bloqueado, mas seria de fato cortado e redirecionado para cobrir outras despesas do governo federal — as demais universidades federais foram alvo do mesmo tratamento. Dessa forma, “o valor orçamentário de custeio da UFBA em 2022 será menor do que o de 2014!”, indignou-se Mota.

Na verdade, bloqueios e cortes orçamentários tornaram-se praxe para as universidades federais desde 2014. E mesmo quando suspensos ao longo do ano, os contingenciamentos transformaram o cumprimento da programação e a execução financeira numa espécie de campo de malabarismos para se evitarem a completa paralisação de obras, aquisições de bens essenciais e a prestação de serviços diversos. O pró-reitor de planejamento ressalta, a propósito, que entre 2020 e 2021 os recursos da assistência estudantil da UFBA sofreram redução de R\$ 7,2 milhões de reais, o que sem uma administração fina produziria pesados efeitos sobre os estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica.

Em meio a essa programada asfixia financeira, fruto de uma política de governo que, a partir de 2019, ofereceu demonstrações sistemáticas de que a educação pública em geral — e a universidade pública em especial — não era uma prioridade, muito pelo contrário, assim como não o eram ciência e tecnologia, saúde e meio ambiente, a prolongada pandemia de Covid-19 veio a acrescentar inesperada dramaticidade. A doença misteriosa de alta letalidade

e transmissibilidade, a princípio sem profilaxia, remédio ou evolução decifrada, se afigurou, com razão, como uma hecatombe sobre a humanidade, a exigir urgente reconfiguração de formas de convívio, em escala planetária. Na UFBA, como nas instituições em geral, mundo afora, foi preciso antes de tudo adotar um gigantesco conjunto de medidas de proteção à vida, de quase completa restrição ao contato direto, físico, com exceção, claro, de seus espaços ambulatoriais e hospitalares, e ao mesmo tempo definir um outro tanto de providências capazes de viabilizar o prosseguimento sem risco das atividades fundamentais da universidade. O mundo foi obrigado a inventar novas formas de viver e conviver, e o existir virtual ganhou espaço e centralidade radicais em velocidade antes inimaginável.

No fim do primeiro semestre deste 2022, a UFBA ainda se organizava para dar início ao segundo semestre letivo em pleno funcionamento presencial. “Preparam-se os espaços para o trabalho administrativo e realiza-se a recuperação de laboratórios de ensino, auditórios e salas de aula, alguns fechados por quase dois anos”, dizia Eduardo Mota em seu artigo para o *Edgardigital*. Isso vai requerer ampliação das despesas com limpeza, manutenção predial, vigilância, materiais de consumo, aumento de despesas com luz e água — portanto, o panorama à frente exige reversão do bloqueio.

Vai se conseguir tal reversão?

Cabe anotar, ante a indagação, o seguinte: a despeito das severas restrições orçamentárias, o número de

alunos matriculados em cursos presenciais de graduação da UFBA aumentou 28,1% entre 2016 e 2021, atingindo neste último ano o total de 44.015 matrículas; o número de matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* cresceu 39,1% no mesmo período, alcançando 8.156 matrículas em 2021. Os dados podem ser consultados facilmente.

Mais: mesmo com os cortes extensos nos recursos de capital, entre 2016 e 2021 a UFBA administrou de tal forma sua infraestrutura predial que conseguiu aumentar em 17,9% sua área construída, com a conclusão de obras que estavam paralisadas desde 2014, ampliando a demanda por serviços administrativos diversos.

Criar consensos e fazer juntos

Em tempos tão críticos, há um instigante sentimento de satisfação perceptível na UFBA, disseminado entre gestores, professores, estudantes e servidores técnicos. E talvez ele nada tenha de paradoxal; talvez seja fruto de uma percepção nova de que estão de fato todos juntos, vencendo gigantescas batalhas e grandes obstáculos. Dito assim, parece um tanto piegas, mas os espantosos 98% de votos a favor de uma chapa que, a rigor, é continuidade das gestões de 2014 a 2022 traduzem matematicamente essa impressão.

Como se obteve isso? Paulo Miguez, vice-reitor e futuro reitor, fala da combinação virtuosa entre uma excepcional visão ou sensibilidade política e alta competência

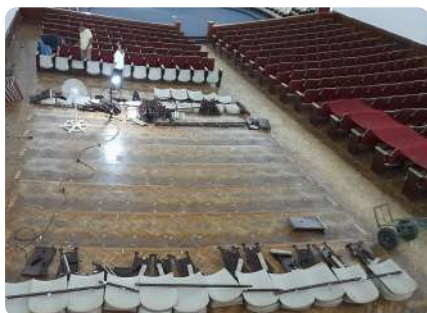
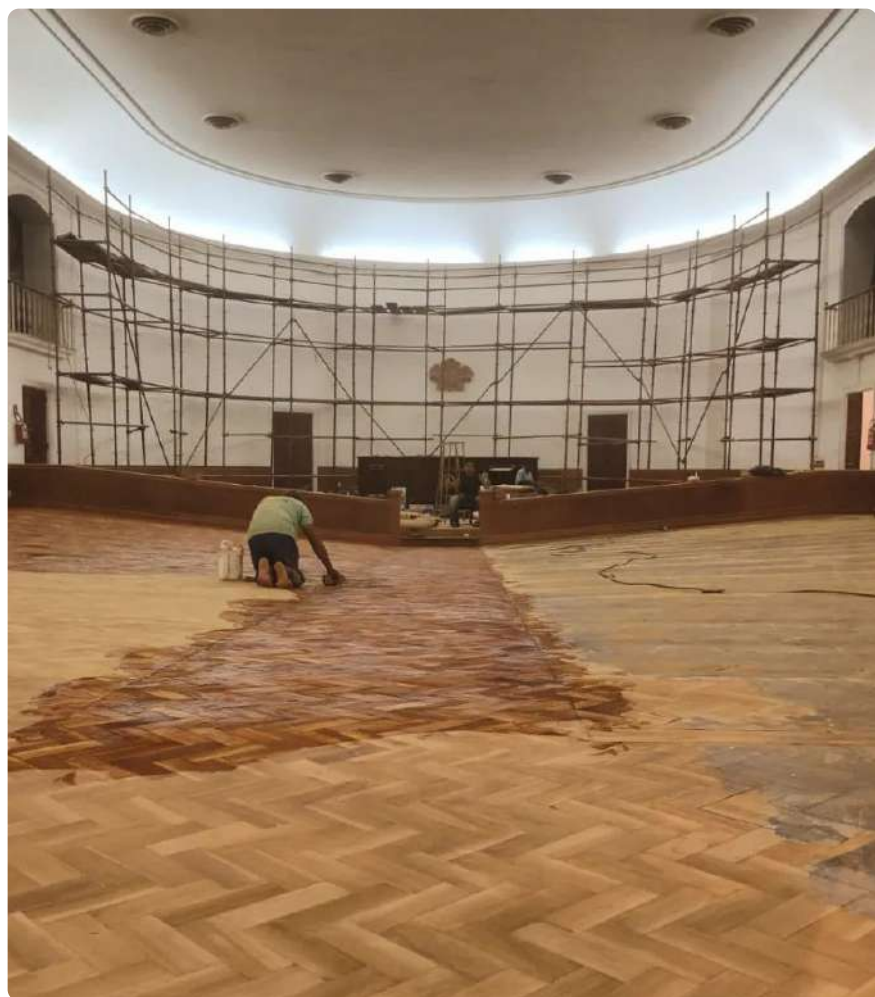
técnica que a liderança de João Carlos Salles imprimiu ao modelo de gestão da universidade. Está na base desse modelo uma ideia bem definida e desenvolvida do que é e deve ser uma universidade: espaço democrático, de diálogo e de convencimento (*ver, a propósito, o capítulo 1*), a par de um largo conhecimento sobre a realidade histórica, específica, da universidade que é a UFBA, suas virtudes e suas mazelas.

No cotidiano isso se traduziu, por exemplo, segundo Miguel, “por um diálogo permanente e marcado por absoluta transparência na discussão de problemas e desafios com cada unidade que compõe a universidade”. Acolhimento, compreensão e apoio, são palavras potentes nesse modelo, mas também o são a capacidade técnica de se antecipar a problemas, tomar decisões e apresentar soluções, “fazendo a economia certa na hora certa, gastando também o necessário na hora certa e abrindo sempre lealmente o jogo com o interlocutor interessado”. E há que se destacar, em especial, uma notável capacidade da construção de consensos nessa gestão, que reflete em grande medida a habilidade pessoal de João Carlos Salles em trabalhar pela conciliação de interesses sem trair princípios.

É possível que as atas das reuniões abertas do Conselho Universitário (Consuni), o órgão máximo de deliberação da universidade, permaneçam como documentos históricos dessa capacidade de costurar consensos em prol do crescimento da UFBA dentro de um espírito generoso, inclusivo e de excelência. Porque as grandes decisões tomadas ao longo desses anos, mesmo as relativas

às mudanças de atitude mais difíceis, dado que implicam ultrapassar arraigados comportamentos e preconceitos, como adotar as cotas raciais e sociais também para a pós-graduação, o foram sempre por consenso, num colegiado que é, por natureza, díspar.

Esse espírito permaneceu mesmo com as reuniões remotas exigidas pelos constrangimentos da pandemia de Covid-19. “Chegamos a ter reunião virtual que durou seis horas e só terminou quando todas as decisões estavam aprovadas por unanimidade”, diz João Carlos Salles, como quem relata algo corriqueiro.



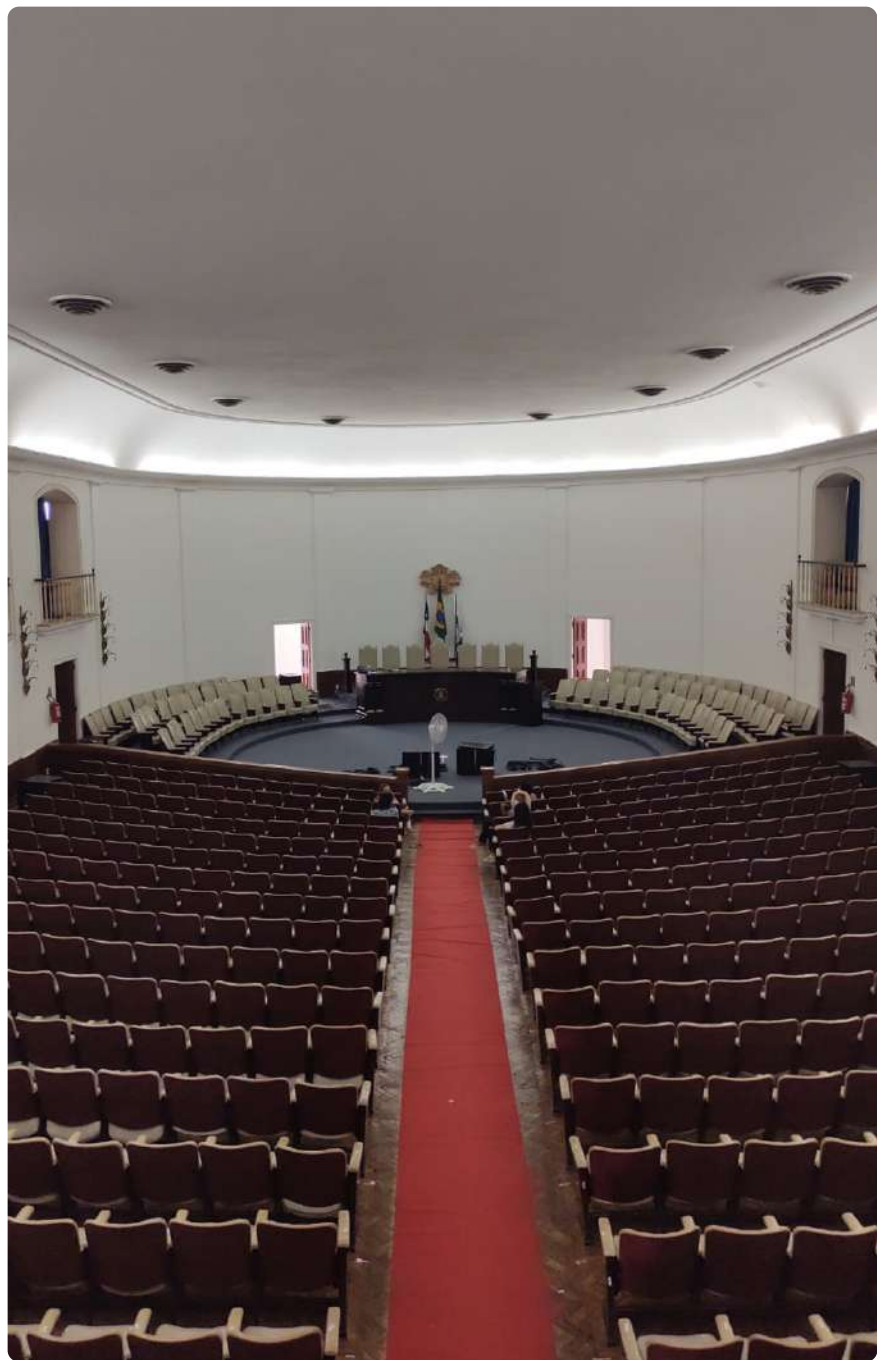
Piso e cadeiras foram parte do cuidadoso restauro do salão nobre da reitoria, devolvido à comunidade da UFBA em 13 de agosto de 2022, depois de alguns meses de obras



Perspectiva, lustres, andaimes, nada escapou às lentes atentas dos responsáveis pelas redes sociais que foram ajudando a comunidade a acompanhar os trabalhos de recuperação de seu salão de debates



Há muitos anos o desgaste dos azulejos do entorno do salão e do gabinete do reitor eram motivo de grande preocupação



O palco das discussões capitais que são essência do espírito da universidade pública está pronto para novos tempos

CAPÍTULO 4

A Universidade maior, mais aberta e inclusiva

*R*ankings de empresas ou de instituições são indicadores de posição num determinado universo, com base em critérios previamente definidos e aceitos, tácita ou explicitamente, por quem se dispõe a preencher os formulários de avaliação, sejam pessoas vinculadas aos entes em análise ou avaliadores externos. Assim, contêm índices, não são em absoluto retratos de um objeto real. Mas quem resiste a tal fetiche? Na primeira quinzena de julho de 2022 saiu o *ranking* THE para a América Latina (2022 *Times Higher Education Latin America University Rankings*), incluindo a classificação das melhores [instituições da América do Sul](#).

Curiosidade mais que natural, era preciso ver como se saíra a nossa universidade. Não muito bem, infelizmente. Na lista das brasileiras, liderada pela Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal da Bahia (UFBA) caiu sete posições, do 17º lugar alcançado em 2021 no mesmo *ranking* para o 24º lugar. No conjunto das instituições da América Latina, desceu do 26º para o 32º lugar — portanto, ficou seis posições abaixo. No cenário mundial, a UFBA encontra-se no grupo de instituições situadas a partir da posição 1.201.

O texto de apresentação do *ranking* neste ano observa, dirigindo-se a um hipotético estudante de qualquer parte do mundo, que se ele “deseja estudar em uma das melhores universidades da América Latina, ir para o Brasil pode ser sua melhor aposta, com base nos resultados do Times Higher Education Latin America University Rankings de 2022. O país tem impressionantes 67 universidades no *ranking*”, no qual, informa, foram incluídas 197 instituições em 13 países, “contra 177 instituições no ano passado” — e atenção a esse dado, porque nele pode estar uma das chaves para entender a variação da posição da UFBA entre 2021 e 2022.

Acrescenta que, “apesar de o Brasil ser o país mais representado no *ranking*, a melhor universidade, pelo terceiro ano consecutivo, é a Pontifícia Universidade Católica do Chile; a Universidade de São Paulo vem em segundo lugar”. E observa, por fim, que “o Chile é outra boa opção para estudantes que desejam estudar na América Latina, com 30 universidades no *ranking*. Outros países com forte presença são Colômbia (29 universidades) e México (26)”.

Os dados que a equipe de elaboração do *ranking* buscou formalmente na UFBA, em 2022, foram coletados, como de hábito, no mês de março, antes, portanto, de a Pró-Reitoria de Planejamento ter consolidado e fechado, em maio, os últimos indicadores que apresenta em sua publicação *UFBA em números* ou mesmo no documento mais extenso, o relatório anual de gestão. Entretanto, é importante saber que a equipe do THE, como outras similares, capta dados diretamente da internet — base de onde

se extrai muito do que vários *rankings* internacionais conceituam como indicadores da reputação das instituições. E o faz focada menos no conjunto da universidade e muito mais nos cursos relacionados a cada uma das dez áreas do conhecimento que definiu para análise.

Assim, quanto mais uma universidade tiver um sistema rico de dados acessíveis desagregados por curso, ou seja, medicina, engenharias, biologia, sociologia, e assim por diante, tanto mais chances de esse *ranking* refletir com fidelidade a qualidade de sua performance e produção nos vários quesitos examinados. Jorge Sales, coordenador de avaliação na Superintendência de Avaliação e Desenvolvimento Institucional (Supad) da UFBA, observa que, se ao THE interessa, por exemplo, a informação sobre total de recursos de pesquisa captados por determinado curso, não há como fornecê-la. “Nós não sabemos, porque não há registro dessa forma em nosso sistema de dados, teríamos que pensar em desenvolvê-la, se a universidade considerar que isso é importante e estratégico para ela”, diz.

Segundo o THE, o *ranking* da América Latina usa os mesmos 13 indicadores de desempenho do mundial, cuidadosamente calibrados para oferecer as comparações mais abrangentes e equilibradas, que contam com a confiança de estudantes, acadêmicos, líderes universitários, indústria e até governos — mas, acrescenta, as ponderações são especialmente recalibradas para que possam refletir as características das universidades de economias emergentes.

Aliás, o debate sobre *rankings* de desempenho de universidades e, especialmente, sobre a construção de

um sistema robusto de indicadores comuns a todas as universidades públicas brasileiras cresceu muito nos últimos cinco anos, puxado pelas estaduais paulistas, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). A UFBA, desde 2017, passou a dedicar atenção especial ao assunto e isso se refletiu, sem dúvida, em bons resultados observados nos anos seguintes, tanto em importantes *rankings* e avaliações nacionais quanto internacionais, como se pode ver num [conjunto de reportagens](#) do *Edgardigital*. Assim, no RUF, da *Folha de S.Paulo*, já em 2018 passou a ocupar o 14º lugar entre 196 universidades brasileiras avaliadas, enquanto no THE subiu três posições em 2020 e duas em 2021, e no QS Latin America University Rankings de 2022, da consultoria britânica Quacquarelli Symonds, subiu seis posições em 2020 e mais duas em 2021, o que lhe deu o 70º lugar entre as melhores universidades da América Latina — entre as brasileiras, passou há dois anos do 20º para o 19º lugar e aí se mantém.

A propósito de *rankings* vale ainda uma pequena incursão fora da UFBA: no [resumo](#) do projeto dos indicadores das universidades paulistas, coordenado por Jacques Marcovich, ex-reitor da USP (1997-2001), lê-se que “nenhuma pontuação é uma medição objetiva de todas as dimensões do desempenho acadêmico de uma universidade. Por isso, as universidades devem formular sua própria visão institucional, sua contribuição específica à sociedade local, nacional e global, sempre levando em conta as suas características institucionais evolução e valores”. Entretanto, acrescenta, “a informação contida

em comparações internacionais pode fazer parte de um quadro de referência para ajudar a avaliar o progresso das universidades rumo aos seus objetivos estabelecidos, sendo um deles a conquista de uma destacada reputação internacional”. Há uma preocupação clara no Projeto Métricas, como mais usualmente é nomeada a iniciativa paulista, em “identificar o que pode ser apreendido em comparações internacionais para o ensino superior brasileiro” como um todo e como as universidades podem se valer dessas informações para melhorar seu desempenho acadêmico — daí porque realizou, em março de 2019, um fórum nacional voltado a “planejar e compartilhar experiências entre universidades, favorecendo a colaboração para que todas possam crescer juntas”.

Já no âmbito das avaliações oficiais do Brasil feitas pelo Ministério da Educação, como o Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) e o IGC (Índice Geral de Cursos), o que se registra é uma contínua e consistente evolução nos indicadores da UFBA nos oito anos das duas últimas gestões. A Universidade alcançou 3,84 pontos no IGC em 2021, melhor resultado na série histórica do indicador desde que ele começou a ser aplicado, em 2007, para avaliar a qualidade dos cursos de graduação e de pós-graduação das instituições brasileiras de ensino superior, informava o [Edgardigital](#) em abril de 2021. O resultado considerou dados de 2019 que mostraram “uma trajetória de melhoria contínua da UFBA ao longo das últimas nove avaliações (desde 2011), com um aumento acumulado de 15%”. De acordo com o texto, “o resultado revela o esforço feito pela Universidade para

manter a qualidade, mesmo em um quadro de defasagem orçamentária acumulada, agravado por sucessivos cortes nominais a partir de 2017”.

No Enade, [reportagem](#) de outubro de 2020 informava que seus resultados confirmavam o avanço contínuo da qualidade dos cursos de graduação. “Todos os 22 cursos avaliados obtiveram conceito 4 ou 5.” Em 2013, apenas 44% dos cursos da UFBA tinham obtido esses conceitos máximos, percentual que saltou para 92% na edição 2018 do Enade e atingiu 100% dos cursos em 2019.

“Dentre os cursos avaliados, oito obtiveram conceito 5, posicionando-se com destaque nacional em suas respectivas áreas. O curso de zootecnia, que recebeu a nota máxima, está em segundo lugar no Brasil, entre 96 cursos avaliados”, segundo o *Edgardigital*. O curso de fisioterapia foi considerado o quinto melhor no *ranking* nacional e o primeiro da Bahia. Lograram conceito 5 também os cursos de odontologia, nutrição e engenharia sanitária e ambiental, todos em Salvador, e mais os cursos de farmácia, nutrição e enfermagem, sediados no Instituto Multidisciplinar em Saúde, no campus de Vitória da Conquista.

Expansão em meio a múltiplas crises

É surpreendente, para não se valer do adjetivo espantoso, com o risco de exagero que ele contém, o crescimento da população da UFBA e dos números relativos ao desempenho objetivo dessa comunidade nos últimos oito anos. Trata-se de um período extremamente crítico

para o país, em múltiplas dimensões, começando pela política, anunciada nas grandes e ainda hoje mal compreendidas manifestações de 2013, seguindo-se pela crise econômica, que se revela em 2014 e, de pronto, apresenta a primeira fatura para as universidades públicas federais, na forma de cortes orçamentários não exatamente esperados. O que se desdobra a partir daí, tanto na diversificação de suas faces quanto no aprofundamento da crise, é o roteiro de um até aqui inconcluso pesadelo.

Se no raio do segundo governo da presidente Dilma Rousseff (2010-2014 e 2014-2016), praticamente ninguém suspeitava que a recessão econômica no horizonte e os arreganhos do candidato da centro-direita derrotado nas eleições presidenciais desembocariam num golpe parlamentar e num grotesco processo de *impeachment*, muito menos havia ainda a noção de que uma personagem sombria da extrema-direita já começara seu trabalho de criação e montagem de uma sólida base social digital que seria decisiva nas eleições de 2018. E, iniciado o governo, que já se previa tenebroso em termos políticos e socioeconômicos, também não havia como adivinhar que uma pandemia — mais ou menos esperada em certos meios científicos — se apresentaria ao mundo um ano depois, com força devastadora. E se a crise sanitária foi global, a exigir urgentes mudanças nos modos humanos de viver e conviver, no Brasil, ante o negacionismo científico — difundido desde o Palácio do Planalto, com a cumplicidade de médicos e pesquisadores —, a irresponsável e deliberada tentativa de desmontagem das estruturas de saúde pública por parte do governo

central e, ainda, a manipulação corrupta, o estelionato, nas compras de equipamentos e insumos indispensáveis ao enfrentamento da pandemia, ela se transformou num cenário inconcebível de horror e morte.

O saldo oficial em 23 de julho de 2022 ultrapassava as 677 mil mortes de brasileiras e brasileiros por Covid-19, ou seja, mais de 10% dos 6,4 milhões de óbitos pela doença registrados no mundo. E lembremos aqui que a população brasileira representa só 4% da população mundial. O saldo social da combinação da crise política, socioeconômica, sanitária, ética e cultural inclui o retorno do país ao mapa da fome, com a tragédia que é ter 33 milhões de brasileiros em situação real de fome e mais de 60 milhões em situação de insegurança alimentar. Inclui um agravamento sem precedentes nas últimas décadas das taxas de desemprego, o aumento da população em situação de rua e de outros tristes indicadores do aprofundamento da vulnerabilidade social.

Entretanto, muito mais trágico teria sido esse saldo se não houvesse a resiliência do sistema público de saúde, com a notável concepção e estrutura do Sistema Único de Saúde (SUS); a resistência de governos estaduais e municipais e do Judiciário; em conformidade com as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), contra o boicote federal ao distanciamento físico e ao uso de máscaras, entre tantas outras medidas de proteção à vida; e as batalhas coordenadas de instituições como as universidades públicas, incluindo seus hospitais, nas linhas de frente da proteção e da pesquisa incansável e insistente de saídas cientificamente baseadas de enfrentamento à

pandemia — sem esquecer o papel fundamental da mídia nessa grande mobilização da sociedade em favor da vida.

Foi nesse difícil cenário que a UFBA, no âmbito da graduação, expandiu sua população docente para o total de 45,9 mil estudantes em 2021, ante 38,5 mil em 2014, ou seja, um crescimento de quase 20%, marcado pelo desafio de operar essa expansão sem perda de qualidade e, como se viu acima, na verdade apresentando incrementos nos mais respeitados indicadores de qualidade acadêmica. Na pós-graduação, o número de alunos passou de 5,3 mil para 8,1 mil. Registrou-se, portanto, um aumento em termos percentuais de quase 53%. A população conjunta da graduação e pós-graduação passou de 43,8 mil para 54 mil estudantes, mostrando um incremento geral de mais de 23%.

É fundamental ressaltar que o crescimento do número de estudantes, ao longo desse período, se deu sem equivalência no número de docentes e de servidores técnicos e administrativos. Assim, os professores eram 2.669 em 2014, dos quais, 2.275 permanentes e 394 professores substitutos/temporários, e em 2021 eram 2.961, somando-se 2.555 permanentes e 406 temporários, o que indica um aumento de quase 11% no total e de 12,3% no quadro permanente concursado. Quanto ao corpo de servidores técnicos e administrativos, o que se verificou, de fato, foi uma redução de 6,5% em seu efetivo, de 3.255 para 3.018 servidores.

O mais antigo dos documentos da útil e concisa série [*UFBA em números*](#), o de 2015, destaca num pequeno quadro que, no período entre 2008 e 2014, o total

de servidores técnicos e administrativos cresceu apenas 1,83%, enquanto o número de docentes se expandiu em 18,4% e o de estudantes, em 43,9%.

Esses números, vistos em perspectiva mais longa e aliados aos indicadores de qualidade mais recentes, são fortemente sugestivos de que a gestão da UFBA realizou um notável e bem-sucedido esforço de, sem perda da qualidade acadêmica, muito ao contrário, ampliar sua eficácia gerencial — ou seja, a UFBA trabalhou bem no que a burocracia chama de atividades-fins, isto é, ensino, pesquisa e extensão, mas o fez também naquela região menos visível de sua imagem pública, a das chamadas atividades-meio. A rigor, certamente é indesejável a redução do número de servidores técnicos e sua parcial substituição por trabalhadores terceirizados. E não há dúvida de que um crescimento do número de docentes no quadro permanente abaixo do recomendável e demandado pela instituição não faz bem ao ensino, à pesquisa e nem à extensão. Mas, ante as restrições aos concursos e a outros gargalos decididos em instâncias fora de sua alçada, é sinal de maturidade e competência de uma universidade fazer o melhor possível nas condições dadas.

Ora, se os números de duas décadas indicam, no que se refere ao corpo docente, uma notável abertura e expansão da universidade, sustentada por mudanças políticas expressas em legislação afirmativa, como, por exemplo, a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012), eles também falam, relativamente aos servidores, de um visível aprimoramento gerencial da UFBA.

Cursos e estudantes matriculados na graduação, por turno e modalidade de curso

Localização/Modalidade	Cursos			Matrículas - média ¹		
	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno	Total

2014

Salvador	62	31	00	23.070	9.118	00
Progressão linear	58	25	00	21.808	5.667	00
Bacharelado interdisciplinar	4	4	00	1.262	278	00
Superiores de tecnologia	-	2	00	-	-	00
Vitória da Conquista	6	-	00	989	-	00
Progressão linear	6	-	00	989	00	00
Total	68	31	00	24.059	9.118	00

2021

Salvador	63	31	94	28.661	13.644	42.305
Progressão linear	59	25	84	26.894	8.790	35.684
Bacharelado interdisciplinar	4	4	8	1.767	4.627	6.394
Superiores de tecnologia	-	2	2	-	227	227
Vitória da Conquista	7	-	7	1.482	-	1.482
Progressão linear	7	-	7	1.482	-	1.482
Camaçari	1	-	1	228	-	228
Bacharelado interdisciplinar	1	-	1	228	-	228
Educação a Distância²	-	-	8	-	-	1.975
Progressão linear	-	-	7	-	-	1.888
Superior de tecnologia	-	-	1	-	-	87
Total	71	31	110	30.370	13.644	45.990

Fonte: UFBA, Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Sistema Acadêmico (Siac).

Dados extraídos em 07/05/2015 para estudantes matriculados.

Nota 2014: Há 99 cursos de graduação com 101 ofertas de ingresso. Comunicação Social e Artes Cênicas têm cada um duas habilitações com ingresso próprio.

Nota 2021: Há 102 cursos de graduação presencial com 104 ofertas de ingresso.

Comunicação Social e Artes Cênicas têm cada um duas habilitações com ingresso próprio.

(1) Número de estudantes matriculados obtido pela média simples dos semestres.

(2) Os números de cursos e matrículas dos cursos EAD não estão contabilizados por turno, apenas na coluna Total.

Os resultados comparativos de governança apurados entre 2017 e 2021 reforçam nitidamente a visão do aprimoramento gerencial em curso na UFBA. Segundo reportagem do [Edgardigital](#) que apresentou de forma concisa em maio de 2022 o [Relatório de gestão de 2021](#), a UFBA conquistou nesse ano o maior grau de classificação no Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas (iGG), no levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) entre 378 organizações públicas. “A porcentagem alcançada, 73,2%, reconhece a capacidade de gestão da Universidade Federal da Bahia como aprimorada”, aponta o relatório. E o maior crescimento no intervalo dos quatro anos considerados, de 58,9%, diz respeito ao índice de capacidade em gestão de pessoas (iGestPessoas). Vale lembrar aqui que a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Prodep) foi liderada de 2015 a 2018 pela médica e professora

Indicadores de governança e gestão. UFBA, 2017, 2021

Indicador	Exercício	
	2017	2021
iGG (índice integrado de governança e gestão pública)	29%	73,2%
iGovPub (índice de governança pública)	19%	64,7%
iGovPessoas (índice de governança e gestão de pessoas)	18%	68,8%
iGestPessoas (índice de capacidade em gestão de pessoas)	19%	77,9%
iGovTI (índice de governança e gestão de TI)	26%	60,3%
iGestTI (índice de capacidade em gestão de TI)	34%	71,1%
iGovContrat (índice de governança e gestão de contratações)	37%	71,8%
iGestContrat (índice de capacidade em gestão de contratações)	46%	81,5%
iGovOrcament (índice de governança e gestão orçamentária)	*	63,3%
iGestOrcament (índice de capacidade em gestão orçamentária)	*	70,9%

Lorene Louise Silva Pinto e, de 2018 até o presente, pela professora e cientista social Denise Vieira da Silva.

O primado do diálogo

Quando a UFBA divulgou em 2020 seus bons resultados no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), o titular da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (Prograd), Penildon Silva Filho, lembrou que o êxito era reflexo da própria qualidade dos cursos da UFBA somada a uma atenção maior ao processo avaliativo nos últimos anos. Junto com os coordenadores de cursos, o Núcleo de Acompanhamento de Avaliação da Prograd passara a desenvolver ações para sensibilizar a comunidade estudantil quanto à necessidade de se preparar para o exame, de tal forma que a avaliação refletisse verdadeiramente a qualidade dos cursos de graduação. O desempenho dos estudantes representa 70% da nota do Enade, e os outros fatores levados em conta para o conceito final incluem a qualificação dos professores, a estrutura física, o plano pedagógico e a produção científica.

Sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e realizado com os concluintes dos cursos de graduação, o exame é uma das peças fundamentais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, que o governo empossado no começo de 2019 tanto tem tentado desmontar — os outros pilares são os processos de avaliação de cursos de graduação, já citados, e de avaliação institucional.

Estranhos empenhos de destruição à parte, o pró-reitor lembrava naquele momento que os resultados do Enade conferem prestígio à universidade e impactam significativamente no reconhecimento profissional e na empregabilidade dos estudantes egressos. “Eles compõem a imagem pública da Universidade”, observava.

Essa universidade pioneira na Bahia, cuja população discente praticamente dobrou de tamanho em menos de duas décadas neste século XXI, foi, em sua origem, em 1946, um projeto para a elite baiana, num país que retomava temporariamente sua precária democracia. Por via das reformas estruturais das décadas de 1960 e 1970, as universidades públicas brasileiras engajaram-se no propósito de “formação de uma classe média inteligente”, capaz de compor “as novas elites intelectuais e profissionais, sem as quais seria inviável qualquer plano de desenvolvimento” no horizonte de futuro traçado pela ditadura civil-militar de 1964-1985. A UFBA estava perfeitamente alinhada a esse projeto.

No fim do século XX, democracia retomada oficialmente desde 1985 e, efetivamente, desde a nova Constituição de 1988, a universidade brasileira era “um espaço majoritariamente ocupado por moças e rapazes brancos”, expõe na página 7 o texto “O impacto das cotas na universidade pública”, parte de “Diversidade e inclusão”, [fascículo 8](#) do livro *Fapesp 60 anos: ciência, cultura e desenvolvimento*, de Carlos Vogt, Herton Escobar e Mariluce Moura (orgs.) “Ou seja, um gigantesco abismo permanecia entre a composição demográfica da população e sua representação na universidade, denunciando a escassa

democracia nas vias de acesso a esse lugar especial”, continua, para concluir na página 8: “Assim, entre os 2 milhões de estudantes de graduação que o país registrava em 1997 (...) estavam apenas 4% dos jovens negros brasileiros e, mais especificamente, 1,8% dos jovens pretos e 2,2% dos pardos, ante 11,4% dos jovens brancos”.

Duas décadas mais tarde, em 2018, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais da metade da população estudantil da graduação nas instituições públicas de ensino superior, ou seja, 50,3%, era composta por pessoas pretas e pardas, tornando a cara da universidade pública brasileira muito mais parecida com a do país, cuja população é formada por 55,8% de pessoas negras.

É obrigatório ressaltar aqui que, bem antes da lei das cotas de 2012, a Bahia exerceu com vigor seu pioneirismo nessa matéria, com a aprovação pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb), do sistema de cotas para a graduação e a pós-graduação em julho de 2002. Dois anos e meio mais tarde, no fim de 2004, a UFBA implementou a reserva de vagas por critério sociorracial. Entre uma e outra, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) fez no começo de 2003 o primeiro vestibular com ações afirmativas e, em junho de 2003, a Universidade de Brasília (UnB), destinou a candidatos negros, independentemente das cotas sociais, 20% das vagas do vestibular.

Daquele começo corajoso, em que se antecipou à legislação, iniciando uma mudança profunda na composição sociorracial da universidade, até os dias de hoje, a UFBA ampliou largamente o conceito de inclusão e de diversida-

de. E vale a pena ler, nesse sentido, “Pluralidade e a inclusão: três histórias que mostram o poder transformador da universidade pública”, reportagem de Fernanda Caldas e Livia Batista no [Edgardigital](#), que dá carnadura, digamos assim, a esse percurso de justiça. A título de convite à leitura, vão aqui reproduzidos quatro parágrafos do texto.

“Uma estudante negra, filha de professora de escola infantil e neta de lavadeira, que, através da UFBA, foi escolhida para representar o Brasil num evento em Harvard. Um jovem quilombola que entende que estudar na UFBA é como ter acesso a um ‘pote de ouro’, cujas moedas de conhecimento ele distribui para quem precisa. Um estudante pataxó que se tornou o primeiro indígena mestre em ciências exatas, que revela que só veio ao mundo porque, entre uma miríade de outros fatores, a UFBA existe.

O Edgardigital traz, nesta edição, três perfis de estudantes que mostram a Universidade não como um espaço elitista, e sim, cada vez mais, como um lugar para todos: índios, mulheres negras, quilombolas, brancos, amarelos, transexuais, pessoas com deficiência e outros grupos mais. São histórias que ajudam a entender melhor por que milhões de jovens em todo o país sonham com uma vaga no sistema público federal de educação superior: só no ano passado, mais de 200 mil candidatos concorreram às das vagas dos 105 cursos de graduação da Universidade — a maioria avaliada com notas 4 e 5, as maiores na escala do MEC — e 37,9 mil se matricularam, aumento de 12% em cinco anos.

A UFBA inaugurou as cotas em 2004, após decisão do Conselho Universitário, oito anos antes da obrigatoriedade

instaurada pela Lei Federal de Cotas (12.711). Ao mesmo tempo, viveu um forte crescimento graças à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que representou uma nova fonte de recursos federais para as universidades, proporcionando novas vagas tanto para servidores quanto para alunos. (...)

Conheça, a seguir, um pouco da história da estudante de psicologia Aniele Berenguer, selecionada para dois eventos internacionais de peso voltados à formação de jovens lideranças em diferentes países. O estudante de ciências da computação Robson Sousa aparece a seguir, contando sua experiência na UFBA e revelando a consciência de ter se tornado um agente de transformação não apenas no seu povoado, em Furadinho, na cidade de Vitória da Conquista, como também na sociedade como um todo. E, por fim, o químico Hemerson Pataxó, orgulho da tribo Pataxó Hã Hã Hãe, localizada próximo ao município de Pau Brasil, que se tornou o primeiro estudante indígena a conquistar o título de mestre num curso de ciências exatas, conta como a existência da UFBA tem a ver com o seu próprio nascimento.”

Inclusão e diversidade trouxeram como corolário, com o passar dos anos, novas políticas de assistência estudantil. Não bastaria abrir o acesso à universidade pelas cotas sociais e raciais, seria indispensável assegurar a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade ao longo de todo o curso. Assim, todo um sistema combinado de bolsas, residência estudantil, transporte e atenção à saúde e foi concebido e cresceu

Números de auxílios para indígenas, quilombolas e pessoas trans. UFBA, 2021

Estudantes	Auxílio	Quantidade	Total/mês
Quilombolas	Emergencial – R\$ 400,00 (fechamento do R.U.)	327	12
Quilombolas (Salvador)	Alimentação – R\$ 230,00	327	12
Indígenas (Salvador)	Emergencial – R\$ 400,00 (fechamento do R.U.)	240	12
Indígenas (Salvador)	Alimentação – R\$ 230,00	240	12
Quilombolas (Vitória da Conquista)	Emergencial – R\$ 400,00 (fechamento do R.U.)	45	12
Indígenas (ingressantes não cadastrados no PBP)	Emergencial – R\$ 400,00 (fechamento do R.U.)	58	12
Indígenas (ingressantes não cadastrados no PBP)	Alimentação – R\$ 230,00	58	12
Quilombolas (ingressantes não cadastrados no PBP)	Emergencial – R\$ 400,00 (fechamento do R.U.)	98	12
Quilombolas (ingressantes não cadastrados no PBP)	Alimentação – R\$ 230,00	98	12
Pessoas trans	Emergencial – R\$ 400,00 (fechamento do R.U.)	23	12

Números dos programas de bolsas CAAED. UFBA, 2021

Ano-exercício 2021 (jan. a dez.)	Indicadores	
	Bolsas	Discentes beneficiados ²
Projetos especiais	243	243
Programa Permanecer	393	808
Programa Sankofa	93	160
Programa de Apoio Pedagógico para o Aluno com Deficiência (Papad)	13	13
Programa de Bolsista em Acessibilidade (PBA)	5	5

Fonte: PROAE/UFBA, 2021

Números do Programa Bolsa de Permanência. UFBA, 2021

Estudantes	Quantidade
Indígenas	243
Quilombolas	393
Outros estudantes de cursos com carga horária exigida pelo MEC	93
Total	13

Fonte: PROAE/UFBA, 2021

significativamente nos últimos anos para assegurar um acolhimento efetivo aos estudantes.

Assim, no Congresso da UFBA 2019, numa mesa em que representantes da comunidade universitária discutiam “Permanência como direito: o futuro da assistência estudantil nas universidades brasileiras”, foi largamente ressaltado o fato de que os instrumentos para essa permanência são assegurados pela Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). E mais: que é em consonância com essa política que se desenvolve todo o trabalho da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas (Proae). Nesse contexto, a pró-reitora Cássia Maciel destacou a necessidade premente de transformar a Pnaes, hoje sendo legalmente exercida por meio de um simples decreto, em lei. Só assim estaria afastado o risco dessa política ser facilmente revogada pelo poder Executivo. “Estar na universidade, em si, é um ato político. Defender uma universidade pública, gratuita, inclusiva e de qualidade, também”, afirmou.

No relatório de gestão de 2021, o reitor João Carlos Salles observou que “a pandemia deixou suas marcas, é claro”. Ele alinhou entre elas, a par dos resultados mais trágicos, e eventualmente evitáveis, sentidos pela comunidade universitária, assim como por toda a população brasileira, “a redução extrema na mobilidade acadêmica internacional, seja de estudantes, seja em programas como o Capes-Print”. Entretanto, lembrou, “foi aprimorada a utilização de recursos digitais, a preparação em ateliês didáticos, e mesmo se expandiu nossa educação a distância, com a inauguração de um polo em Guanambi”.



Pluralidade e inclusão criando novos caminhos: belas histórias de Hemerson Pataxó, Aniele Berenguer e Robson Souza. Política de inclusão por cotas iniciada em 2004 e incrementada na pós-graduação nos anos recentes mudou a cara da UFBA

CAPÍTULO 5

Diálogo e aprendizado com a sociedade

Se ensino e pesquisa se estruturam em estreita ligação estratégica com demandas sociais, é na extensão, terceiro elemento do tripé que constitui seus fundamentos institucionais, que a universidade pública brasileira se encontra mais direta e criativamente com uma multiplicidade de grupos sociais, em diálogo franco e produções conjuntas. A rigor, o primeiro capítulo deste livro falou de extensão — ou de uma de suas formas específicas, ou seja, o debate público e aberto dos grandes temas de interesse da sociedade, em vibrantes congressos e seminários.

Entretanto, a extensão toma variadas outras formas e, ao procurar pensá-la no âmbito da Universidade Federal da Bahia (UFBA) nos últimos anos, há algumas imagens, aliás, capturadas em fotografias, que rapidamente me vêm à memória. Elas aludem a estudantes de graduação trabalhando junto com moradores, num determinado bairro da periferia de Salvador, em processos construtivos, ou aprendendo sobre materiais de construção com mestres de saberes populares, literalmente metendo a mão na massa, no campus de Ondina.

Uma infinidade de outras imagens, do campo da saúde, por exemplo, poderia estar nesse lugar. Entretanto, é em parte pela clara ideia de troca e compartilhamento de conhecimentos que trazem, aliada à referência a um problema urbano tão dramático e dominante nas grandes cidades brasileiras, isto é, a absurda precariedade do morar para a maioria da população — menos por falta de conhecimentos e muito mais por insuficiência de políticas públicas —, que elas carregam tão forte carga simbólica. Falam de uma UFBA cuja comunidade estudantil, sob a liderança de professores, pode de fato mergulhar fundo na vida e nos dramas da cidade em que vivem e trocar saberes, aprender e ensinar.

Apenas para se ter uma ideia da dimensão da extensão na UFBA, em 2021, ainda com todas as restrições impostas pela pandemia da Covid-19, foram 40 os projetos desenvolvidos, com pouco mais de 4 mil participantes, 128 os cursos e minicursos, envolvendo 4,9 mil participantes, e 51 ações na modalidade ACCS, com 1,2 mil participantes, entre várias outras iniciativas, inclusive eventos. Comparativamente a 2019, ano imediatamente anterior à pandemia, e conforme consta da publicação [*UFBA em números 2020*](#), os projetos foram 119, com aproximados 2,8 mil participantes; os cursos e minicursos, 81, com cerca de 1,1 mil participantes; e as ACCS, 63, com 1,4 mil participantes. Ou seja, o número de participantes nas iniciativas aumentou significativamente, à exceção da modalidade ACCS, enquanto flutuou o número de iniciativas.

Em tempo: essa sigla ACCS, pouco conhecida fora da universidade, se refere a ação curricular em comuni-

dade e em sociedade e nomeia disciplinas de cursos de graduação e pós-graduação com carga horária semestral mínima de 17 horas. Ela viabiliza, segundo resolução de 2013 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (Consepe), a relação entre estudantes e professores da UFBA com grupos da sociedade visando ao desenvolvimento de “ações de extensão no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com perspectiva de transformação”.

A extensão chega aos currículos

Ora, justamente o Consepe é o responsável por uma nova [resolução](#) publicada em abril de 2022, com horizonte de implantação até o fim do mesmo ano, fundamental para elevar a extensão a um novo patamar e, assim, contribuir ainda mais para as singularidades culturais da UFBA. Trata-se da decisão de destinar 10% da carga horária dos currículos de graduação à extensão, com o que ela passa a efetivamente integrar o processo de formação acadêmica do estudante.

Essa mudança é muito importante, porque levará todos os cursos, todas as grades curriculares, a expressar a dimensão que a UFBA reconhece na extensão, ou seja, “a atividade por meio da qual a universidade afirma seu compromisso social”, diz em [vídeo](#) da TV UFBA a pró-reitora de extensão, Fabiana Dultra. Até aqui, muitos estudantes entraram na universidade, ela observa, e

nunca souberam o que era uma atividade de extensão ou de uma delas participaram. A nova resolução, em seu entendimento, contribuirá de forma decisiva para que a universidade vá mais ao encontro da sociedade, com proposições, interesses e ideias.

No vídeo de cinco minutos, cujas imagens oferecem uma interessante visão panorâmica das atividades de extensão em curso na UFBA, o reitor João Carlos Salles diz que “a extensão transborda, se dá em várias faces da universidade”. Observa que é conhecida e reconhecida no país a força extensionista da UFBA, que confere mesmo à universidade tanto de sua natureza pública e inclusiva. “A autonomia da nossa universidade se associa ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, lembra. Ele explica também que, embora alguns parâmetros da entrada da extensão na estrutura curricular tenham sido estabelecidos pelo Consep, “cada unidade vai decidir a forma específica como ela será abrigada nos cursos”, detalha. Por outro lado, a extensão não se reduzirá ao que estiver nos currículos, porque, “assim como a pesquisa e o ensino, ela se dá em várias faces da nossa universidade”. Mas a participação nos currículos, diz, representa “o fortalecimento de uma dimensão especial, essa dimensão que nos permite o diálogo com a sociedade, permite levar nosso conhecimento, mas ao mesmo tempo nos permite escutar, possibilita uma atenção a saberes que são elaborados fora do ambiente da universidade”.

O pró-reitor de ensino de graduação, Penildon Silva Filho, comenta no mesmo vídeo que a UFBA tem experiência e tradição extensionista. “Se bem nos lem-

bramos, desde a década de 1980 tivemos a experiência Cansação [coordenada pela professora Edileuza Nunes Gaudenzi], depois, nos anos 1990, um grande programa chamado ‘UFBA em campo’, coordenado pelo professor Paulo Lima, e mais tarde, em 2013, a ACCS; enfim, uma tradição inclusive muito pesquisada por outras universidades”. A entrada da extensão no currículo representa um novo e importante passo, diz.

Um rico panorama

Uma amostra da enorme diversidade de projetos que a extensão da UFBA abriga em anos mais recentes, mais precisamente desde outubro de 2016, é oferecida na página do *Edgardigital*, escolhendo-se a palavra “extensão” no menu. Das atividades ligadas a saúde pública ao acolhimento de migrantes, do reúso do azeite de dendê pelas baianas ao uso de pedras na construção de muros, há uma grande variedade de temas e abordagens nas dez páginas já acumuladas sobre essa função da universidade pelo informativo semanal.

Tome-se, por exemplo, o já referido aprendizado sobre materiais de construção com mestres tradicionais. O que traz o Edgar? “Antes de começar o trabalho, temos que ouvir as pedras. Parar e escutar. Não é coisa de maluco, não! Prestando atenção no silêncio, a gente sabe se tem algum risco de desmoronamento ou outra coisa que possa acontecer.” Abre assim com graça a [reportagem](#) de Paulo Magalhães, publicada em 11 de novembro de

2016, para explicar em seguida que quem dessa forma se expressava era “Clovis Neves Araújo, o popular Mestre Tatai, deixando embevecida a audiência presente”. O acontecimento que o texto descrevia era parte do “I Seminário sobre Arquitetura Popular: a salvaguarda dos saberes da construção tradicional”, ocorrido entre 19 e 21 de outubro na Faculdade de Arquitetura da UFBA.

Adiante, estavam alguns dados sobre mestres populares de vários estados brasileiros presentes no evento e, principalmente, detalhes das interações práticas entre eles e os estudantes envolvidos. “Os mestres artífices tradicionais também deram seus depoimentos, trazendo histórias de vida e apresentando questões e demandas para o poder público. Participaram da roda de conversa os mestres Altino Trissoto, de Santa Catarina, Roberto Silva, de Pernambuco, Francisco Oliveira, de Minas Gerais, e os baianos da Chapada Diamantina Clovis Neves Araújo, Danilo Santos Rocha e Robson Santos Pessoa.” Deixemos o texto original contar um pouco mais desse encontro criativo.

“O segundo dia do seminário foi tempo de botar a mão na massa nas oficinas práticas. Mestre Altino, na marcenaria, explicava pacientemente como montar a ‘tesoura’, base para a construção de telhados que dispensa a construção de colunas para grandes vãos. Segundo ele, fica bem mais barato que usar aço ou outros materiais, e é uma técnica muito usada em Santa Catarina, embora pouco conhecida na Bahia.

Logo em frente, Mestre Robson ensinava a construir tijolos artesanais, ou ‘adobinho’, com os quais se pode cons-

truir uma casa utilizando uma massa também de barro, dispensando o uso de cimento e outros materiais industrializados. ‘Esse conhecimento é coisa antiga, passado dentro da família, vem do tempo dos meus avós’, explicava, enquanto orientava os estudantes a amassar o barro.

Mais à frente, no estacionamento, Mestre Tatai pegava no pesado ensinando a construir um muro de pedras. A escolha das pedras, a procura do encaixe perfeito, são sutilezas que só se adquirem com o tempo, mas o resultado do trabalho é fascinante e pode ser conferido em Igatu e outras comunidades da Chapada Diamantina.

O seminário permitiu um diálogo produtivo entre sociedade e poder público, debatendo caminhos para fortalecer saberes tradicionais e seus guardiões. Além das técnicas tradicionais de construção, o Arqpop trabalha com outras linhas de pesquisa, como a da ‘construção autogerida em meio urbano’, ou seja, as várias formas de construir nas favelas e ocupações, conhecidas em Salvador como ‘invasão’.

Ainda nessa área de construções e moradias, [reportagem](#) de Josemara Veloso no *Edgardigital*, em fevereiro de 2017, conta o seguinte: “Na prática de ações voluntárias, erguendo moradias emergenciais e pensando soluções para melhorar as condições de moradores de áreas periféricas da Região Metropolitana de Salvador, estudantes da UFBA aprendem como aplicar, com responsabilidade social, conhecimentos obtidos em sala de aula, adequando-os à realidade de áreas carentes de infraestrutura nas cidades”.

O projeto que a reportagem aborda resulta de parceria da Escola Politécnica e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo com a organização não governamental Teto Brasil, visando à melhoria do processo construtivo de abrigos emergenciais. E no momento em que ela escrevia a seu respeito, estudantes de vários cursos da UFBA, profissionais da Teto Brasil e representantes das comunidades beneficiadas participavam do “I Encontro de Estudo Prático do Direito à Moradia — cidadania, arquitetura e engenharia social”, na Escola Politécnica. “Tratava-se ali de debater o aperfeiçoamento de ações construtivas que levem em conta as informalidades de áreas não alcançadas pelos poderes públicos. As discussões centraram-se nos desafios que os voluntários da UFBA enfrentam para levar em conta as características locais e específicas das comunidades durante a construção de moradias.”

Por fim, nesse mesmo campo, vale registro a [reportagem](#) elaborada em fevereiro de 2017 por Fernanda Tourinho e Catherine Mainart, então estagiárias do *Edgardigital*, que aborda um projeto de extensão da Escola Politécnica em parceria com a Defesa Civil de Salvador (Codesal), para a contenção de deslizamento em encostas em bairro periférico. Eis o começo: “A gente tem uma cidade cheia de situações difíceis, ao invés de pegar um aluno e passar uma prova para ele apenas descarregar o conteúdo no papel, preferi levá-los para a prática, contou o professor Luiz Edmundo Prado de Campos, professor da Politécnica da UFBA. No último semestre, ele e mais 30 estudantes da disciplina Taludes e Contenções desenvolveram projetos para solucionar os problemas

das áreas de risco na comunidade de Mamede, no bairro Alto da Terezinha, subúrbio ferroviário de Salvador”.

As autoras explicavam em seguida que era objetivo do trabalho que o professor vinha desenvolvendo, com diferentes turmas, havia então oito anos, aproximar os estudantes da realidade prática de um profissional da engenharia, além de retribuir para a sociedade o conhecimento adquirido em sala de aula. “Para o professor Luiz, esse trabalho ‘é uma maneira de se repensar a forma de ensinar engenharia e de desenvolver uma metodologia mais participativa para os estudantes’”, contavam. O projeto ligava-se a uma disciplina optativa, cursada geralmente por estudantes do 8º ou 9º semestre, portanto, com um nível de conhecimento avançado.

No vasto campo dos projetos de extensão sobre os quais é possível discorrer interminavelmente, a escolha para encerrar este capítulo vai para um especialmente atraente, por ligar proteção do meio ambiente, alimentação e cultura baiana, tudo muito bem amarrado por uma boa química de produtos naturais. O projeto em questão envolve as baianas de acarajé de Salvador no reúso do azeite de dendê para produzir sabão.

Quem conta essa bela história é Murillo Guerra em [reportagem](#) publicada no mesmo informativo semanal da UFBA, em abril de 2019. “O processo químico que transforma azeite de dendê usado em sabão está sendo compartilhado com baianas de acarajé. A iniciativa contribui para evitar o descarte do azeite de dendê no meio ambiente e ainda ajuda no orçamento das/os profissionais, economizando nos gastos diários com sabão”, ele começa.

O compartilhamento já estava entre os primeiros resultados do projeto Baianambiental, coordenado por Ângela Rocha, professora do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), em parceria com o Laboratório de Síntese Orgânica e Nanopartículas, liderado por José Roque Mota Carvalho, professor do Instituto de Química (IQ), e a Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares do Estado da Bahia (Abam).

O processo de reutilização do azeite para fazer sabão, explicou Mota Carvalho ao repórter, “envolve uma fórmula simples e de baixo custo financeiro, composta apenas por soda cáustica, ou hidróxido de sódio (reagente), azeite de dendê filtrado (gordura ou ácidos graxos) e água. No processo de filtragem e decantação do azeite, são retiradas as impurezas para produzir um sabão de melhor qualidade. Os sabonetes produzidos podem também variar com a adição de diferentes corantes e aromatizantes como alecrim e baunilha”.

Para fechar: se o arco de abrangência do olhar dos projetos de extensão na UFBA já é vasto a ponto de impressionar, a última decisão da gestão 2014-2022 em relação a esse pilar da universidade, lançando-o para um elo efetivamente indissociável com o ensino de graduação, certamente terá impacto poderoso, ainda difícil de dimensionar, tanto na formação dos estudantes quanto no diálogo e nos efeitos sobre a sociedade local.



Parceria da Escola Politécnica com a Defesa Civil de Salvador (Codesal) mira a contenção de deslizamento em encostas em bairro periférico



Ângela Rocha, Mota Carvalho e equipe com parceiras da Associação Nacional das Baianas de Acarajé, Mingau, Receptivos e Similares do Estado da Bahia (Abam)



Estudantes aprendem no campus com mestres dos saberes a alinhar muro de pedra e amassar material do adobinho

CAPÍTULO 6

A Fapex no apoio a grandes projetos acadêmicos

Na manhã da quarta-feira 20 de julho de 2022, a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (Fapex) inaugurou sua primeira sede própria, quase 42 anos depois de ter sido criada por iniciativa da Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a colaboração de quatro grupos empresariais baianos: Norberto Odebrecht, Paes Mendonça, Banco Econômico e Barreto de Araújo. Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, financeira e administrativa, ela surgiu, em novembro de 1980, como resposta à necessidade de apoio da UFBA — e, posteriormente, de outras instituições federais de ensino superior — à administração eficaz de projetos de pesquisa e extensão, sempre articulados ao ensino. Hoje são oito instituições da Bahia e de Sergipe que contam com o apoio administrativo/financeiro da Fapex.



A casa própria da Fundação, na rua Edgard Mata, 128, é vizinha ao campus maior da UFBA, em Ondina, onde na verdade tudo começou. Foi ali, numa das casinhas da universidade que já existiam, nas proximidades do espaço hoje ocupado por essa Fundação, que a Fapex iniciou as atividades, com os salários dos funcionários e outras despesas essenciais bancados pelos grupos empresariais envolvidos. À medida que foi constituindo seu próprio patrimônio e fluxo de receitas por meio da taxa cobrada pela administração dos projetos e venda de serviços, a Fapex tanto pôde dispensar o suporte dos padrinhos originais quanto precisou de mais mão de obra e mais espaço para suas atividades — que ao longo do tempo alugou em diferentes pontos da cidade.

A Fundação hoje tem 94 funcionários na sede e mais cerca de 1.600 trabalhando diretamente nos locais de desenvolvimento dos projetos que ela administra, boa parte deles em hospitais e outros locais de infraestrutura de saúde. São todos contratados em regime de CLT. A Fapex faz jus a um percentual entre 5% e 15%, a título de cobertura de suas despesas operacionais e administrativas dos projetos gerenciados. E transparência é item absolutamente obrigatório em todas as decisões e estratégias da instituição.

Na solenidade de inauguração da sede nova, a saudação do reitor João Carlos Salles, presidente do conselho deliberativo da Fapex, remeteu de certa forma àquilo que ele dissera, alguns meses antes, na mensagem do relatório de gestão de 2021. Ali, depois de ressaltar que a instituição deveria favorecer o fortalecimento das ações de pesquisa e extensão, “nunca desconhecendo sua ligação com a formação e o ensino”, observara que, direta ou indiretamente, ela se tornara “um lugar a mais de resistência a todas as formas de obscurantismo e de autoritarismo”.

O diretor-executivo Antônio Fernando de Souza Queiroz, por sua vez, traçou um breve panorama de como fora possível, em tempos tão ásperos como os últimos seis anos, manter o foco na missão da Fapex e, ao mesmo tempo, concretizar o antigo projeto de erguer sua sede própria.

Professor do Instituto de Geociências, Queiroz foi convidado em julho de 2016 pelo reitor da UFBA a assumir a diretoria executiva da instituição que conhecia bastante, como pesquisador, havia três décadas. “Em

dezembro de 2017, já mais ambientado com o dia a dia da Fundação e sempre atento às suas necessidades”, ele levou ao conselho deliberativo a proposta da construção da sede própria, lembrou no discurso. A par da necessidade, havia recursos para isso, e a ideia foi muito bem acolhida. A diretoria prontamente começou as providências para concretizá-la.

“A partir de então começamos, eu e Rosalba, a adotar as providências, que envolveram decisões sobre empresas de construção, projetos arquitetônicos, escolha de materiais, enfim... todas as atividades que envolveram essas ações”, contou Queiroz. Rosalba Silva Oliveira, registre-se, funcionária de carreira da Fapex há 34 anos, onde chegou como estagiária, é a superintendente e uma pessoa-chave da Fundação. Em maio de 2022, finalmente, os funcionários da sede puderam todos se instalar no novo endereço formalmente inaugurado em julho.

A construção da credibilidade

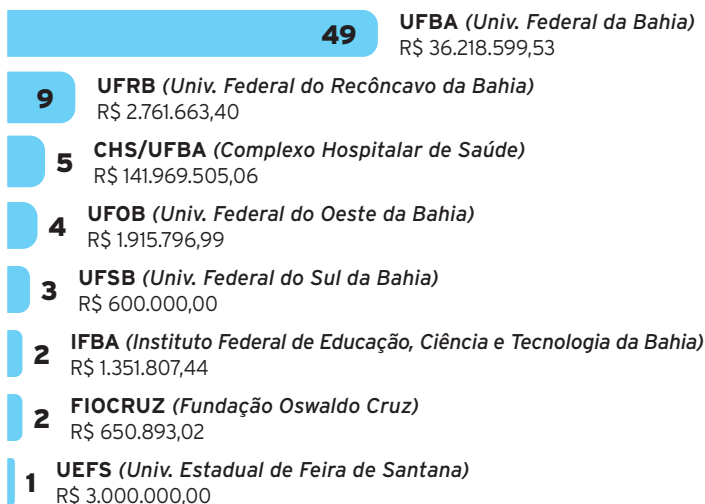
Quem lida com a gestão de recursos de terceiros para a execução de projetos no campo de ensino, pesquisa, extensão e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, como é a declarada missão da Fapex, precisa ser eficiente e ágil, além de muito profissional e transparente, para construir uma imagem de credibilidade a toda prova. Trata-se de um campo intensamente regulamentado nos âmbitos federal, estadual e mesmo municipal. Mais: os recursos financeiros dos projetos das insti-

tuições federais de ensino superior atendidas pela Fapex podem se originar tanto de agências e órgãos financiadores quanto da captação por prestação de serviços a pessoas jurídicas e físicas e ainda de doações de terceiros, o que significa dizer que há distintas regras e exigências a serem atendidas para cada fonte. Importante também é lembrar que a Fapex é registrada e credenciada junto aos ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovações e é reconhecida como instituição de utilidade pública, entre várias outras credenciais.

Isso dito, vale destacar do relatório de gestão, antes de uma olhada nos projetos que apresenta e nos grandes números de desempenho, mais algumas considerações da instituição a seu próprio respeito. “Desde a sua criação”, diz o item Sobre a Fundação (página 10), “a FAPEX tem viabilizado a realização das mais variadas ações, atuando com competência e responsabilidade graças ao acervo de conhecimentos adquiridos. No decorrer dos anos, construiu uma trajetória de sucesso e participou de projetos fundamentais para o progresso da sociedade brasileira, o que a tornou referência no apoio à gestão de projetos de ensino, pesquisa, criação e inovação, extensão e desenvolvimento institucional no Estado da Bahia e no país”.

Quanto aos grandes projetos que lhe cabem administrar, o relatório destacou nove, apresentados pelos próprios coordenadores, no âmbito dos 75 contratos firmados em 2021, no valor global de R\$ 188,4 milhões — montante que inclui uma participação significativa dos projetos do Sistema Único de Saúde (SUS).

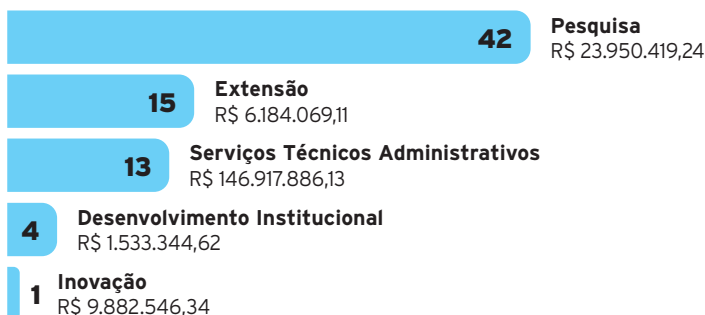
Projetos firmados por instituição em 2021



75 projetos e R\$ 188.468.265,44 no total

Fonte: PROAE/UFBA, 2021

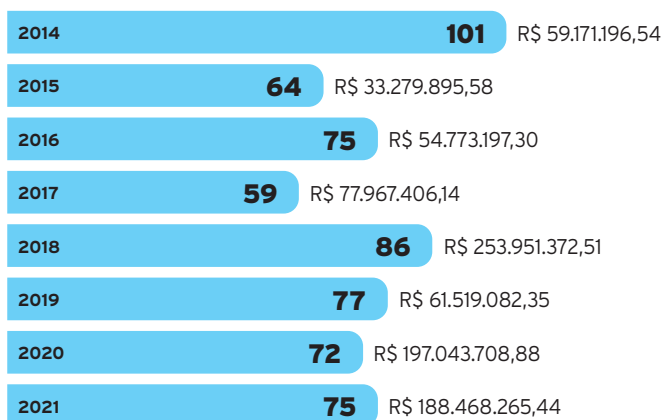
Projetos firmados por atividade em 2021



Total: Quantidade: 75 Contrato: R\$ 188.468.265,44

Fonte: Fapex, 2022

Comparativo do total de projetos firmados por ano (2014-2021)



609 projetos e R\$ 926.174.124,74 no total

Fonte: PROAE/UFBA, 2021

Alguns desses projetos em destaque têm alcance que ultrapassa largamente os limites dos dois estados da federação a que estão vinculadas as instituições que a Fapex atende, a exemplo do que se volta a “ações estratégicas para o fortalecimento das práticas de monitoramento e avaliação e do processo decisório das políticas públicas de saúde”. Coordenado por Isabela Cardoso, o projeto resultou de uma solicitação do Departamento de Monitoramento e Avaliação (Demas) do SUS ao Instituto de Saúde Coletiva (ISC) da UFBA com vistas ao desenvolvimento de uma política nacional de monitoramento e avaliação do sistema. Oficinas, curso de especialização e

outras formas de treinamento fizeram parte do projeto, que envolveu as equipes das superintendências estaduais do Ministério da Saúde, dos estados e do Distrito Federal. Um de seus resultados palpáveis foi a formação de 171 novos especialistas em saúde coletiva. E, segundo Cardoso, o desdobramento do projeto representa real benefício para a sociedade em geral, “ao possibilitar a utilização de um conjunto de atividades estruturadas, organizadas e formalizadas para a produção do registro, acompanhamento e análise crítica de informações geradas na gestão de políticas públicas de saúde, com a finalidade de subsidiar a tomada de decisões pelos gestores”.

Um outro destacado projeto no campo da saúde é o de estruturação de uma rede de laboratórios de biologia molecular com foco nas hepatites virais, coordenado por Maria Isabel Schinoni, professora do Instituto de Ciências da Saúde (ICS). A UFBA tem, de fato, um Laboratório de Biologia Molecular e Imunologia aplicado às hepatites virais cuja equipe multidisciplinar vem desenvolvendo há 20 anos pesquisas relacionadas a essas infecções, atuando principalmente na prestação de serviços para o SUS e na assistência à população, através do diagnóstico e da fenotipagem dos vírus em questão.

O laboratório tem larga prática em parcerias com grupos de pesquisa regionais, nacionais e internacionais e, no caso específico desse projeto, ambientado na Amazônia, os parceiros da UFBA são a Universidade Federal de Rondônia, o Instituto de Medicina Tropical de Manaus, a Universidade de São Paulo (USP), o Hospital Austral de Buenos Aires, as universidades Nacio-

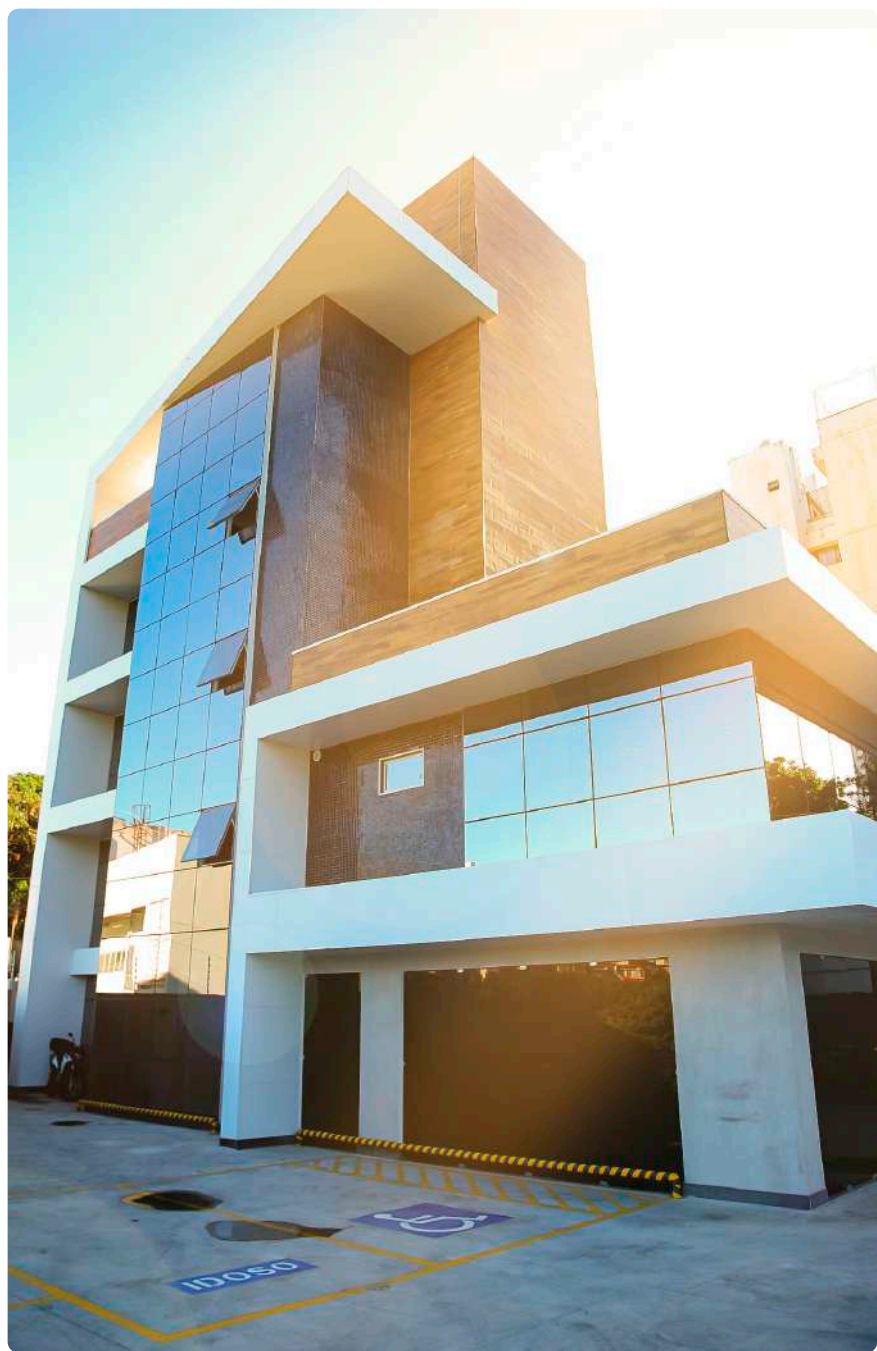
nal de Rosario e Nacional de Córdoba e a Universidade de Málaga. O financiador principal da iniciativa foi a Fundação Maria Emilia Pedreira Freire de Carvalho, sediada em Salvador.

A escolha da Amazônia Legal e Amazônia Ocidental para o desenvolvimento desse projeto não é fortuita, mas determinada por serem essas regiões fortemente endêmicas das hepatites virais — assim como de suas complicações clínicas, entre outras, cirrose hepática, descompensação hepática com necessidade de transplante e desenvolvimento de carcinoma hepatocelular. Ao mesmo tempo, elas não dispõem de recursos suficientes para diagnóstico. Assim, entre as ações do projeto, estão os treinamentos de capacitação dos profissionais de saúde do SUS no uso de ferramentas de epidemiologia molecular e transferência de tecnologia para que os centros de referência possam utilizá-las na confirmação do diagnóstico de carga viral, avaliação de resistência antiviral e perfil imunológico dos pacientes. “Os profissionais do SUS passam a ter um parâmetro técnico para avaliação do protocolo de tratamento”, expôs Maria Isabel Schinoni, lembrando que o diagnóstico em biologia molecular é “um grande aliado na orientação terapêutica precoce” e pode evitar a progressão das doenças do fígado em questão para os estágios mais avançados.

Não se trata apenas de saúde pública os projetos que a Fapex destacou em seu relatório de gestão. Passam por arte, economia, história, ciência política, computação científica, educação e geoquímica de petróleo, ou seja, é uma [amostra](#) representativa do amplo espectro de

campos cobertos pelo apoio da Fundação e que pode ser acessada em seu site, na parte em que se encontram os relatórios de gestão.

A Fapex, vale dizer por fim, é parte essencial do sistema de ciência e tecnologia e do sistema de educação superior do estado da Bahia, além de compor também o sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação. Ao comemorar o sucesso do percurso de mais de quatro décadas dessa fundação, de certa forma materializado também no edifício de sua sede própria inaugurada em julho, o diretor-executivo Antônio Fernando de Souza Queiroz dirigiu-se aos pesquisadores e extensionistas que atuam na região e que, desde então, podem se encaminhar mais rapidamente à casa, “na qual continuam encontrando todo o acolhimento e o apoio administrativo necessário à plena execução de seu projeto, otimizando o tempo para que possam se dedicar ainda mais aos trabalhos técnicos e acadêmicos”. Na verdade, apoio exercido com rigor profissional e muita proximidade para oferecer suporte aos passos que os projetos de pesquisa e extensão exigem parece ser mesmo o motor essencial da Fapex.



Fachada da primeira sede própria da Fapex, inaugurada em julho de 2022, quase 42 anos depois de ter sido criada



*...tensionamos logo o real e o ideal,
desenhando a UFBA que queremos,
ou seja, uma Universidade capaz de,
com o melhor de sua competência,
continuar liderando em nosso estado
as principais iniciativas de educação
superior e de corresponder, com
protagonismo, aos desafios postos
por nossa sociedade.*